

I INTRODUÇÃO

1.O TEMA

A determinação para o desenvolvimento de um tema há muito pensado¹ - *o espaço das igrejas conventuais de freiras* - ganha força numa frase de Paulo Varela Gomes, quando este autor refere que (...) *a arquitectura das igrejas conventuais de freiras coloca à história da arquitectura no mundo português (algumas questões). A investigação ainda está no início e nela terão de intervir tanto a tipologia, como a história documental, a história da liturgia católica e a iconologia*².

O interesse relacionava-se com a dupla característica que esta arquitectura apresenta – singeleza e simplicidade – a que Kubler denominou, pela primeira vez na historiografia andaluza sobre a arquitectura³, de *igreja de “caixão”* e que, Pérez del Prado sintetizou, indicando orientações para o seu estudo, ao referir (...) *Nos encontramos ante lo que podríamos denominar, parafraseando un lugar común del movimiento moderno, la “iglesia mínima”, que partiendo de una geometría muy simple, la caja, con muy pocos elementos, techo, muro y arco, presenta una notable riqueza espacial y una gran diversidad de manifestaciones, dentro de un arco temporal muy amplio*.⁴

¹ A mestranda tinha já feito a parte curricular do Programa de Doctorado, da Universidade de Sevilha, onde havia iniciado o trabalho sobre o tema, estando a ser orientada pela Professora Mercedes Pérez del Prado, cujo objecto de doutoramento se prendeu com estudo do *Espaço nos templos das clausuras conventuais sevilhanas*.

² PAULO VARELA GOMES, *Igrejas de Conventos de Freiras na Arquitectura Portuguesa*, 1993-1996, p.81.

É também no mesmo artigo, na nota nº 1, que a ideia é reforçada pelo autor ao referir: *A literatura existente sobre conventos e arquitectura conventual é evidentemente vastíssima: mas são raras as publicações que relacionam liturgia e tipologia; muito raras, que eu saiba, quase inexistentes, as que se ocupam especificamente de igrejas de conventos de freiras*.

³ GEORGE KUBLER, *Arquitectura de los siglos XVII y XVIII*, 1957

⁴ MERCEDES PÉREZ DEL PRADO, *La Iglesia Mínima. El espacio en los Templos de las Clausuras Conventuales Sevillanas*, 2000, p. 18

2. O SENTIDO DA INVESTIGAÇÃO – A FORMULAÇÃO TEÓRICA DO PROBLEMA

Seleccionado o tema, tornou-se então, necessário definir o sentido da investigação, procedendo à formulação teórica do problema.

A questão foi levantada. O que esteve na origem da concepção do *espaço das igrejas dos conventos das clarissas da Província dos Algarves*? Como foi formalizado o respectivo projecto? Na ausência de suportes físicos da concepção (peças desenhadas ou escritas que constituem um projecto) como era concebido e transmitido aos executantes da construção?

3. A METODOLOGIA

3.1. Selecção de um método de investigação

Não querendo correr o risco de interpretar os factos de outrora à semelhança de hoje, tentámos distanciarmo-nos o mais possível dos métodos actuais, seguindo Benévolo quando este autor nos diz: *ser necessário explorar o passado com a mínima bagagem metodológica: não nos esforçarmos por fazer encaixar o raciocínio em esquemas metodológicos preestabelecidos, mas sim, adoptar a metodologia ao raciocínio e tratar de descobrir nos factos as indicações gerais que os mesmos factos contêm virtualmente.*⁵

Partimos assim para a análise do espaço, através de uma leitura simplificada feita a partir de matrizes geométricas⁶, acreditando ser possível encontrar nesta leitura, grande parte das razões que determinaram as soluções compositivas.

⁵ Leonardo BENEVOLO, *Historia de la Arquitectura Moderna*, 1999, p.13

⁶ Uma das possíveis chaves de leitura está representada pela busca das matrizes geométricas que sobressaem na construção. A análise formal permite com efeito, compreender o sistema adoptado para modular os diversos elementos, e encontrar e entender as regras compositivas sobre as quais se projectou a construção. Caterina PALESTINI, *Las investigaciones sobre las proporciones para el control formal de la arquitectura*, 2000, p.771

Insuficiente, do ponto de vista da pesquisa que se pretendia efectuar, a análise formal foi devidamente contextualizada ao nível do entendimento do cliente a quem se destinava (*utente e patrocinador*) e da produção arquitectónica da época (*linguagens formais, modo de projectar e de executar obras, e sistemas construtivos*), no sentido de permitir que os resultados obtidos fossem igualmente confirmando ou não, a presença de uma produção de obras de série decorrentes de programas específicos e/ou, eventualmente, de peças únicas exemplares, onde a evidencia de conjunturas de autor e patrocinador, o justificaram.

3.2. Delimitação do objecto de estudo

Identificar um conjunto de objectos que, tendo a mesma origem, permitisse constatar em que sentido foram verificadas ou não, lógicas de construção dentro de programas comuns, sendo fundamental a uma investigação deste tipo⁷, conduziu-nos à selecção da *Ordem de Santa Clara*, numa região específica, *A Província dos Algarves*.

O universo do estudo foi, assim, definido após análise e comparação das diferentes fontes consultadas, o que permitiu apurar os seguintes conventos⁸:

⁷ *Toda a investigação histórica delimita um campo próprio, isto é, caracteriza e analisa grupos de fenómenos que, estando ligados entre si, formam um sistema de relações (...)* Giulio Carlo ARGAN e Maurizio FAGIOLO, *Guia de História da Arte*, 1994, p.31

⁸ Partindo dos 19 conventos, referidos por Frei Felix Lopes (fonte 5) a nossa selecção teve como base o facto de:

- Sta Clara de Estremoz; Sta Clara de Beja e S. João da Penitência de Estremoz, - não considerados, à partida, por estarem referidos como extintos;
- N^a S^a da Conceição de Beja; Jesus de Setúbal e Madre de Deus de Xabregas, foram fundações anteriores à criação da Província dos Algarves, o que levou a inclui-los como antecedentes;
- Sta Clara de Beja, Sta Clara de Évora, Sta Clara de Portalegre; Sta Clara de Estremoz; Jesus de Monforte e Sta Clara de Elvas (N^a S^a da Conceição), foram inicialmente pertencentes à Província dos Claustrais, só tendo sido integrados mais tarde na *Província dos Algarves*,
- Sta Clara de Moura, actualmente completamente descaracterizado pela sua adaptação a infantário, e Mártires de Sacavém totalmente refeito, não permitindo uma análise espacial.

Restam assim os sete conventos estudados – três antecedentes e sete construções pós criação da *Província dos Algarves*.

- Integrados na *Província dos Algarves* mas anteriores à sua criação, aquilo que denominámos de *antecedentes* ou pré-existentes - N^a S^a da Conceição de Beja, Jesus de Setúbal e Madre de Deus de Xabregas.
- Pertencentes à *Província dos Algarves*, com igrejas concluídas após a data da sua criação – Chagas de Vila Viçosa; N^a S^a da Assunção de Faro; N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa; St^a Helena do Monte do Calvário de Évora; N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal; N^a S^a da Quietação ou Flamengas de Alcântara; e, Servas de N^a S^a de Borba.

Quadro I.1 **Conventos femininos-fontes consultadas** (ver pag 9)

Quadro I.2 **Conventos femininos-fontes comparadas** (ver pag 10)

3.3. Identificação e recolha de dados

3.3.1. Documentais

No processo de concepção/construção nada faz sentido sem o entendimento da conjuntura em que a obra surge pois, *contra o que o homem por vezes pensa, as formas que ele cria, os espaços que ele organiza não são criados ou organizados em regime de liberdade total, mas antes profundamente condicionados por uma soma infinita de factores, de alguns dos quais o homem tem plena consciência e agindo outros inconscientemente sobre ele.*⁹

Foi assim, feita uma consulta à bibliografia específica com vista ao conhecimento do contexto em que surge a construção do convento e da respectiva igreja, visando especialmente a obtenção de dados-base relativos a: fundação; data de construção da igreja; origem e número inicial de freiras; patrocinador/fundador; principais campanhas e obras de adaptação; arquitectos e outros mestres envolvidos nas várias campanhas.

⁹ Fernando TAVORA, *Da organização do espaço*, 2004, p.21

3.3.2 Morfo-tipológicos e de inserção urbana

A posição dos conventos nas cidades determina, nalguns casos, a evolução das formas arquitectónicas, pelo que só a verificação da forma como o convento/a igreja se relaciona com a cidade, e a igreja com o convento, nos permite avaliar esta questão.

Foram recolhidas junto das Câmaras Municipais, bases cartográficas, à escala 1:2000, referentes à localização do convento na cidade e, no tocante aos imóveis em si, foram solicitados à Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, os levantamentos existentes para cada um deles.

3.3.3. Dimensionais, formais e construtivos

Considerando que as edificações são definidas com base em medidas¹⁰ e que só a verificação no local, das três dimensões do espaço, permite concluir quanto à existência de uma regra¹¹, foram registadas as principais medidas, tiradas no local com recurso a distanciómetro e, posteriormente convertidas segundo padrões metrológicos antigos¹².

Relativamente às soluções construtivas, recorreu-se à fotografia e ao desenho como método de registo das soluções encontradas.

¹⁰ Estas (as medidas) estão presentes desde o plano de obra ao dimensionamento dos seus elementos construtivos e decorativos. Portanto, as dimensões utilizadas constituem um elemento caracterizador da arquitectura e uma base segura de aprofundamento do conhecimento do edificado. cfr. Rui MANEIRA CUNHA, *As medidas na arquitectura séculos XIII-XVIII, o estudo de Monsaraz*, 2003, p. 11

¹¹ Mesmo que seja a preliminar regra que a largura determina as dimensões gerais e até a forma das peças e molduras, que nos vai servir de indicador fundamental ao longo destes estudo e que Varela Gomes subscrive ao referir: *O dono da obra e o mestre deixam aos pedreiros a liberdade de determinar as dimensões gerais e até a forma das peças e molduras, uma vez dada a largura.* cfr. Paulo VARELA GOMES, *Aspectos do classicismo na arquitectura portuguesa dos séculos XVI e XVII*, 2004, p. 612

¹² Para a conversão em palmos seguimos os padrões metrológicos antigos recorrendo, entre outros, às indicações retiradas de duas publicações: *Visitação de Igrejas Algarvias da Ordem de São Tiago (1554)*, onde foi possível comparar dimensões referidas para igrejas do Algarve e, à publicação *As medidas na arquitectura séculos XIII-XVIII, o estudo de Monsaraz*, publicação resultado de tese de mestrado de Rui Maneira Cunha, que nos permitiu aferir valores coevos. Utilizamos assim, o valor de 21,66cm para o palmo e 32,49cm para o pé (de rei). Rui Maneira CUNHA, op. cit, 2003, p.10

3.4. Análise

Por questões metodológicas foram os exemplares estudados, agrupados em dois – o primeiro grupo, relativo às construções antecedentes à criação da *Província dos Algarves* e, o segundo, relativo às construções posteriores à criação desta Província, tendo a análise, para ambos os grupos, sido feita a dois níveis:

3.4.1. Documental

Recorrendo às fontes escritas existentes, de forma a contextualizar estas estruturas nas suas duas vertentes mais condicionadoras do processo de produção arquitectónica:

- da encomenda e do patrocínio isto é, estudando o nosso *cliente* enquanto utilizador do espaço, as freiras clarissas e, enquanto patrocinador da construção, as Casas Reais e de Bragança.
- e, da produção arquitectónica ou seja, entendendo a forma como era concebida e feita a arquitectura na época, no tocante à: linguagem formal; aprendizagem e concepção da obra; e, por fim, sistemas construtivos vigentes.

Mantendo o sentido da investigação, pareceu-nos ainda, ser importante, reflectir sobre alguns conceitos-base fundamentais – a *regra*, e o *modelo*¹³, alargando esta reflexão a um outro conceito o *tipo* que, embora descrito vulgarmente, como processo de classificação à posteriori¹⁴, considerámos fundamental para o estabelecimento de uma conclusão quanto à forma como foram sendo concretizados os diferentes programas funcionais e qual a relação que foi sendo estabelecida entre o evoluir dos processos construtivos e a lógica estrutural/construtiva destes imóveis.

3.4.2. Espacial

¹³ Todos os edifícios, quarteirões ou frentes de rua cuja obra teve um projecto, desenhado ou não, e, foi acompanhada, planteiam ordem, regra ou módulo. cfr. Paulo VARELA GOMES, op. cit, 2004, p. 610

¹⁴ Tipificar constitui uma acção metodológica genérica que visa a identificação e caracterização de invariáveis que verificam e distinguem classes ou tipos, neste caso de edifícios. cfr. António REIS CABRITA, José AGUIAR, João APPLETON, *Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto*, 1992, p. 45

Recorrendo à leitura do edifício em si, no sentido de entendê-lo do ponto de vista:

Urbano-morfológico

Nomeadamente, quanto às relações que se estabelecem entre o meio urbano e estrutura arquitectónica a que o convento pertence; a igreja e cidade e o convento; e os espaços constituintes da própria igreja.

Quantitativo

Através da verificação das três dimensões (comprimento, largura e altura) dos diferentes espaços componentes (capela-mor, nave e coros); dos elementos separadores dos espaços (arco triunfal e separador do coro); e, da sua relação entre si – a proporcionalidade

Qualitativo

Resultado da avaliação do sistema/solução construtiva utilizado no encerramento dos diferentes espaços - a caixa, a tampa e os respectivos elementos separadores – de forma a permitir igualmente, verificar, comparar e/ou confirmar regras para soluções construtivas.

4. ALGUNS ASPECTOS A SUBLINHAR

Os capítulos que se seguem constituirão o desenvolvimento das questões apresentadas nesta introdução, com o objectivo de encontrar as respostas às premissas inicialmente colocadas.

A simplicidade e austeridade dos exemplos estudados, sobretudo dos surgidos após a criação da *Província dos Algarves*, focou a nossa investigação para pequenos detalhes, isto é, orientou-a no sentido de não perder tempo procurando encontrar grande criatividade ou mesmo exaltação nas peças arquitectónicas produzidas.

Encontrar neste conjunto, uma *obra-prima*, seria improvável, pois a contenção e as regras restritas do cliente, (ao nível da linguagem, programa e custos) bem como, a forma eficaz e pouco exuberante que caracterizam a arquitectura portuguesa, jamais o permitiriam.

Nesta arquitectura simples, porque recorrente a formas existentes e nunca, porque destituída de qualidade¹⁵, tornou-se mais credível procurar a solução eficaz que permitiu responder a um conjunto de exemplares, decodificada ao nível dos elementos que a formulam.

Estes elementos permitiram assim, esboçar uma interpretação da forma como eventualmente poderia ser pré-concebido o espaço, suportada nalguns conceitos que normalmente estão na base destes processos de concepção – a *regra*, o *modelo* e o *tipo*.

Os resultados obtidos, apesar de discutíveis, são fruto de um exercício de análise e síntese de uma realidade que se cingiu a um conjunto específico, só possíveis de sedimentar pela continuação da pesquisa, noutras fases, que em nosso entender deverá ser alargada a outras regiões e ordens monástico-conventuais.

¹⁵ Creio que a arquitectura não tem nada que ver com a invenção de formas inéditas, nem com gosto pessoal, a arquitectura é para mim, uma arte objectiva, que nasce do espírito do tempo. cfr. Mies VAN DER ROHE citado por Carlos Martí Arís, *Las Variaciones de la identidad. Ensayo sobre el tipo en la arquitectura*, 1993, p.152

Quadro I.1 – IDENTIFICAÇÃO DOS CONVENTOS FEMININOS DA ORDEM DE S.FRANCISCO DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES
Fontes consultadas

Fonte 1	Fonte 2	Fonte 3	Fonte 4	Fonte 5
3 que vieram por herança na fundação da Província (1532/3) 1-Nª Sª da Conceição – Beja 2- Madre de Deus – Xabregas 3-Jesus – Setúbal 6 que estavam em poder dos claustrais (1567), possivelmente, segundo fonte 4: 1-Sta Clara – Beja 2-Sta Clara – Estremoz 3-Sta Clara – Évora 4-Sta Clara – Portalegre 5-Jesus – Monforte 6-Nª Sª Conceição –Elvas com outros 8 “fundados por diligencias dos nossos padres” Nota: faz referência, como fazendo parte d Província dos Algarves: Flamengas de Alcântara-Lisboa S.J. da Penitência – Estremoz	“18 de freiras, em que entra o das Maltezas d’Estremós.”	Ponto da situação em 1941 1-Nª Sª Aracoeli – Alcácer do Sal 2-Nª Sª da Conceição – Beja 4-Servas de Nª Sª - Borba 5-Sta Clara – Elvas 6-S. João da Penitência 7-Sta Clara – Évora 9-Calvário – Évora 10-Flamengas de Alcântara-Lisboa 11-Nª Sª dos Mártires – Sacavém 12-Madre de Deus – Xabregas 13-Bom Jesus – Monforte 14-Sta Clara – Moura 15-Sta Clara – Portalegre 16-Jesus – Setúbal 17-Chagas - Vila Viçosa 18-Nª Sª da Esperança – Vila Viçosa Referência ainda a: 3-Sta Clara - Beja, já demolido no início do XX 8-Salvador do Mundo, nunca surgido como convento de clarissas Sem qualquer referência a: Nª Sª da Assunção – Faro	Referência à existência, em 1763, de 17 conventos de freiras, denominados xabreganos, não se encontrando identificados. Em período anterior (1532/3, data da fundação da Província dos Algarves, referência a: Mosteiros que passam para a Província: 1-Nª Sª Conceição – Beja 2- Madre de Deus – Lisboa 3- Jesus – Setúbal tendo ficado para os claustrais, a sul do tejo: 1-Sta Clara – Beja 2-Sta Clara – Estremoz 3-Sta Clara – Évora 4-Sta Clara – Portalegre 5-Jesus – Monforte 6-Nª Sª Conceição -Elvas	Segundo a “Taboa do Capítulo Provincial” de 3 de Maio de 1828, tinha a Província 16 mosteiros de freiras: 1-Nª Sª da Conceição - Beja 2-Chagas - Vila Viçosa 3-Nª Sª dos Mártires – Sacavém 4-Sta Clara – Évora 5-Jesus - Setúbal 6-Madre de Deus – Xabregas 7-Bom Jesus – Monforte 8-Nª Sª da Esperança – Vila Viçosa 9-Sta Clara – Elvas 10-Nª Sª Aracoeli – Alcácer do Sal 11-Nª Sª Assunção – Faro 12-Calvário – Évora 13-Sta Clara – Portalegre 14-Sta Clara – Moura 15-Flamengas de Alcântara-Lisbo 16-Servas de Nª Sª - Borba e, ainda, até terem sido extintos, 17-Sta Clara – Estremoz 18-Sta Clara – Beja 19-S.J. da Penitência – Estremoz (mosteiro das maltezas até 1748)
17 conventos de freiras	18 conventos de freiras	18 conventos de freiras	17 conventos de freiras	19 conventos de freiras

- Fonte 1** BELEM, Jerónimo de - *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves da Regular Observância*, T I, Livro I, *Origem e Progressos desta Santa Província*, Lisboa: Ignácio Rodrigues, 1750 –1758
- Fonte 2** CARDOSO, George - *Agiolégio Lusitano*, Lisboa Officina Craesbeekiana, 1625-1744
- Fonte 3** *Situação dos edifícios de institutos religiosos ao serviço do Estado e das Corporações – Vol II – Conventos de Freiras* – Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1941
- Fonte 4** ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*, Vol III, Livro IV Porto: Livraria Civilização, 1970
- Fonte 5** LOPES, Fernando Félix, OFM - *Colectânea de Estudos de História e Literatura, Vol I, Fontes Históricas e Bibliografia Franciscana Portuguesa*, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1997

Quadro 1. 2 – IDENTIFICAÇÃO DOS CONVENTOS FEMININOS DA ORDEM DE S.FRANCISCO DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES

Fonte 5 op. cit. nota 36	Fonte 3 Arq. Hist. Min. das Finanças, 1941	Fonte 4 op. cit. nota 33	Fonte 1 op. cit. nota 34	Fonte 2 CARDOSO, George
1-Nª Sª da Conceição-Beja 2-Chagas-Vila Viçosa 3-Nª Sª dos Mártires-Sacavém 4-Sta Clara-Évora 5-Jesus-Setúbal 6-Madre de Deus-Xabregas 7-Bom Jesus-Monforte 8-Nª Sª da Esperança-V. Viçosa 9-Sta Clara-Elvas 10-Nª Sª Aracoeli-Alcácer do Sal 11-Nª Sª Assunção-Faro 12-Calvário-Évora 13-Sta Clara-Portalegre 14-Sta Clara-Moura 15-Nª Sª da Quietação -Alcântara 16-Servas de Nª Sª-Borba e, ainda, até terem sido extintos: 17-Sta Clara- Estremoz 18-Sta Clara-Beja 19-S.J. da Penitência-Estremoz	1-Nª Sª da Conceição-Beja 2-Chagas-Vila Viçosa 3-Nª Sª dos Mártires-Sacavém 4-Sta Clara-Évora 5-Jesus-Setúbal 6-Madre de Deus-Xabregas 7-Bom Jesus-Monforte 8-Nª Sª da Esperança-V. Viçosa 9-Sta Clara-Elvas 10-Nª Sª Aracoeli-Alcácer do Sal 12-Calvário-Évora 13-Sta Clara-Portalegre 14-Sta Clara-Moura 15- Nª Sª da Quietação -Alcântara 16-Servas de Nª Sª-Borba 19-S. João da Penitência Referência ainda a: 18-Sta Clara - Beja, demolido no início do XX 20-Salvador do Mundo Sem qualquer referência a: 11-Nª Sª da Assunção – Faro 17-Sta Clara de Estremoz	1-Nª Sª da Conceição-Beja 4-Sta Clara-Évora 5-Jesus-Setúbal 6-Madre de Deus-Xabregas 7-Bom Jesus-Monforte 9-Sta Clara-Elvas 13-Sta Clara-Portalegre 17-Sta Clara-Estremoz 18-Sta Clara-Beja	1-Nª Sª da Conceição – Beja 4-Sta Clara – Évora 5-Jesus – Setúbal 6-Madre de Deus – Xabregas 7-Bom Jesus – Monforte 9-Sta Clara – Elvas 13-Sta Clara –Portalegre 15-Nª Sª da Quietação -Alcântara 17-Sta Clara – Estremoz 18-Sta Clara – Beja 19-S.J. da Penitência – Estremoz	19-S. João da Penitência
Total 19 conventos	Total 18 conventos, sem referência a Nª Sª Assunção em Faro e Sta Clara de Estremoz mas, introduzindo o do Salvador em Évora	Total 9 conventos identificados, estando referenciados 17	Total 9 conventos identificados, estando referenciados 17	Apenas referenciados 18 conventos

II O CONTEXTO

*Cada problema de projecto começa com um esforço para conseguir um acerto entre duas entidades: a forma em questão e o seu contexto. A forma é a solução para o problema, o contexto define o problema. Por outras palavras, quando nos referimos ao projecto, o verdadeiro objecto de discussão não é só a forma, mas o conjunto da forma e do seu contexto*¹⁶

Estudar este contexto, não só a nível do cliente - utente e patrocinador, como também, das linguagens arquitectónicas da época e do respectivo saber fazer, é assim a primeira etapa do nosso estudo.

1.ENCOMENDA E PATROCÍNIO

1.1.O cliente-utente

*...Também se interpretará incorrectamente um edificio conventual ocidental se não se conhecer a correspondente regra monástica ou não se admitir a idealidade do pensamento monástico...*¹⁷

Trata-se, o nosso cliente-utente, da Ordem de Santa Clara, das Irmãs Pobres ou da Segunda Ordem, ramo feminino incorporado na Ordem de S. Francisco, dos Frades Menores ou a Primeira Ordem¹⁸.

¹⁶ Cristopher ALEXANDER, *Notes on synthesis of form*, p.p. 15,16

¹⁷ Wolfgang BRAUNFELS, *La arquitectura monacal en occidente*, 1975, p.13

¹⁸ Todas as ordens mendicantes tiveram a elas associadas ou nelas incorporadas o seu paralelo ou ramo feminino. Eram freiras ...clarissas (estas de fundação de St^a Clara de Assis...Foi com reservas que tanto S. Domingos como São Francisco e os superiores das mais Ordens encararam o problema da direcção e ajuda espiritual das respectivas monjas. Foi o papado quem com eles insistiu, incorporando as religiosas no âmbito da família mendicante. Por serem religiosas de clausura ficariam estruturadas, segundo moldes tradicionais antigos, em mosteiro ou convento autónomo, muitos na dependência dos Bispos. Sendo-lhes legalmente proibida a mendicância, viram-se secundadas por pequenas comunidades de pessoas conversas e leigas dedicadas ao seu serviço. cfr. António Sousa ARAÚJO, *Ordens Religiosas em Portugal, das Origens a Trento – Guia Histórico*, 2005, p.253

Esta associação/dependência da Primeira Ordem leva-nos a analisar previamente o que foi o seu ramo masculino, enquanto responsável pela organização territorial e evolução das principais correntes de pensamento – *o espírito franciscano*.

*... um feito novo de que há pouco havia surgido na Igreja, de completa consagração a Deus, não no isolamento dos mosteiros em contemplação e oração, mas aberto aos caminhos todos do mundo para a prática das obras de misericórdia cristã sem esquecer todavia a santa oração e devoção às quais todas as demais coisas devem servir ...*¹⁹

1.1.1.A Primeira Ordem, dos Frades Menores ou de S. Francisco, em Portugal - organização territorial, evolução das correntes de espiritualidade.

Tendo sido fundada por S. Francisco e aprovada por Inocêncio III em 1209, a Ordem de S. Francisco, só se estabeleceu em Portugal em 1217²⁰ com a chegada dos primeiros irmãos vindos de Itália e a construção dos primeiros conventos – inicialmente simples ermitérios - em Alenquer, Guimarães e Lisboa²¹.

Todos os conventos dependiam directamente de *grupos de frades colocados sobre a obediência de um “ministro”*²², situação que só foi alterada com a criação das Províncias Territoriais - o novo sistema de organização territorial estabelecido pelo Capítulo Geral de 1219. É nessa data, que os conventos portugueses passam a pertencer à Província de Espanha integrando, a partir de 1239, a nova Província de Santiago²³.

Embora dependentes dessa Província espanhola, os conventos portugueses formam a Custódia de Portugal, que vigorará até 1272, data em que o Capítulo Provincial, a subdivide em duas: Coimbra e Lisboa.

¹⁹ Fernando Félix LOPES, OFM, *A Ordem Franciscana na História e Cultura Portuguesa*, 1997b, p.5

²⁰ Comparemos com Sta Clara que só chega legalmente a Portugal em 1258, data da fundação do mosteiro de Lamego.

²¹ Segundo António Montes Moreira há ainda referência ao convento de Coimbra, mas apenas como existente em 1220 e não como fundação logo em 1217. António Montes MOREIRA, *Franciscanos*, 2000, p.273

²² Ibidem, idem

²³ Em 1239 a Província de Espanha é subdividida nas três Províncias de: Aragão, Castela e Santiago.

Segundo Félix Lopes²⁴, a distribuição de conventos originada por esta divisão, atribui à Custódia de Lisboa, os conventos de: Alenquer (1217), Lisboa (1217), Leiria (1232), Évora (1250), Santarém (1250), Estremoz (1258) e, Portalegre (1271) e, à Custódia de Coimbra, os conventos de: Guimarães (1217), Coimbra (1220), Porto (1233), Covilhã (1245), Guarda (1245), e Lamego (1271), ficando o convento de Bragança (1271) a pertencer à Custódia de Orense.

É provavelmente o aparecimento de novas casas a sul e a grande extensão geográfica da Custódia de Lisboa que leva o Capítulo Provincial de 1330, a dividi-la em duas, surgindo assim uma nova, a de Évora, da qual vão depender os conventos de Beja, Estremoz, Évora, Loulé, Portalegre e Tavira.

Mas, a autonomia efectiva da Ordem em Portugal, só surge em 1418, com a criação de uma província própria - a Província de Portugal²⁵.

Quadro II.1 Origem da Província de Portugal da Ordem de S. Francisco (ver pag 54)

Antes porém, de avançar para o conhecimento das sucessivas divisões geográficas do território franciscano português, há que entender as alterações sofridas na estrutura da Ordem isto é, as reformas internas verificadas em meados do século XIV, decorrentes da consolidação das duas tendências: a Claustra e a Observância.

Originadas logo após a morte de S. Francisco e, à semelhança do que ocorreu noutras ordens²⁶, estas tendências prendiam-se com os princípios defendidos, por um

²⁴ Fernando Félix LOPES, OFM, op. cit., 1997b, p.p.43,44

²⁵ A situação decorrente do Grande Cisma do Ocidente (que levou as custódias portuguesas da Província de Santiago a manterem-se fiéis ao papa de Roma, contrariamente às cinco custódias espanholas da mesma província que seguiram o papa de Avinhão), e a guerra entre Portugal e Castela, acentuaram rupturas significativas só terminadas, em 1418, com a criação pelo Capítulo Geral, da nova Província de Portugal.

²⁶ Este fenómeno não é exclusivo da família Franciscana mas sim, comum a todas as ordens religiosas a partir do século XIV.

lado, por aqueles que consideravam que a Regra devia ser adaptada às circunstâncias do tempo e da vida e, por outro, pelos que seguiam à letra a Regra Bulada de 1223.

Os Claustrais ou Conventuais, eram *os que habitavam em edifícios espaçosos, onde o ritmo solene e ordenado da vida em comum - o “conventus”, “de convénio” - era um valor primário, bem adaptado às mitigações legítimas e com aquilo que professaram, inimigos das inovações e dos fervores extemporâneos, conciliavam a seriedade da disciplina monástica com a fidelidade fundamental ao ideal e à eficácia do serviço à igreja.*²⁷

*Os seus conventos eram normalmente desenhados com amplidão, privilegiavam a disciplina regular da vida comum de estilo monástico, praticavam a regra com dispensas pontificias, em matéria de pobreza, estavam geralmente localizados em centros urbanos e bastantes mantinham escolas públicas. (...) A vida quotidiana, marcada pela regularidade dos ofícios litúrgicos e das lições escolares, assumira um ritmo quase monacal, diferente da itinerância e da espontaneidade das primeiras gerações franciscanas.*²⁸

Por oposição, os Observantes²⁹, foram os que pretenderam repor a Regra de S. Francisco, através do regresso à pobreza e austeridade inicial, privilegiando a oração e a pregação popular. *São os que desejam um retorno ao primeiro fervor do instituto, amam o retiro, a oração mental, a austeridade, a pobreza, a simplicidade no edifício e na celebração litúrgica.*³⁰

²⁷ Lázaro IRIARTE, *Storia del Francescanesimo.*, 1994, p.85

²⁸ António Montes MOREIRA, op. cit., 2000, p.274

²⁹ Em 1351, os seguidores de Frei João de Vales, lançam os primeiros fundamentos da Observância, em oposição à Claustra. No Capítulo Geral de Barcelona, 1357, são retirados os indultos, graças e privilégios concedidos a Frei Gentil de Espoleto (sucessor de Frei João de Vales) e os seus súbditos divididos pelos conventos da Província, terminando assim a terceira Reforma com pouco mais do que três anos (1354-1357). Após catorze anos de deserto, o Oratório de Buliano é ocupado, em 1368, por Frei Paulo de Trincis, permitindo-lhe, o Papa, a guarda da Regra Seráfica, *naquele solar primeiro da Observância.*

Em Portugal os Observantes entram em 1392, organizando-se, a partir de 1447, em vigaria autônoma, embora sobre a dependência da vigaria geral observante, integrada na única província existente – a Província de Portugal (1418 ou 1421).

³⁰ Lázaro IRIARTE, op. cit., 1994, p.85

Para tal preconizam que os seus conventos se mantenham em edifícios simples e austeros aceitando, só a partir do início do século XV, a mudança das suas localizações, de sítios ermos ou meios rurais, para meios urbanos.

A dificuldade de coexistência destas duas tendências esteve, em 1517, na origem da divisão da Ordem, em dois ramos: Frades Menores da Regular Observância (ou simplesmente Frades Menores) e Frades Menores Conventuais ou Claustrais, cabendo o generalato da Ordem, aos observantes³¹.

Para Portugal, entre outros aspectos³², estas reformas traduziram-se na subdivisão da Província de Portugal em duas: a Província de Portugal da Regular Observância, com sede no Convento de S. Francisco em Lisboa, e a Província de Portugal dos Claustrais, com sede no Convento de S. Francisco no Porto.

Desta divisão vão caber: à Província de Portugal da Regular Observância, *vinte e sete conventos de frades e sete mosteiros de freiras* e; à Província de Portugal dos Claustrais, *vinte e dois conventos de frades e nove mosteiros de freiras*³³.

Quadro II.2 A subdivisão da Província de Portugal nas Províncias da Regular Observância e dos Claustrais (ver pag.55)

De entre os conventos de freiras da Regular Observância, encontram-se o de N^a S^a da Conceição de Beja, o da Madre de Deus de Xabregas e o de Jesus de Setúbal, que mais tarde, irão integrar a futura Província dos Algarves.

³¹ Decisões saídas do Capítulo Geral, realizado no Convento de Ara Coeli, em Roma, em 1517, e presidido pelo Papa Leão X.

³² Embora não se inclua no âmbito desta investigação torna-se importante referir que, independentemente da divisão da Ordem nas duas tendências primeiramente surgidas – da Claustra e da Observância - esta última também esteve sujeita a duas correntes importantes: a Regular Observância (já falada e objecto do nosso trabalho) e a Estrita Observância ou Mais Estreita e Regular Observância, onde podemos integrar os Capuchos, Descalços ou Alcantarinos, surgindo a partir de 1517, as respectivas primeiras províncias – da Piedade (1517); da Arrábida (1560) de St^o António (1568)

³³ Fortunato de ALMEIDA, *Historia da Igreja em Portugal*, 1970, p.144

Olhando a dimensão da Província de Portugal da Regular Observância que, geograficamente se estendia de Viseu até Tavira e, considerando as dificuldades de administração de um território tão vasto, é facilmente compreensível a divisão, em 1532, desta Província em duas³⁴ - a de Portugal da Observância e a nova *Província dos Algarves* da Observância aquela que estabelecerá o limite geográfico do nosso objecto de estudo.

Quadro II.3 A subdivisão das Províncias da Regular Observância e dos Claustrais, nas Províncias de Portugal da Observância e dos Algarves da Observância (ver pag.56)

Em 1567 é extinta a Província dos Claustrais, sendo em 1584, os seus conventos incorporados nas duas províncias que se mantiveram – a de Portugal e a dos Algarves. Desta divisão vão caber à *Província dos Algarves*, os conventos de St^a Clara de Estremoz, Portalegre, Évora e Beja e ainda o de N^a S^a da Conceição de Elvas e o de Jesus de Monforte.

Em 1750, data da crónica de Frei Jerónimo de Belém, pertenciam à *Província dos Algarves* dezassete conventos de religiosas, nos quais se incluíam exteriores à Ordem, o

³⁴ *Quinze anos contava já a Santa Província de Portugal, como Observante, no reinado do senhor D. João III, e considerando os nossos Pares a grande dificuldade e indizível trabalho, que tinham os Provinciais em visitar uma Província tão dilatada (...) recorreram à protecção daquele pio e zeloso monarca (...) Tendo notícia o Senhor D. João III que no ano de 1532 se celebrava a Congregação Geral da Ordem em Tolosa de França, escreveu uma carta aos Padres Vogais (...) que dividisse a Província, o que ficou acordado de ser feito em duas, proporcionando os Conventos assim de Frades, como de Freiras e a forma da divisão, e o nome da Província separada e erigenda cometiam plenamente ao mesmo Soberano.*

Foi assim dividida a província em duas, ficando a primeira com o próprio título de Portugal e a segunda com o de S. João Evangelista. Assim mesmo foram eleitos dois Ministros Provinciais, para a Província de Portugal o Padre Frei João de Santarém, e para a nossa o Padre Frei Francisco de Évora.

Ficou assim o nome da província dividida, foi de seu real agrado que esta se chamasse dos Algarves. (...) O mesmo monarca insinuou o selo, que havia de ter a Província, porque, sendo grande a sua devoção para com o mimoso evangelista, determinou que a sua imagem se estampasse nele, com um cálice na mão. (...).

*Foi decidido que só os conventos do Além Tejo e Algarve se dariam à nova Província e eram, nove de frades e dois de freiras, porque os mais que depois acresceram estavam ainda em poder dos Padres Claustrais – cfr. Frei Jerónimo de BELÉM, *Crônica Seráfica da Santa Província dos Algarves da Regular Observância*, TI – Livro I-Origem e progressos desta Santa Província, 1750-1758, pp 11-16*

de S. João de Malta de Estremoz e o de N^a S^a da Quietação de Alcântara também conhecido pelo das Flamengas³⁵.

Em 1828, de acordo com a Tábua do Capítulo Provincial citada por F. Félix Lopes³⁶, eram referidos os seguintes conventos: N^a S^a da Conceição de Beja; Chagas de Vila Viçosa; N^a S^a dos Mártires de Sacavém, Lisboa; St^a Clara de Évora; Jesus de Setúbal; Madre de Deus, de Xabregas, Lisboa; Jesus de Monforte; N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa; St^a Clara de Elvas; N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal; N^a S^a da Assunção de Faro; St^a Helena do Monte do Calvário de Évora; St^a Clara de Portalegre; St^a Clara de Moura; N^a S^a da Quietação de Alcântara, Lisboa; e, Servas de N^a S^a de Borba. E, os à data já extintos: St^a Clara de Estremoz; St^a Clara de Beja e, S. João da Penitência de Estremoz.

Sobre a forma de organização dos Franciscanos Observantes, há ainda a referir duas questões que se nos afiguram importantes:

- o desmembramento da *Província dos Algarves*, (1639/1640), originando a nova Província de S. João Evangelista nos Açores e a separação da Província de Portugal em duas Custódias: a de S. Tiago Menor (1683/1702) e a da Conceição (175/1706)³⁷;

³⁵ *Tem esta Província, na sua obediência, seis mosteiros de Freiras da primeira Ordem de Santa Clara. (...) Ficou na obediência desta Província, o mosteiro da Conceição de Beja, da Ordem de Santa Clara.(...)*

Além deste Mosteiro, conta a Província quinze Casas, chamadas reais, oito de Religiosos e sete de Religiosas.(...)

Pertence também à sua observância o Mosteiro das Flamengas de Alcântara, da primeira ordem de Santa Clara, fundado por Filipe II.(...)

Pertenceu também a esta Província o Mosteiro de S. João da Malta de Estremoz, único neste reino, fundado pelo infante D. Luis, filho de El Rei D. Manuel, no ano de 1540. Ficaram sujeitas à jurisdição Prelaticia desta província, até ao ano de 1748.(...)

Tem esta Província na sua obediência trinta e dois conventos de religiosos, entrando neste número, o Colégio de Coimbra e dezassete de religiosas; treze destes couberam à Província na divisão com três mosteiros, que estavam em poder dos claustrais, e os catorze de religiosos, com outros oito de religiosas, foram fundados por diligências dos nossos Padres, concorrendo a grande piedade dos fiéis.(...)

Foi custódia desta província, a de S. João Evangelista da Ilha dos Açores. Ibidem pp. 19-24

³⁶ Fernando Félix LOPES, OFM, *Colecção de Estudos de História e Lietratura, Fontes Históricas e Bibliografia Franciscana Portuguesa*, 1997a, p.p.45,46

³⁷ A de Santiago Menor agrupará os quatro conventos existentes na ilha da Madeira e, a da Conceição agrupará os sete conventos dos Açores que não quiseram integrar a Província de S. João Evangelista

- e a existência de outro ramo da Observância – o da Estrita Observância ou da Mais Estreita e Regular Observância, também conhecida em Portugal pelos Capuchos que está na origem do aparecimento de cinco distintas Províncias: a da Piedade, em 1517, que em 1673 se desmembra numa nova, a da Soledade agregando os conventos a norte do Tejo; a da Arrábida em 1560; e a de Stº António em 1568, (esta resultando do agrupamento de casas de recolção da Província da Regular Observância de Portugal), que em 1705, se desmembra na nova Província da Conceição, integrando os conventos a norte do Mondego.

Quadro II.4 Ordem de S. Francisco em Portugal – Principais “ramos”, grupos e respectivas províncias (ver pag.57)

Como principais actividades, os Franciscanos dedicaram-se à pregação e ao ensino. No período de maior expansão (meados do XVI a meados do XVII), os conventos e hospícios das províncias, custódias e seminários do continente e ilhas chegaram a perto de duas centenas, salientando-se já no XVII, a *Província dos Algarves*, segundo as estatísticas publicadas em 1740, por Frei Apolinário da Conceição, como a que maior número de frades detinha, cerca de 922, seguida da de Portugal com cerca de 868.

Paralelamente também desempenharam importantes acções missionárias. Muitas foram as missões fundadas a partir de meados do século XV, especialmente, a partir de 1656, com a fundação da Missão de Cabo Verde e Guiné, e com a presença no Brasil, antecessora da dos jesuítas.

A 30 de Maio de 1834, um decreto de D. Pedro IV, determina a extinção imediata de todos os conventos masculinos e a incorporação dos seus bens na Fazenda Pública.

1.1.2.A Segunda Ordem, das Irmãs Pobres ou de Santa Clara, em Portugal - a Regra como entendimento de uma forma de vida

Filha espiritual de S. Francisco, Santa Clara seguiu a essência da doutrina franciscana, no que se refere à pobreza, austeridade e evangelização, tendo conseguido do Papa Inocêncio III, o “Privilégio da Pobreza”, isto é, a *autorização para as freiras viverem exclusivamente de esmolas, sem bens ou propriedades de qualquer género, pessoais ou comunais.*³⁸

A Regra, propriamente dita, só foi dada em 1247, pelo Papa Inocêncio IV, e aprovada em 1253, pelo mesmo Papa, distinguindo-se da de S. Francisco pelo facto de permitir o uso do dinheiro e de omitir o respeitante ao apostolado *e ao modo como se havia de proceder quando se ia pelo mundo.*³⁹

Mantinha, no entanto, todos os princípios referentes à pobreza, humildade, silêncio, fraternidade, sacrifício, recolhimento e clausura, obediência e castidade, pois, *viver em inteira dedicação a Deus, em humildade, penitência, pureza, afastamento do mundo secular e despojamento de bens materiais, é o objectivo das clarissas; daqui a profissão dos votos solenes de obediência, castidade e pobreza em clausura.*⁴⁰

A Ordem de Santa Clara chega institucionalmente a Portugal em 1258, *ao ser outorgada, por Alexandre IV, a regra do Cardeal Ugolino, a um mosteiro em Lamego*⁴¹, seguindo-se logo a construção de um outro, em Entre-os-Rios. Em 1259, é autorizada a transferência das freiras de Lamego para Santarém, onde D. Afonso III havia mandado construir um novo convento.

À semelhança da Ordem de S. Francisco, a Ordem de Santa Clara foi crescendo nas suas reformas, sobretudo na Observância, dependendo das Províncias que entretanto

³⁸ José Sidónio MENESES DA SILVA, *O Mosteiro das Chagas de Lamego, Vivências, Espaços e Espólio Litúrgico 1588-1906*, 2002, p.37

³⁹ Ibidem, p.39

⁴⁰ Maria Margarida LALANDA, *Clarissas (Ordem de Santa Clara)*, 2000, p.353

⁴¹ Ibidem, idem

foram surgindo, sempre condicionada ao apoio dos frades franciscanos e de benfeitores que geriam os bens necessários à vida no convento, uma vez que estavam proibidas de angariar esmolas.

Estas reformas originaram o aparecimento de adaptações à Regra, como foi o caso da nova Regra decretada em 1263, pelo Papa Urbano IV, que apesar de baseada na primeira, autorizava o uso de propriedades e rendas.

Os conventos existentes e a formar a partir desta data, passaram a adoptar uma das Regras vigentes – a Primeira Regra, a de Santa Clara, sendo as freiras denominadas “Clarissas” ou, a Segunda Regra, a do Papa Urbano IV, sendo as freiras denominadas de “Urbanistas”. Mais tarde, a Reforma de Santa Coleta (1381-1447), veio reforçar o espírito da Primeira Regra, numa tentativa de retorno às origens da Ordem⁴², tendo acabado por impôr-se.

No conjunto dos conventos abordados neste estudo todos seguiram a Primeira Regra. Exceptua-se, no conjunto dos exemplos considerados *anteriores*, o convento de N^a S^a da Conceição de Beja, inicialmente seguindo a Segunda Regra, sendo assim *de urbanistas*.

A Ordem viveu períodos de alguma decadência, mas no século XVI, assistiu-se a uma renovação da vida religiosa com um aumento significativo de fundações de conventos. A comprová-lo temos as datas de fundação dos sete conventos estudados: dois dos finais da segunda década, e, os seguintes, um por década, a partir da década de cinquenta, sendo o nosso último exemplo, as Servas de Borba, já da primeira década do século XVII⁴³.

⁴² A adopção da primeira regra de Santa Clara, com a consequente proibição de rendas e dotes, concretizou-se com a chamada “Reforma de Sta Coleta” (1381-1447), cujo primeiro convento em Portugal, ainda no século XV, foi o de Jesus de Setúbal. Esta reforma valorizou a união fraterna e o capítulo semanal, ordenando ainda que em todas as comunidades houvesse biblioteca e se cultivasse a leitura de bons livros. cfr. António Sousa ARAÚJO, op. cit., 2005, p. 258.

⁴³ Como datas de fundação temos: 1514 para as Chagas de Vila Viçosa; 1519 para N^a S^a da Assunção de Faro; 1548 para N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa; 1565 para St^a Helena do Monte do Calvário de Évora; 1573, para N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal; 1582 para N^a S^a da Quietação de Alcântara; e

Como orientações dadas pelo nosso cliente-utente para a construção dos seus edifícios e no nosso caso específico as suas igrejas, uma primeira linha de investigação levou-nos à leitura da Regra, como forma de retirar indicações sobre a forma de vida nestes espaços, que nos permitissem chegar ao processo arquitectónico.

Con sus reglas, las órdenes religiosas establecen una actitud para la vida y el espíritu. Y en todas las épocas de gran producción artística, el orden arquitectónico de los monasterios tenía que estar en consonancia con ella. Un orden interior se hace visible como orden externo. Y en el transcurso de los siglos, tanto las órdenes religiosas como los estilos artísticos fueron alternando su papel rector. La fundación de una nueva orden no es sólo obra de la pedagogía creadora, sino que al mismo tiempo tiene en cuenta una posición distinta ante la vida y un nuevo estilo de religiosidad. Este estilo confería también su sello a las obras artísticas y arquitectónicas. Porque todo buen monasterio representa un organismo a través del cual la vida según la regla primero es posibilitada, luego racionalizada, y por último simbolizada ...

... Todo buen monasterio quiere ser copia de la Civitas Dei.....⁴⁴

Tal porém, apesar de fornecer algumas orientações fundamentais quanto a um programa preliminar, ao nível do tipo e inter-relação de espaços, não permite recolher indicações directas quanto à organização, forma e dimensões a que devem obedecer os espaços que integram estes edifícios, desconhecendo-se quaisquer regras específicas sobre a construção destes conventos⁴⁵ e, respectivas igrejas.

1604 para as Servas de Borba.

⁴⁴ Wolfgang BRAUNFELS, op. cit., 1975, p.10

⁴⁵ Hay que admitir que ninguna orden monacal y ningún autor medieval establecieron reglas específicas para la construcción de monasterios. Sólo existen referencias y prohibiciones de detalles, ocasionalmente la descripción de un organismo considerado modélico. La atención debía centrarse siempre en la vida dentro de los edificios, pero no en ellos mismos. Ibidem, idem

No entanto, uma análise destas estruturas permite-nos concluir que são evidentes “orientações” ou “regras empíricas” para os elementos estruturais – igreja e claustro⁴⁶ - que determinam uma “pré-concepção” deste tipo de arquitectura. Concretamente, referimo-nos à modulação da igreja enquanto elemento que pode condicionar a dimensão da *quadra* – módulo-base da estrutura conventual.

Em termos de morfologia e organização dos espaços houve no entanto, reformas da Igreja que tiveram reflexos arquitectónicos nestas estruturas específicas. Referimo-nos especificamente às reformas impostas por D. Manuel desde 1514, que vão incidir sobre as primeiras fundações (Chagas de Vila Viçosa, N^a S^a da Assunção de Faro, e, já no limite, N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa) e, às instruções emanadas pelo Concílio de Trento, em 1563, 1566, 1570 e 1572 que condicionaram os restantes exemplos⁴⁷.

1.2.O cliente-patrocinador

⁴⁶ *En todos os tiempos los monasterios dedicaron sus mayores esfuerzos a la configuración de sus respectivas iglesias (...) La iglesia, casa de Dios y lugar en el cual se daba lectura al Evangelio, tenía que ser el edificio más grande y lujoso del monasterio, que incluso llegara a dominarlo. Si concebimos el monasterio como un taller concebido a conciencia, entonces la iglesia es el lugar en donde se hace entrega del producto final, la alabanza de Dios(...)* Ibidem pp. 10; 17,18

... O claustro aparece na Idade Média, de um modo geral, como vazio central polarizador dos espaços comunitários, acumulando um carácter funcional com um sentido vivencial. É, a um tempo, o centro à volta do qual o mosteiro se organiza enquanto espaço arquitectónico e enquanto corpo colectivo vivo. cfr. José Eduardo HORTA CORREIA, *A importância dos Colégios Universitários na definição das tipologias dos claustros portugueses*, 1991, p.273

⁴⁷ É Paulo Varela Gomes quem melhor sintetiza as diferentes instruções que se reflectiram sobre a forma de construir conventos femininos e suas respectivas igrejas.

(...) Desde pelo menos o Concílio de Latrão convocado por Leão X em 1513-1514, até às decisões de 1537, multiplicam-se as medidas de reforma completa e radial da clausura cujo reflexo directo em Portugal foram as Visitações e reformas impostas pelo Rei D. Manuel desde 1514 a todos os conventos masculinos do país.

O Concílio de Trento ocupou-se dos conventos na semana de 20 a 27 de Novembro de 1563. Em 1566, 1570 e 1572, foram publicadas três bulas sobre o assunto. (...) Aquelas que tiveram reflexos arquitectónicos imediatos são as seguintes: clausura absoluta, incluindo uma separação clara e total das igrejas de dentro e de fora; deslocação dos edifícios conventuais para perto ou para dentro das povoações impedindo o seu isolamento (Sessão XXV, Cap. V, Dezembro 1563); vida em comum das freiras proibindo-se alojamentos individuais; proibição dos Bispos entrarem na igreja de dentro só podendo atender as freiras “junto à janelinha” da clausura (Cap. VII); proibição de se conservar na igreja de dentro o Santíssimo Sacramento que deve estar “in publica Ecclesia” (Cap. X). cfr. Paulo VARELA GOMES, op. cit., 1993-1996, pp. 73,74.

Dadas as características rígidas de um convento de clausura⁴⁸, poderia parecer que o papel do fundador ou benfeitor fosse muito limitado e indirecto na definição das orientações da construção.

Acontece que, sendo a Ordem de Santa Clara, à semelhança de todas as outras Ordens Mendicantes, uma Ordem que não poderia surgir, nem permanecer no horizonte religioso, se não tivesse “patrocinadores/protectores”, a quem competiria a construção do convento e a protecção das freiras ao longo da sua existência, haveria que criar soluções que permitissem dar a estes patrocinadores a possibilidade de registarem a sua marca ou seja de “mostrarem a sua grandeza”.

Nesta dualidade, nada melhor do que a igreja, elemento de relação com o exterior, para poder suportar a “assinatura” de quem estava a pagar a obra. Nela se poderia manifestar, de uma forma mais evidente, o desempenho do patrocinador cabendo-lhe igualmente, o papel de personagem principal.

A investigação sobre os nossos patrocinadores/protectores permitiu-nos concluir que, para o caso dos três conventos que antecederam a criação da *Província*, encontramos apenas individualidades ligadas à Casa Real, enquanto que, para os sete conventos, cujas igrejas foram construídas após a criação da *Província dos Algarves*, encontramos figuras inseridas em três grupos: – a Casa Real, a Casa de Bragança e outros.

1.2.1.A Casa Real

Como membros da Casa Real ligados à fundação de conventos de clarissas que antecederam a criação da *Província dos Algarves*, mas dela fizeram parte, temos: D. Leonor (1458-1525) mulher de D. João II, responsável pela fundação de Jesus de Setúbal e Madre de Deus de Xabregas e, D. Beatriz de Lencastre e D. Fernando 2º

⁴⁸ Facilmente comprováveis pela imutabilidade que esta tipologia manifesta, ao longo dos tempos.

duque de Viseu e 1º duque de Beja (pais de D. Manuel) ligados à fundação de Nª Sª da Conceição em, Beja.

Pela morosidade dos processos, as personalidades ligadas às fundações não são as mesmas que vão patrocinar as construções, em especial das igrejas, considerando por isso importante reter que, no caso de Jesus de Setúbal, sabemos da intervenção significativa das figuras de D. João II e de D. Manuel e, na Madre de Deus de Xabregas, já numa fase muito posterior, de D. João III.

Relativamente aos membros da Casa Real ligados à fundação de conventos após a criação da *Província dos Algarves*, encontramos novamente D. Leonor, mulher de D. João II⁴⁹, responsável pela fundação do convento de Nª Sª da Assunção em Faro, embora a construção da igreja propriamente dita seja já patrocinada por D. Catarina de Áustria (1507-1578), mulher de D. João III, notável pela sua actividade política enquanto regente e tutora de D. Sebastião.

A Infanta D. Maria (1521-1577), filha de D. Manuel e da sua terceira mulher D. Leonor, ligada à fundação do convento de Stª Helena do Monte do Calvário em Évora, personagem *de grande cultura, típica figura humanista ligada às artes e às letras clássicas*⁵⁰.

Foi responsável por obras de grande erudição onde a *preocupação em não descurar traços de originalidade é nítida, recorrendo à sua formação estética e ao seu gosto pessoal para imprimir um cunho muito personalizado aos seus patrocínios.*

*As suas encomendas revelam algumas especificidades autonomizantes como (...) uma sede assumida pela novidade formal nas disciplinas artísticas – na igreja de nave única no convento de Stª Helena do Monte do Calvário e no retrocoro da Luz...*⁵¹,

⁴⁹ Dália PAULO, *Fábrica da Cerveja Portugal e Convento de Freiras, estudo de edifícios e projecto de adaptação a museu*, 2006, p.152

⁵⁰ Diogo RAMADA CURTO, *A cultura política*, 1993, p.153.

⁵¹ Carla Alferes PINTO, *A Infanta Dona Maria de Portugal. O mecenato de uma princesa renascentista*, 1998, p.178

*ambos os casos, eventuais cabeças de série das duas tipologias que originaram: igreja de freiras com expressão exterior de igreja dupla ao modo moderno; e, igreja de dentro por detrás do altar-mor*⁵².

Por fim, Filipe I (1527-1589)⁵³, responsável pela fundação do convento de N^a S^a da Quietação em Alcântara, estrutura inserida numa intensa actividade arquitectónica promovida por este monarca⁵⁴, apesar da igreja como a temos actualmente, já ter sido completamente reformulada por Filipe III (1605-1665).

1.2.2.A Casa de Bragança

Segundo a Casa Real, a Casa de Bragança, é sem dúvida a linhagem mais antiga e de prestígio em Portugal. Tendo a 1^a geração surgido, com D. Nuno Alvares Pereira, cuja família foi fortemente relacionada com a Família Real Portuguesa⁵⁵ os seus membros foram, até às décadas de 20 e 30 do século XV, os únicos detentores de títulos⁵⁶.

⁵² É Paulo Varela Gomes, quem atribui a esta infanta a promoção de obras tipologicamente assinaláveis na História da Arte Portuguesa – *D. Maria esteve assim ligada, nos anos 70 do século XVI, tanto à primeira igreja de Freiras com expressão exterior de igreja dupla ao modo moderno (o Calvário de Évora que já referi) como a Luz de Carnide, primeira igreja peninsular com a igreja de dentro por detrás do altar-mor. Foi portanto por via do seu patrocínio que a Contra-Reforma se reflectiu em Portugal na tipologia das igrejas conventuais.* Paulo VARELA GOMES op. cit., 1993-1996, p.74.

⁵³ Filipe II de Espanha é filho do Imperador Carlos V (o que justifica a protecção dada às freiras flamengas), e da princesa D. Isabel de Portugal (filha de D. Manuel). Com a coroa de Portugal em 1581, abandona a cidade em 1583.

⁵⁴ *A protecção concedida às Ordens religiosas pelo novo poder filipino, traduzida no incentivo à fixação de novas regras, numa política de confirmação de privilégios e de produção legislativa de defesa dos seus interesses, quando não na atribuição de pingues esmolas para empreendimentos construtivos, está na origem de uma intensa actividade arquitectónica que, se começa imediatamente após a entrada de Filipe II em Portugal, só vem realmente a declinar nos começos do segundo quartel do século XVII.* cfr. Miguel SOROMENHO, *Classicismo, Italianismo e “Estilo Chão”*. O ciclo filipino, 1995, p. 383.

⁵⁵ A filha do 1º casamento de D. Nuno Alvares Pereira, D. Beatriz Pereira, vai casar com D. Afonso, filho bastardo do rei D. João I, assim como a filha do seu 2º casamento, D. Isabel, vai casar com D. João, 6º filho legítimo do rei D. João I, fortalecendo desta forma, os laços entre a nova Casa de Bragança e a Casa Real.

⁵⁶ *Até à década de quarenta, existiam os seguintes títulos em Portugal: duque de Coimbra (infante D. Pedro); duque de Viseu (infante D. Henrique); conde de Barcelos (D. Afonso filho bastardo do D. João I e marido de D. Beatriz Pereira, 1º duque de Bragança); conde de Ourém (D. Afonso filho do anterior); conde de Arraiolos (D. Fernando, filho do Conde de Barcelos); e o conde de Vila Real (D. Pedro de Meneses). Seis títulos dos quais metade pertenciam à linhagem de Bragança.* cfr. Mafalda SOARES DA CUNHA, *Linhagem, parentesco e poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, 1990, p.72.

Entre 1461 e 1483 (data da morte de D. Fernando, 3º duque de Bragança) há uma desmultiplicação da linhagem de Bragança em quatro casas senhoriais⁵⁷, mantendo-se no entanto, uma declarada e óbvia supremacia da casa original sobre as restantes.

É após a morte do 3º duque de Bragança⁵⁸, que surgem os três duques ligados à fundação dos conventos do nosso estudo: D. Jaime I, 4º duque, (1479-1532) e seu filho D. Teodósio I⁵⁹, 5º duque, (1535- 1563), responsáveis pela fundação do Convento das Chagas em Vila Viçosa; D. Isabel de Lencastre, mulher de D. Teodósio I, a quem se atribui a fundação do Convento da Esperança também em Vila Viçosa e, D. Teodósio II (1568-1630), 7º duque de Bragança, filho de D. João I, 6º duque, responsável pela fundação do convento das Servas de Borba.

1.2.3.Outros

Resta o convento de Nª Sª de Aracoeli de Alcácer do Sal fundado pelos particulares, Rui Salema e sua mulher D. Catarina Souto Maior⁶⁰, cujo percurso se desconhece.

2.PRODUÇÃO ARQUITECTÓNICA

2.1. As linguagens formais

A arquitectura em Portugal conheceu transformações substanciais nos finais do reinado de D. João III, que acompanharam as mutações culturais coincidentes com a entrada no período sebástico. As resoluções do Concílio de Trento, a espiritualidade da Contra-Reforma, a militarização da política portuguesa e a unicidade ideológica associaram-se à evolução estética e às alterações no modo de

⁵⁷ Vão surgir as casas de: Bragança, Montemor-o-Novo; Faro/Odemira; e a casa de D. Álvaro de Portugal/Olivença.

⁵⁸ Degolado em Évora por acusação de traição, em tempos de D. João II

⁵⁹ De salientar o facto deste Duque de Bragança também patrocinar, em 1535, o convento de Santa Clara de Bragança, concluído em 1550, cujas semelhanças são evidentes e encontram-se devidamente descritas e analisadas em trabalho de Seminário o Curso de Licenciatura em Estudos Portugueses de Fátima Pires SOUSA, *O primitivo convento de Santa Clara de Bragança*, 2000

⁶⁰ Abel VIANA, *Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo*, 1948, p.38.

projectar. Um tempo novo surge então, para a arquitectura nacional, marcada não só pelo maneirismo italiano (ou flamengo), como sobretudo e concomitantemente por um estilo vernacular e original, profundamente acentuado pela cultura arquitectónica de base tratadística e pela prática da arquitectura militar e onde se evidenciam valores de simplicidade, austeridade, limpidez, clareza e funcionalidade.

61

A primeira data⁶² que surge no universo deste estudo⁶³ inclui-se em pleno reinado de D. João III, tempo caracterizado pela grande viragem de gosto, por oposição a um manuelino exuberante e de manifestações culturalmente ultrapassadas, *onde é notória uma tendência nacional para a austeridade, clareza, ordem, proporção e simplicidade*⁶⁴, mesmo dentro dos novos parâmetros trazidos pela nova cultura humanista.

Esta viragem não é no entanto, um processo rápido, tendo-se assistido à coexistência formal das duas tendências, perfeitamente alheias à sua intrínseca incompatibilidade. A comprová-lo estão as várias manifestações ditas tardo-góticas nalgumas igrejas do presente estudo⁶⁵, nada mais do que pequenos exemplos de uma realidade que se verifica na arquitectura portuguesa do século XVI e mesmo do XVII, e que se mantém ligada aos antigos formulários, em nosso entender, mais *por razões de natureza empírica e de cultura prática dos mestres disponíveis*⁶⁶, do que propriamente por opção intencional de permanência de modelos anteriores.

⁶¹ José Eduardo HORTA CORREIA, *A arquitectura – maneirismo e “estilo chão”*, 1986, p.93

⁶² 1537 data atribuída à construção da igreja do convento das Chagas.

⁶³ O nosso estudo integra reinados e regências de: D. João III (1521-1557), D. Catarina de Áustria (1557-1562) e do Cardeal D. Henrique (1562-1568), D. Sebastião (1568-1578), Cardeal D. Henrique (1578-1580), Filipe I (1581-1598) e Filipe II (1598-1621) e Filipe III (1622-1640).

⁶⁴ José Eduardo HORTA CORREIA, op. cit., 1986, p.94.

⁶⁵ Capelas Mor dos conventos das Chagas, e Esperança de Vila Viçosa, e nave do convento das Chagas. As grandes intervenções introduzidas no Convento de Nossa Senhora da Assunção de Faro, não permitem comprovar as nossas suspeitas de soluções idênticas para este convento.

⁶⁶ Paulo PEREIRA, *A traça como único princípio. Reflexão acerca da permanência do Gótico na Cultura Arquitectónica dos Séculos XVI e XVII*, 1995, p. 191.

Assim, paralelamente à execução de obras-primas experimentais ou de vanguarda que se constituem naquilo que é vulgarmente denominado por Primeiro Renascimento português dos anos 20 a 40 do século XVI⁶⁷, a nova linguagem vai tentando impor-se, pouco a pouco, através da utilização de um formulário com base na tratadística, *cujo princípio essencial, era o da repetição modular e da regularidade, demarcada por um rígido sistema de linhas ortogonais em planos rectos e dominada pela simetria biaxial*⁶⁸.

É só a partir da segunda metade do século⁶⁹, que se interioriza e reinterpreta, ao convergir com outros princípios decorrentes da arquitectura militar e da ideologia da Contra Reforma, o que acentua uma tendência para a adopção de um classicismo despojado que, nalguns casos, evoluiu no sentido aclássico, mas sempre de grande austeridade⁷⁰.

No que se refere à forma anónima de fazer arquitectura religiosa neste horizonte temporal, podemos adiantar que, tipologicamente se assistiu à produção de um conjunto de:

- pequenas capelas isoladas ou anexas a igrejas pré-existentes, recorrendo-se ao plano centralizado renascentista e/ou à cúpula como sistema de cobertura;

⁶⁷ Como são exemplo: a Capela do Convento de Bom Jesus de Valverde, a Capela de N^a S^a da Conceição de Tomar, e, a Capela do Paço de Salvaterra de Magos.

⁶⁸ Rafael MOREIRA, *Arquitectura, Renascimento e Classicismo*, 1995, p. 316.

⁶⁹ *É agora e não antes, embora o processo da sua gestação tenha sido lento e pressuponha obviamente a viragem renascentista do início do reinado, que o estilo chão se afirma como corrente dominante da arquitectura portuguesa, correspondendo de certo modo a uma ansiedade idiossincrática nacional, mas afirmando-se como conjuntura favorável a uma cultura arquitectónica, de predomínio da arquitectura militar e de contra-reformismo religioso. E é esta conjuntura que faz com que se abra um novo capítulo – e portanto um subperíodo – a partir dos finais dos anos 50 na História da Arquitectura Portuguesa. Ela é marcada profundamente pelo “estilo-chão” e este tende a ser paulatinamente hegemónico, desde a época sebástica à arquitectura da Restauração.* cfr. José Eduardo HORTA CORREIA, *Arquitectura Portuguesa – Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*, 2000, p.42.

⁷⁰ Tal não impediu, no entanto, o aparecimento de obras de grande erudição como se podem destacar: nas décadas de 50 e 60, o Claustro de Torralva em Tomar e a Capela Mor do Mosteiro dos Jerónimos e, posteriormente, já na época filipina, S. Vicente de Fora, Igreja de S. Lourenço no Porto, e a Sé Nova de Coimbra.

- igrejas-salão, derivadas de soluções militares muitas vezes adoptadas para as cisternas;
- igrejas de três naves, onde é evidente a reinterpretação de uma tipologia de raiz medieval;
- e igrejas de nave única, sem transepto, com capelas colaterais inter-comunicantes sobrepostas por tribunas, de adopção generalizada pelos jesuítas mas, não apenas por estes.

Em termos de espacialidade, exceptuando o caso do plano centralizado e de algumas obras-primas assistiu-se, num primeiro nível, a pequenas alterações espaciais conseguidas a partir do recurso a uma escala mais humanizada e à utilização de novos sistemas construtivos, especialmente nas coberturas⁷¹ e, num segundo nível, à introdução de uma nova “imagem” alcançada pela utilização de um vocabulário e uma sintaxe, decorrentes dos tratados⁷².

Esta “tímida” intencionalidade vai, a partir dos finais da década de cinquenta, amadurecer e assumir-se como uma forma muito própria de fazer arquitectura que, pelo facto de não ser “exuberante” ou mesmo apenas “marcante” não foi, durante muito tempo, considerada pelos historiadores.

É a denominada *arquitectura-chã*, que parece não ser resultado de um período mas sim uma constante na arquitectura portuguesa⁷³ e que se prende, para além de uma atitude consciente e própria de “desornamentação” de modelos estrangeiros, com uma

⁷¹ As abóbadas de berço e as cúpulas

⁷² Foi Lurdes Craveiro quem melhor descreveu o facto da perda de oportunidade em se criar uma arquitectura nova, ao se ter optado em grande parte pelo recurso à decoração. *Antes que a arquitectura se decida pela consagração do espaço humanizado, é pela via da decoração que se apresentam os indícios mais explícitos e reveladores da mudança estética em curso(...)* Lurdes CRAVEIRO, *O Renascimento em Coimbra. Modelos e programas arquitectónicos*, 2002, p.354.

Embora a decoração fosse um dos elementos fundamentais no projecto. *A decoração funciona mais como um pressuposto presente na articulação dos elementos arquitectónicos e ganha expressão na totalidade do conjunto edificado. Para o tratadista, a actividade do arquitecto na execução do projecto passa pela selecção do ornamento, pela montagem do elementos dissociados ou pela reunião proporcional de todas as variantes em presença.* Ibidem, p.368.

⁷³ (...) *Todas as arquitecturas têm as suas arquitecturas-chãs*, (...) Georges KUBLER, citado por Paulo Varela Gomes, *Arquitectura não alinhada*, in *Jornal dos Arquitectos* n° 200, p. 9

*eficácia construtiva, ou seja, aquilo que Alexandre Alves Costa define como sobretudo construção, espaço de suporte para a acção cujo significado não contamina o desenho.*⁷⁴

Partiu-se, assim, para o estudo – *do espaço das igrejas dos conventos femininos da Província dos Algarves* – no âmbito de uma arquitectura-chã, anónima, *acima de tudo explicável pela própria dimensão e preponderância dos programas construtivos conventuais, que impunham regras restritas de organização funcional, gastos controlados e um relativo despojamento decorativo*⁷⁵ fortemente condicionados pelo *modo de projectar e de executar obras e pelos sistemas construtivos.*

2.2 O modo de projectar e de executar obras

*Do século XVI ao XVII, muitos mestres portugueses ou a trabalhar em Portugal, defendiam e praticavam a “traça sem estilo”, aquilo a que a história da arte viria a apelidar de “estilo chão” (...) era um saber empírico: a prevalência da abstracção do desenho e dos aspectos práticos da sua cultura sobre a questão estilística ou erudizante(...)*⁷⁶

2.2.1. A escola e as bases teóricas disponíveis

Aquilo que fazemos hoje resulta, não só dos novos conhecimentos trazidos à luz pelo renovar dos tempos e das culturas mas sobretudo, do acumular de todos os outros que formam a memória. É nesse sentido que, apesar de todos os contributos que o novo

⁷⁴ *Apura-se simplificando-se, comunica antes de mais pela decoração que não interfere nos valores estruturais e mesmo quando aspira a um espaço mais emotivo e dinâmico, (como no barroco), contém-se no interior de uma volumetria que não ousa romper com a simplicidade de uma geometria de volumes puros.* Alexandre ALVES COSTA, *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa. Outros textos sobre Arquitectura Portuguesa*, 1995, p.31.

⁷⁵ Miguel SOROMENHO, op. cit., 1995, p. 397

⁷⁶ Paulo PEREIRA, op. cit., 1995, p.198

humanismo trouxe à actividade humana e, no nosso caso, especificamente à actividade arquitectónica, a herança dos tempos mais próximos está-lhe muito presente e, é ponto-chave de todo esse processo.

Subscrevemos Helder Carita enquanto refere que, para além da acção dos engenheiros militares na constituição dos valores e características da arquitectura chã, a legislação de D. Manuel e os princípios teóricos da reformulação urbana de Lisboa, são igualmente elementos fundamentais da cultura estética deste período, enquanto enunciam uma forma de fazer que se baseava *num conjunto de propostas formais que se estruturavam através de valores estéticos como “yqual, compasso, hordenaça, cordear, medida”, e de uma preocupação de definir sistemas métricos e proporcionais baseados no quadrado, duplo quadrado e rectângulos de base proporcional*⁷⁷.

Foi a este “saber fazer” empírico⁷⁸ que se soube aliar uma nova prática⁷⁹, originando uma forma de projectar e de construir que, podendo ter sido fortemente inovadora, não o foi.

Era assim perfeitamente compreensível a continuação de um ensino feito através das “famílias”⁸⁰, que substituindo as corporações, foram-no fazendo fundamentalmente, numa prática apurada em estaleiro, onde não era proporcionada a novidade⁸¹ mas sim, garantida a protecção de alguns desempenhos profissionais de autor.

Fora das “famílias”, a primeira estrutura formal dedicada à formação científica funcionou no Paço da Ribeira. Conhecida pela Aula da Ribeira/Aula do Riscar/Aula de

⁷⁷ Helder CARITA, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, 1999, p. 171.

⁷⁸ traduzido numa produção arquitectónica de um “fazer sempre igual” radicado na experiência impositiva dos mestres e no seu conhecimento de algumas regras básicas de geometria.

⁷⁹ adquirida através de uma teoria emergente decorrente de uma nova cultura devidamente divulgada nos tratados e suportada pelo desenho formado a partir das leis da matemática e da geometria.

⁸⁰ Que podiam ser efectivamente famílias como são o caso dos Pires, Arrudas, Castilhos, Alvares, Frias, Coutos, Tinocos, Antunes, entre outros, ou oficinas que formavam escola.

⁸¹ *O tipo de aprendizagem que este sistema proporcionava, dificilmente integraria a novidade e, mais do que na fixação de um corpus de conhecimentos teóricos, baseava-se num ensino prático, apurado no estaleiro, coexistindo com praticas contratuais próprias dos que caracterizavam, então ainda, as corporações mesterais*, cfr. Miguel SOROMENHO, op. cit., 1995, pp. 397,398.

Artilharia e da Esquadria (1562), destinava-se a Moços Fidalgos, estando ligada ao ensino da arquitectura militar. Para além do estudo da cosmografia e geometria euclidiana, o ensino tinha uma grande componente prática baseada na leitura e no comentário de textos. Foram mestres nesta estrutura, Pedro Nunes (1562-1572) e António Rodrigues (1572-1577) autor do primeiro tratado português (1576).

Com o domínio filipino, dá-se a transferência dos conteúdos programáticos desta estrutura, também conhecida por Aula do Paço, para a corte espanhola, mantendo-se o ensino científico em três locais: nos Armazéns da Ribeira, através da Lição de Matemática/Aula de Fortificação, iniciada em 1582, sob a responsabilidade de João Baptista de Lavanha; no Colégio de Santo Antão, através da Aula da Esfera, iniciada em 1580, pelos jesuítas e, no Paço da Ribeira, através da Aula do Risco, iniciada em 1594 por Filipe Terzi.

A alteração do ensino da arquitectura civil dá-se efectivamente nesta data, quando a direcção de Filipe Terzi cria três lugares para a aprendizagem desta disciplina.

Desconhece-se o conteúdo desta estrutura de aprendizagem da arquitectura mas, segundo Miguel Soromenho, foi mais do que um simples apoio a obras régias, testemunhando-o o conteúdo de um tratado de arquitectura de Mateus do Couto, compilado em 1631, e que vem revelar uma ampla área de referências teóricas para além da *tratadística*⁸².

Como bases teóricas disponíveis, a *tratadística*, retenhamos que a partir de 1541/1542⁸³, datas apresentadas para a primeira tradução portuguesa do tratado *De Architectura*, de Vitruvio, por Pedro Nunes, vários foram os tratados divulgados em

⁸² Os contornos exactos desta estrutura, a primeira com incidência na arquitectura civil, são ainda vagos, mas não parece crível que apenas tivesse uma finalidade prática de apoio exclusivo ao programa arquitectónico de obras régias, como quiseram alguns autores. Um tratado de arquitectura manuscrito da autoria de Mateus do Couto, que sucedeu a Filipe Terzi, na lição de *Arquitectura*, embora compilado em 1631, revela o amplo espectro de referências teóricas ali abordadas, tanto quanto a inevitável obrigatoriedade de conhecimento das *tratadísticas* clássica e renascentista. – Ibidem p.398.

⁸³ Miguel Soromenho apresenta a data de 1541, enquanto que, Rafael Moreira apresenta 1542

Portugal. Destacamos, *Architettura*, de Sebastião Serlio, *Medidas del Romano* de Diego de Sagredo, assegurando a importância do primeiro como “manual”, *que orientou a produção arquitectónica portuguesa da época*⁸⁴ e, ainda, os *Quattro Primi Libri de Archiettura*, de Pietro Cataeno em 1544, e a *Regolla delli Cinque Ordini d’Architettura*, de Vignola em Roma em 1562.

Sobre a obra de referência *De Re Aedificatoria*, de Leon Alberti, as nossas fontes são pouco precisas quanto à sua tradução para português. Rafael Moreira, apresenta a data de 1551, como a da conclusão da sua tradução, por André de Resende⁸⁵, enquanto que, Miguel Soromenho considera esta tarefa como uma *tradução falhada de Alberti*⁸⁶.

Atribui-se à arquitectura portuguesa, alguma componente tecnico-prática e pouca produção teórica⁸⁷, limitada à obra manuscrita de António Rodrigues, da qual, segundo Rafael Moreira, *existem duas versões datáveis de 1576 e 1579*⁸⁸ e, o já referido *Tratado de Architectura* de Mateus do Couto, datado de 1631, que embora construído sobre o modelo de Alberti, se apresenta em formato de manual escolar, ao compilar as lições dadas na Aula, assentes numa teoria que pretendia basear-se nos vários tratadistas

⁸⁴ É unânime a importância que o *Tratado de Serlio* teve na arquitectura portuguesa da época, desconhecendo-se a importância de Sagredo, apesar de ser, por alguns autores notória. (...) A divulgação das *Medidas del Romano* de Diego de Sagredo em Portugal permanece incerta. Aparentemente, as três edições lisboetas de 1541 e 1542 indiciam uma marca de presença e consulta constantes na primeira metade do século XVI mas, na realidade, a arquitectura portuguesa da década de 40 envereda já por propósitos de acentuada tendência classicizante que se afastam cada vez mais das propostas fantasiosas de Sagredo. cfr. Lurdes CRAVEIRO, op. cit., 1995, pp. 370,371.

No entanto, Horta Correia refere, (...) *E é presumível a importância que o Tratado de Diogo de Sagredo terá tido entre nós, primeiro como simples livro ilustrado para servir de inspiração ao desenho, como tantas outras gravuras em que a imagem é pretexto para a cópia, depois como instrumento de reflexão.*

José Eduardo HORTA CORREIA, op. cit., 2002, p.34.

No entanto, ambos os autores estão perfeitamente de acordo na importância do tratado de Serlio. (...) *Mais conhecida é hoje a importância do Tratado de Serlio, (...) É com Serlio que a “ordem” passa a ser entendida verdadeiramente como cânone arquitectónico.* José Eduardo HORTA CORREIA, op. cit., 1991, p.34 e, *Os textos de maior impacto em Portugal renascentista do século XVI serão, porventura, os de Sebastiano Serlio, presentes na generalidade das Casas religiosas e nas mãos da encomenda e da mão-de-obra de prestígio,* Lurdes CRAVEIRO, op. cit., 2002, p. 369.

⁸⁵ Rafael MOREIRA, op. cit., 1995, p.350

⁸⁶ Miguel SOROMENHO, op. cit., 1995, p.400

⁸⁷ *Não foi grande a inspiração doutrinal dos arquitectos portugueses. Saciados pela enorme circulação de tratados estrangeiros e por uma tardia estrutura de apoio pedagógico, limitaram a sua produção teórica a escassíssimos exemplos* cfr. Miguel SOROMENHO, op. cit., 1995, p.399.

⁸⁸ Rafael Moreira citado por Miguel Soromenho - Ibidem

(Serlio, Palladio, Vignola) e, ainda, em figuras nacionais cuja prática arquitectónica era inquestionável, como o caso de Baltasar Álvares.

Esta estrutura de ensino da arquitectura civil, permitiu a menção explícita da profissão de arquitecto, apenas para os finais do século XVI, já durante o domínio filipino⁸⁹. Mais concretamente, é com Filipe Terzi⁹⁰ que pela primeira vez é referido o aparecimento do arquitecto, como aquele que concebe e executa uma obra arquitectónica, ou seja, como aquele que produz arquitectura, dado a produção arquitectónica até aí verificada não resultar da *autoridade projectual* ⁹¹.

Chegados aqui, importa referir que, à semelhança um pouco do que continua a ser prática hoje em dia, a responsabilidade da produção da arquitectura, salvo raras excepções e todas elas decorrentes da importância da obra, não estava a cargo dos arquitectos. Eram normalmente “curiosos” com prática mas sem formação, os responsáveis pelas obras.

No caso concreto das ordens religiosas do século XVI, exceptuando-se os casos pontuais de encomenda a arquitectos, a concepção/construção estava a cargo de frades que, fruto das incumbências, se especializavam nestas matérias, através da construção de um modelo experimentado e repetido por orientações superiores. No caso dos franciscanos, partindo de modelos experimentados e eficazes, a encomenda das tarefas de construção era normalmente feita à mão-de-obra local.⁹²

⁸⁹ *O arquitecto de sólida formação teórica, alheado da organização material da obra e consciente do seu novo estatuto profissional é, em Portugal, uma criação inesperadamente recente, identificável com os primórdios do domínio filipino. Em boa verdade o aparecimento desta figura fora preparado desde a primeira metade do século XVI pela circulação de tratados, mas a sua existência era desmentida pela prática arquitectónica corrente(...)* Ibidem, p.400.

⁹⁰ É Paulo VARELA GOMES que cita Filipe Terzi, num texto de 1587, onde o arquitecto se orgulha de ter introduzido em Portugal a autoridade projectual: *Ganhei algum crédito aqui por fazer tantas obras sem ter de mudar coisa alguma, pequena ou grande, em relação àquilo que ordenara no início; e como neste reino não era hábito acertar assim como que estava previsto, maravilharam-se.* Paulo VARELA GOMES, op. cit., 2004, p 611.

⁹¹ Segundo Paulo Varela Gomes, entende-se por autoridade projectual, o *controle unificado e continuado da obra arquitectónica ou urbanística desde a sua fase de concepção à de pormenorização, através da existência de projectos a várias escalas e de uma direcção eficiente da obra.* Ibidem p. 607.

⁹² *Apesar dos cistercienses encarregarem os seus próprios monges das tarefas da construção, uma disposição dos franciscanos exigia que tais tarefas fossem encomendadas a artesãos locais.* cfr.

Neste contexto surgem apenas três “arquitectos”, para os conventos cujo patrocínio se deveu à Casa Real. Tratam-se de: Afonso Pires para N^a S^a da Assunção de Faro, Afonso Álvares para St^a Helena do Monte do Calvário de Évora e Teodósio Frias para N^a S^a da Quietação de Alcântara.

Sobre Afonso Pires, apenas uma referência de Sousa Viterbo⁹³ ao facto de ter sido enviado pela Rainha D. Catarina, para a construção do Convento. Pela série de Pires ligados à construção régia e citados por este autor⁹⁴, cremos tratar-se de uma das “famílias” já citadas.

Relativamente a Afonso Álvares e segundo a mesma fonte, sabe-se que *era cavalleiro fidalgo da casa do Infante D. Henrique que em Agosto de 1570 o mandou a Évora para tratar com a Câmara da remoção do arco romano*,⁹⁵ sendo vulgarmente denominado, nos documentos oficiais de *mestre das obras das fortificações do reino*. Foi o “arquitecto” da Sé de Leiria e de outras igrejas-salões, tendo igualmente estado envolvido no projecto da Igreja de S. Roque entre 1570 e 1575, data da sua morte. Este *curriculum* permite assegurar do empenho dos patrocinadores na escolha de alguém de renome, para a produção de uma obra de qualidade e consequente garantia de um exemplar resultado da obra produzida. Sabemos que era tio de Balatazar Álvares (ligado à obra-prima da igreja de S. Vicente de Fora) e que, apesar de desconhecermos onde fez a sua formação, somos de arriscar que já a deverá ter feito nas estruturas de ensino existentes.

Por último, Teodósio Frias, envolvido na reconstrução da igreja do convento de N^a S^a da Quietação de Alcântara⁹⁶.

Wolfgang BRAUNFELS, op. cit., 1975, p.203

⁹³ SOUSA VITERBO, *Diccionario Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, 1899-1922, p.285.

⁹⁴ Três Afonso Pires, um António Pires, três Diogo Pires e um Fernão Pires, cronologicamente seguidores uns dos outros e com as profissões de pedreiros, carpinteiros e mestre de obras.

⁹⁵ SOUSA VITERBO, op. cit., 1899-1922, p. 12.

⁹⁶ Segundo João Miguel Simões é Teodósio Frias o grande responsável pela construção do novo convento, aquele que viria a substituir o anterior de 1586, atribuído a seu pai, Nicolau Frias. João Miguel

Teodósio Frias era filho de Nicolau Frias, responsável pela primeira construção deste convento em 1586, personagem importante no ensino e exercício da arquitectura, tendo tido uma escola-oficina na sua casa onde *além de debuxar e traçar, se aprendia também a marcenaria*⁹⁷. O facto de ter sido mestre das obras das igrejas do arcebispado de Lisboa e mestre das obras na cidade em 1588⁹⁸ e, de ter sucedido, por morte de Filipe Terzio, no cargo de mestre das obras dos Paços da Ribeira, em Junho de 1597, permite-nos avaliar da sua importância aqui já como arquitecto.

Numa sociedade onde os “títulos” se sucediam, Teodósio Frias, sucede ao pai no exercício da arquitectura, tendo vindo a ser nomeado arquitecto do rei.

*Eu ElRei faço saber aos que este aluara uirem que auendo respeito aos seruiços de Theodosio de Frias, caualeiro fidalgo de minha casa, ei por bem e me praz de lhe fazer merce do lugar de meu arquitteto, que vagou per fallecimento de Domingos da Motta*⁹⁹

2.2.2. A base do projecto – o programa

Qualquer projecto/construção tem por base a definição de uma série de elementos que lhe servirão de suporte. Referimo-nos concretamente, ao tipo de espaços e sua inter-relação - o organigrama e, às áreas-base, determinadas a partir do número de utentes a que se destina a construção – a lotação.

Apesar do nosso estudo incidir sobre *as igrejas*, dado serem indissociáveis da estrutura *convento*, terá de ser feito um entendimento do programa ao nível desta estrutura.

SIMÕES, *Arte e espiritualidade no convento das flamengas ao Calvário, em Lisboa*, 2002, p. 37.

⁹⁷ SOUSA VITERBO, op. cit., 1899-1922, p. 382.

⁹⁸ Ibidem, idem

⁹⁹ Ibidem p.390

Desta forma, sobre o primeiro ponto - tipo de espaços e sua inter-relação – a nossa pesquisa permitiu concluir da existência de uma série de espaços comuns a todos eles¹⁰⁰.

– Espaços principais:

- *igreja (igreja de fora - nave e capela mor e, igreja de dentro – coro alto e coro baixo)*, casa de Deus, lugar onde se rezava, lia o Evangelho e, sobretudo se celebrava a Missa, pelo que tinha de ser o espaço maior e mais luxuoso do convento;
- *sala do capítulo*, lugar destinado às reuniões dos frades e à leitura e meditação da Regra da Ordem, segunda dependência em grau de importância dentro do convento;
- *refeitório*, lugar onde se escutava a palavra de Deus, enquanto se tomavam as refeições, sendo assim, a terceira dependência, em termos de importância, dentro do complexo arquitectónico monástico;
- *claustro*¹⁰¹, espaço aberto à volta do qual se estruturava todo o convento, onde se cultivavam árvores de natureza simbólica e plantas aromáticas;
- *dormitório*, mais tarde, celas individuais.

– Espaços de actividades secundárias:

¹⁰⁰ A fonte utilizada para a identificação dos espaços principais existentes num convento franciscano, foi PÉREZ CANO, *Patrimonio y Ciudad.. El sistema de los conventos de clausura en el Centro Historico de Sevilla*, 1999, p.325

El esquema tipológico mendicante se organiza a través del claustro, en torno a él se eleva la iglesia, la sala capitular, el refectorio y el dormitorio. ibidem p. 332

¹⁰¹ (...) Derivado, remotamente, do peristilo greco-romano, pode dizer-se que o claustro nasceu no seio do mundo mediterrânico como espaço funcional a um tempo aberto e fechado, mas carregado de valores de civilização por via de duas tradições culturais: a muçulmana e a cristã (...) o claustro aparece na Idade Média, de um modo geral, como vazio central polarizador dos espaços comunitários, acumulando um carácter funcional com um sentido vivencial (...) Assim, é impensável fora da sua vocação utilitária, mas também da sua missão simbólica, decorrente dos valores em função dos quais se define a própria comunidade (...) Durante a Idade Média portuguesa, de modo geral, o recinto claustral correspondeu ao conceito de jardim fechado, de “hortus conclusos” (...) Tocado pela cultura clássica, o horto quinhentista transformado no jardim humanista, passou igualmente a marcar o arranjo interno dos nossos claustros (...) Eram geralmente de piso térreo os claustros portugueses do século XV, dando-se a viragem para o uso, quase sistemático, dos dois pisos, com a construção do claustro de D. Afonso V na Batalha (...) José Eduardo HORTA CORREIA, op. cit., 1991, p.p. 273, 274

- *sala da comunidade*, dependência destinada a às horas vagas da comunidade, pode ser também de reunião ou de recreio.
- *sala de estudo*
- *sala de trabalho*, dependência destinada à realização de trabalhos manuais, como por exemplo bordados e costura.
- *sala de noviciado*
- *biblioteca*.
- Espaços de apoio:
 - *vestíbulo (portaria e locutório)*, dependência que distribui o acesso à porta regular, roda, locutório, etc.
 - *sacristia*, dependência onde se vestem os sacerdotes e se guardam ornamentos e objectos litúrgicos.
 - *torre mirante*, torre que serve como observatório do exterior.
 - *cozinha*, para confeccionar as refeições
 - *rouparia/lavandaria*;
 - *enfermaria*, dependência destinada a tratar dos doentes da comunidade.
 - *sala de profundis*, dependência destinada a velar cadáveres. Em muitos conventos podia ser o coro-baixo.

A existência destes espaços determina relações entre eles, das quais são constatáveis:

- A igreja, constituindo-se como uma ala do convento, forma uma frente urbana com o eixo ou praça que lhe é marginal, estando, normalmente localizada entre a sacristia (no lado da capela-mor) e a torre-mirante (aos pés dos coros). Interiormente ocupa uma das *quadras* do claustro. Em termos de acessibilidade pelo exterior, temos uma porta central que interiormente abre

sensivelmente no primeiro terço da nave. Pelo interior do claustro, o acesso é feito aos pés do coro, entre este e a torre mirante, cujas escadas normalmente servem de acesso ao piso superior do convento. Estas igrejas são quase todas de nave única¹⁰²

- A sala do capítulo, normalmente ligada ao claustro localizava-se próximo da igreja.
- O refeitório, também normalmente ligado ao claustro, tinha sempre anexo, a cozinha.
- O dormitório ou as celas, eram quase sempre, localizadas no piso superior.

Relativamente ao segundo ponto - número de utentes a que se destina a construção isto é, a sua lotação, não tendo encontrado nenhuma referência nas fontes consultadas, passámos a analisar os exemplos abrangidos por este estudo, onde só nos foi possível verificar:

- para os *antecedentes*, o número de 60 freiras, para o convento de N^a S^a da Conceição de Beja¹⁰³, 33 freiras definido para Jesus de Setúbal¹⁰⁴ e, o de 20, reformulado para 33¹⁰⁵, para a Madre de Deus.
- para as *fundações posteriores*, novamente o número 33, volta a ser referenciado num, dos dois únicos registos¹⁰⁶ que temos para os conventos da *Província dos Algarves*. Trata-se do valor fixado pela Bula de 1567, para o convento de N^a S^a da Assunção de Faro¹⁰⁷.

¹⁰² No universo do nosso estudo exceptua-se a igreja de Jesus de Setúbal com três naves.

¹⁰³ José Custódio VIEIRA DA SILVA, *O tardo-gótico em Portugal, a arquitectura no Alentejo*, 1989, p. 51

¹⁰⁴ José Custódio VIEIRA DA SILVA, *Para a historia da igreja e convento de Jesus de Setúbal, II*, 1985, p.10.

¹⁰⁵ Frei Jerónimo de Belém, apresenta para a Madre de Deus, uma capacidade máxima de 20 freiras, definida em 1511, por Bula do Papa Júlio II, capacidade essa, alterada para 33, em 1567, por Breve do Papa Pio V, Jerónimo de BELÉM, op. cit., 1750-1758, T III, Livro XIII, p.8

¹⁰⁶ Das fontes consultadas e, no tocante ao número inicial de freiras, apenas há outro registo, o de 24, como o que inicialmente ocupou Santa Helena do Monte do Calvário em Évora

¹⁰⁷ Frei Jerónimo de BELÉM, op. cit., 1750, Tomo IV, Livro XX, p.357

Apesar de não ser significativo, nem tão pouco poder assumir-se como regra, é no entanto de registar que, o número 33 é aquele que mais vezes surge sempre que há documentos que fazem referência a um número máximo para ocupação do convento fundado, quer se tratem de fundações anteriores ou posteriores à criação da *Província dos Algarves*.

O nosso estudo não nos permitiu no entanto, avaliar quanto à forma como a definição de uma lotação terá condicionado os espaços necessários e respectivas dimensões, visto não encontrarmos qualquer analogia nos *antecedentes* (Jesus de Setúbal e Madre de Deus de Xabregas) e, *nas fundações posteriores*, por apenas um exemplo o que não nos permite chegar a qualquer conclusão.

No entanto, nas fontes consultadas, encontrámos algumas indicações que considerámos ser importantes reter como pistas de entendimento e posterior desenvolvimento destas questões. Segundo Braunfels, o número e tipo de espaços tinha mais a ver com os cidadãos que promoviam a construção dos conventos e com a importância do convento no âmbito da *Província* do que propriamente pelo número de religiosos que os iriam ocupar¹⁰⁸.

2.2.3. A formalização do projecto

Sabemos que até ao Renascimento, a formalização de um projecto era feita essencialmente, através de indicações sobre a forma e a métrica a que deviam obedecer as construções, indicações essas, que formavam os regimentos de obras. Em alguns casos, estes regimentos poderiam vir acompanhados por desenhos de arquitectura –

¹⁰⁸ Cada um dos elementos constituintes do mosteiro - claustro, refeitório, dormitório, sala do noviciado, hospício e sala capitular - incluindo cada elemento do seu mobiliário eram doações dos cidadãos. A cidade construía o mosteiro. A magnitude e o luxo não ficava determinado só pelas necessidades da nova fundação, mas também pela vontade dos fundadores. A extensão das instalações não estava determinada tanto pelo número de religiosos que tinham de ocupá-las, mas também pelo lugar da cidade no conjunto das províncias, como lugar do “studium generale”. cfr. Wolfgang BRAUNFELS, op. cit., 1975, p.203

pintura e mostra – definidos por Helder Carita como *vista exterior do conjunto* e, *planta sumária*¹⁰⁹, respectivamente.

Ambos seriam na maioria das vezes, desenhos relativamente elementares e poderiam vir acompanhados por uma outra peça, o *debuxo* que, segundo o mesmo autor, se parece mais com um alçado, desenhado de forma mais rigorosa¹¹⁰.

Ora, a capacidade de criar uma nova arquitectura capaz de inventar formas inexistentes só era possível, caso se suportasse numa nova atitude face à forma de conceber e dar a conhecer essa criatividade, inteligível através de uma representação tridimensional numa pequena escala. Surgem assim os *modelos* ou *maquetas*, que embora afirmados como prática corrente no decorrer do século XVI, são raros no universo português.

Para além desta forma de representação do espaço, Rafael Moreira¹¹¹, refere ainda o aprofundar do desenho, materializado em plantas, alçados e perspectivas, como se crê constar do Tratado de Arquitectura de António Rodrigues.

Apesar de não podermos contar com o testemunho destas peças desenhadas, face à impossibilidade física em se manterem até aos nossos dias, cremos poder arriscar que, para a arquitectura anónima, a formalização de um projecto deveria continuar a passar pelo seguimento de:

- indicações inscritas nos contratos - na maioria dos casos derivadas dos anteriores *regimentos*¹¹², aquilo que poderíamos denominar - *as regras* ou;

¹⁰⁹ Helder CARITA, op. cit., 1999, pp. 175, 176.

¹¹⁰ Ibidem, idem

¹¹¹ Rafael MOREIRA, op. cit., 1995, p.305.

¹¹² *A concepção e teoria de projecto arquitectónico e urbano estrutura-se sobretudo, não numa forma idealizada fixa, um desenho rigoroso, mas num modelo metodológico, “o regimento”, capaz de fazer face às situações mais diversas sem perder as lógicas teóricas que o fundamentavam (...) o regimento valoriza sobretudo uma maneira, um método de realização concentrando-se numa definição de lógicas e sistemas de desenvolvimento projectual que se afiguram com capacidades de maior adaptabilidade às circunstâncias do local.* Helder CARITA, ob. cit., 1999, p.177.

- formas prévias de fazer - derivadas de cópias retiradas dos tratados que neste caso funcionavam como “catálogos” de soluções ou, de outros exemplos concebidos através da transferência de regras mais simples deduzidas da geometria – *os modelos*.

2.3 Os novos sistemas construtivos

*A planimetria de um espaço constitui-se, fundamentalmente, a partir da articulação entre superfícies murais orientadas e a natureza da sua cobertura, sendo esta vital para a apreensão de todo o processo construtivo que implica também uma dimensão cultural e ideológica.*¹¹³

2.3.1. As abóbadas e os sistemas de coberturas

Considerando que *o desenho das abóbadas era feito de acordo com o desenho dos arcos e a forma de uma abóbada não dependia somente das intenções estéticas do seu projectista*¹¹⁴ tornou-se importante não só identificar como também analisar os processos construtivos das abóbadas utilizadas no universo do nosso estudo. Identificámos, assim, três grandes categorias – as *abóbadas cilíndricas*, as de *arestas* e as *cúpulas*.

As *abóbadas cilíndricas* são as que têm intradorso em superfície cilíndrica de revolução e que, desde sempre, são as mais utilizadas. *Eram denominadas de berço sempre que a secção principal se baseasse em um ou mais arcos de círculo assumindo nomes diversos consoante se apresentassem rebaixadas (de sarapanel ou abaixadas) elevadas (ou pontiagudas) ou descrevendo uma semicircunferência perfeita (de volta inteira, de volta perfeita, de meio ponto*¹¹⁵, ou de berço).

¹¹³ Lurdes CRAVEIRO, op. cit., 2002, p. 329

¹¹⁴ João Mascarenhas MATEUS, *Técnicas tradicionais de construção de alvenarias, literatura técnica de 1750 a 1900 e o seu contributo para a conservação de edifícios históricos em Portugal*, 2002, p. 84.

¹¹⁵ Ibidem, idem

As abóbadas de berço foram, sem dúvida, as soluções de eleição do Renascimento, não só por transferência do modelo mais generalizado da Antiguidade como também, por conseguirem desempenhar funções cénicas¹¹⁶ que a nova forma de *fazer arquitectura*, pretendia.

Solução fácil, sobretudo para cobrir espaços rectangulares, resultam da repetição sucessiva do processo construtivo de um arco, apoiado em duas paredes portantes. Na sua execução eram utilizados, normalmente, dois tipos de aparelho: o *aparelho por anéis adjacentes*, resultado da aplicação de fiadas em arco, paralelas umas às outras, mas perpendiculares ao eixo longitudinal da abóbada; e, o mais corrente, *aparelho por fiadas longitudinais ou bancadas* – resultado da aplicação de fiadas onde as juntas dos leitos dos blocos são paralelas ao eixo longitudinal da abóbada ou ao seu fecho.

O segundo grupo, as *abóbadas de aresta*, são as que resultam da intersecção de duas abóbadas cilíndricas, de berço abatidas, de volta inteira ou de ogiva, caracterizando-se pela criação de arestas salientes nas respectivas intersecções e, pelo facto de confluírem para uma zona de fecho comum. As abóbadas de ogivas eram idênticas às de arestas, diferenciando-se pelo facto das intersecções dos quartos de abóbada serem formados por tramos de arcos de ogiva. Ambas eram geralmente limitadas por arcos perimetrais inseridos nas paredes e, no caso das abóbadas de ogivas, os arcos perimetrais podiam ser substituídos por arcadas múltiplas.

A especificidade destas abóbadas verifica-se quando compostas por nervuras adicionais denominadas de *liernes e terciarões*¹¹⁷. Estes sistemas de nervuras vão

¹¹⁶ A perspectiva, categoria “sagrada” na conquista do real para toda a cultura do Renascimento, adquire também um enquadramento plausível na construção da abóbada de berço(...) a perspectiva assume e desenvolve, a partir de agora, uma mobilidade que permitirá ao utente do edifício uma leitura mais abrangente do espaço e obrigará o arquitecto a outros exercícios mais sagazes na execução do projecto. Assim, enquanto a cúpula pôde dinamizar os espaços centralizados das figuras geométricas regulares, conferindo-lhes a projecção em altura e a corporalidade imposta pelo ritmo dos caixotões, a abóbada de berço acentua, mais do que as coberturas, abatidas, perspectivas dirigidas e simultaneamente controladoras da totalidade do espaço(...) cfr. Lurdes CRAVEIRO, op. cit., 2002, p. 344.

¹¹⁷ Segundo João Mascarenhas Mateus, os liernes partiam das chaves das abóbadas e terminavam no ponto mais alto dos terciarões, dos arcos mestres ou dos arcos formeiros, sendo localizados sobre a

evoluindo,(...) *gradualmente para uma complexidade maior, obtida pela multiplicação das nervuras secundárias. É o caso das nervuras desenhando uma estrela de quatro pontas, talvez a solução mais utilizada no Alentejo (...) que conduz às abóbadas nervuradas desenhando uma estrela de oito pontas.*¹¹⁸

Quando essas nervuras são circulares e contribuem para o abaixamento e planificação da abóbada (*unindo entre si, as chaves de uma abóbada*¹¹⁹) estamos perante as abóbadas de combados.

As abóbadas nervuradas, mais do que um “resquício gótico”, são uma solução de passagem para o Renascimento enquanto elementos dinamizadores do espaço que se pretende mais humanizado¹²⁰.

Na execução destas abóbadas, (especificamente nos quartos das abóbadas de aresta e de ogiva, nos compartimentos das abóbadas de painéis independentes sobre nervuras), era utilizado o, já referido, *aparelho por fiadas longitudinais ou bancadas e, o aparelho por travessões ou barrotins*, que consistia em colocar as fiadas, *obliquamente em relação aos eixos principais das abóbadas, reunindo-se duas a duas, em V, sobre as linhas de fileira.*¹²¹

Por fim, o terceiro grupo, as *cúpulas*, as que têm intradorso em superfície esférica de revolução. Compostas por tambor (planta, base ou suporte) e calote, constituem a solução que melhor se adapta a espaços poligonais com mais de quatro lados, circulares ou ovais. Podem ser vazadas no topo por um óculo com lanternim ou lateralmente no

linha de fileira ou fecho (que unia os pontos mais altos do intradorso de cada um dos quartos). Os terciarões eram nervuras em semi-arco que partiam dos ângulos das abóbadas ogivais e terminavam no encontro com os liernes e eventualmente com outros terciarões. João Mascarenhas MATEUS op. cit., 2002, p.86.

¹¹⁸ José Custódio VIEIRA DA SILVA, op. cit., 1989, pp.158,159.

¹¹⁹ José Custódio VIEIRA DA SILVA, op. cit., 1985, p. 11

¹²⁰ *Se a definição do espaço se constitui também a partir da especificidade da cobertura, o usufruto desta passa pela obtenção de efeitos sensorialmente mais estimulantes e, portanto mais próximos dos valores orgânicos aí presentes. As abóbadas nervuradas de cinco chaves, são então, pela sua energia pentagonal, a declaração de concordância pacífica entre a multividência gótica e os princípios basilares da cultura clássica, a germinar de forma mais evidente a partir do século XIII.* cfr. Lurdes CRAVEIRO, op. cit., 2002, p. 345.

¹²¹ João Mascarenhas MATEUS, op. cit., 2002, p. 87.

tambor (solução normalmente utilizadas nos cruzeiros). Quando o tambor de uma cúpula assenta sobre um espaço de forma e dimensões diferentes, utilizam-se apoios (nos cantos desse espaço) feitos através de superfícies esferóides, conoides ou planas, passando assim a denominarem-se *cúpulas de pendentes*. São as soluções vulgarmente utilizadas sobre espaços quadrangulares, ou ainda, sobre um número limitado de pilares e de colunas.

No caso particular de encerramento de espaços octogonais, com cúpulas sobre tambores quadrangulares, as *pendentes*, denominam-se *trompas* ou *perxinas*.

Na sua execução, era normalmente utilizado o *aparelho em “panache”*, que consistia na colocação das peças, em fiadas horizontais concêntricas. No caso da utilização de blocos de pedra, o talhe da pedra era também sujeito a critérios específicos.

Podemos apurar que, os exemplos denominados *antecedentes*, apresentam:

Capelas-mor:

- abóbada de nervuras, de dois tramos assentes em arcos torais e cruzaria de ogivas, actualmente coberta por forro em madeira formando solução de berço, em N^a S^a da Conceição de Beja; e, de tramo e meio com nervuras curvas (talvez a primeira a ser construídas em Portugal) em Jesus de Setúbal
- cúpula sobre tambor com laternim no topo na Madre de Deus de Xabregas;

Naves:

- abóbada de berço em N^a S^a da Conceição de Beja e na Madre de Deus de Xabregas (este último exemplo dando a sensação de ter sido alteada)

- abóbadas de arestas, em ogiva na nave central e de meio berço nas naves laterais em Jesus de Setúbal

Coros:

- abóbada de berço abatida , no coro baixo de N^a S^a da Conceição de Beja e Jesus de Setúbal;
- em caixotão, no coro alto da Madre de Deus de Xabregas

Relativamente aos sete conventos posteriores à criação da *Província dos Algarves*, temos:

Capelas-mor:

-abóbada (*tardo-gótica*¹²²) de nervuras, formando uma estrela de oito pontas, nas Chagas de Vila Viçosa¹²³.

-cúpulas sobre pendentes, simples, em N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa, e N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal, ou sobre tambor, em N^a S^a da Assunção de Faro.¹²⁴

Esta cúpulas podem ainda ser vazadas por um óculo com lanternim, no topo, em N^a S^a da Assunção de Faro e N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal e, no tambor, em N^a S^a da Assunção de Faro.

-abóbadas de berço, no prolongamento da nave, em St^a Helena do Monte do Calvário de Évora, N^a S^a da Quietação de Alcântara e Servas de Borba

Naves:

-abóbada de nervuras, formando uma dupla estrela de quatro pontas, nas Chagas de Vila Viçosa

¹²² Sobre esta questão da continuidade do tardo-gótico e da sua coexistência com outras linguagens formais, já levantada no ponto 2.1. linguagem formal, consultar: José Eduardo HORTA CORREIA, op. cit., 1986, pp. 93-135; Paulo PEREIRA, op. cit., 1995, pp. 190-199; e Lurdes CRAVEIRO, op. cit.,.

¹²³ Solução muito semelhante à capela-mor da Igreja de S. Francisco de Évora, à capela do Esporão da Sé de Évora e à nave da igreja de S. Bento de Castris, conforme pudemos retirar de José Custódio VIEIRA DA SILVA, op. cit., 1989, p.162

¹²⁴ Esta cúpula é de construção pós terramoto de 1775

-abóbada de berço, em alvenaria rebocada e caiada, em N^a S^a da Assunção de Faro¹²⁵ ou com pinturas murais, como encontramos em N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa, N^a S^a da Quietação de Alcântara e Servas de Borba; em alvenaria rebocada e decorada com motivos em massa, como é exemplo St^a Helena do Monte do Calvário de Évora.

-tecto de madeira, N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal¹²⁶,

Coros:

-abóbadas de arestas, nos coros baixos das Chagas de Vila Viçosa, formando um conjunto de quatro abóbadas, assentes sobre coluna central; de N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa, formando um *barrete de clérigo rectangular com zona central plana*; e das Servas, formando uma abóbada com lunetas.

-abóbadas de caixotão, no coro alto de N^a S^a da Assunção de Faro¹²⁷

-abóbadas de berço (na continuidade da abóbada da nave), no coro alto de N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa e nas Servas de Borba

-tecto simples, em madeira, no coro baixo de N^a S^a da Assunção de Faro¹²⁸

Não foram considerados os coros de St^a Helena do Monte do Calvário, N^a S^a da Quietação de Alcântara e N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal, respectivamente por impossibilidade de visita nos dois primeiros e indefinição, após as obras de readaptação a pousada.

Analisadas as abóbadas interessa reflectir sobre a forma como são revestidas no exterior, ou seja, como surgem os telhados – a “tampa” da nossa “caixa”.

¹²⁵ Esta abóbada foi refeita em betão, durante a campanha da DGEMN, de adaptação do imóvel a museu, entre 1964-73.

¹²⁶ O convento de N^a S^a de Aracoeli em Alcácer do Sal, actualmente Pousada D. Afonso II, tem como cobertura da nave da antiga igreja, um tecto em madeira, de três esteiras, não podendo pois aferir a sua autenticidade, embora tenha estado marcado numa das empenas, antes da intervenção, uma indicação nesse sentido.

¹²⁷ esta abóbada foi também refeita em betão, durante a campanha da DGEMN de 1964-1973.

¹²⁸ Idem.

Sobre estes e deixando para desenvolvimento o tema no capítulo referente à análise de cada um dos espaços das igrejas em estudo, podemos desde já avançar que, numa primeira fase, se assiste à individualização das coberturas pelo menos no que se refere às capelas-mor, dando assim lugar a coberturas múltiplas. Tal é visível nos exemplos considerados *antecedentes* e nos primeiros exemplos surgidos após a criação da *Província dos Algarves*.

Com o decorrer dos tempos, a multiplicidade de coberturas tem tendência a desaparecer, passando a uma solução de telhado único de duas águas, como é exemplo as Servas de Borba.

N^a S^a da Assunção de Faro, embora de caixa única¹²⁹, apresenta para a cobertura uma solução múltipla, assistindo-se à diferenciação dos três espaços constituintes da igreja através de dois telhados de quatro águas – um, incluindo os coros e outro a nave e, um domo para a capela-mor.

2.3.2. As paredes

Relacionada com a evolução do sistema de abóbadas, temos a questão da “caixa” isto é, dos muros que as suportam.

Herda-se, do final do reinado de D. Manuel, um desejo de constante aperfeiçoamento de técnicas construtivas que permitissem dar uma resposta mais rápida, funcional e sólida, às construções promovidas pelo rei. Pretendia-se obter soluções alternativas às técnicas de taipa e adobe então generalizadas, bem como às de silharia e cantaria, demasiado dispendiosas e morosas, que viabilizassem a concretização dos programas em vista.

¹²⁹ Há apenas uma ligeira diferença de planos, como que uma pequena reentrância, no ponto de encontro entre a nave e a capela-mor.

Foram, assim, sendo desenvolvidas técnicas de argamassas à base de cal, que permitiram construir *as chamadas paredes de pedra e call*¹³⁰ - solução que constatámos ser a adoptada nas paredes (possíveis de analisar) das igrejas do nosso estudo.

Do ponto de vista da sua execução, encontramos sobretudo alvenarias de pedra irregular, de médio e pequeno aparelho, grosseiramente trabalhadas, onde os blocos de pedra devem ter sido submetidos a um escacilhamento prévio, no sentido de avivar os bordos que se apresentassem redondos e de criar uma face de paramento, plana.

Trabalhada a pedra foi então, constituída a alvenaria, através da ligação de cada pedra por meio de argamassa. Os espaços intersticiais foram preenchidos recorrendo-se a pequenas lascas ou fragmentos, os *encasques*, conforme vulgarmente denominado e ainda hoje executado.

Por fim, as alvenarias foram rebocadas com argamassa de cal e areia e, seguidamente, caiadas.

O seu interior, e referimo-nos concretamente aos casos de Chagas e N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa, St^a Helena do Monte do Calvário de Évora e Servas de Borba, após campanhas verificadas a partir dos finais do XVII, princípios do XVIII, foi totalmente revestido a azulejos.

O desenvolvimento de novas técnicas de abóbadas, para além da utilização do aparelho de tijolo, no sul do país, veio permitir uma diminuição da espessura destas paredes.

3. CONCEITOS-BASE DA CONCEPÇÃO DESTES ESPAÇOS – O SENTIDO DA INVESTIGAÇÃO

¹³⁰ Helder CARITA, op. cit., 1999, p. 157.

Contextualizados sobre o ponto de vista dos conhecimentos técnico-formais e considerando que na origem da concepção destes espaços terá estado uma *regra* ou um *modelo*, que eventualmente definiram um *tipo*, passemos a um breve análise destes conceitos, no sentido de os clarificar. Assim:

Regra – *Princípio, prescrição, lei*,¹³¹ ou ainda, *conjunto de limites que regulam a criação artística, limites que são impostos pelo estilo ou pelas condições que o artista exige na sua obra. Norma*.¹³² Ambas as definições referem-se a um conjunto de orientações/directivas escritas que, não produzindo documentos gráficos, conduzem à forma final do produto arquitectónico, podendo ser apenas relativas à localização, disposição ou articulação dos espaços, isto é, pouco mais do que aquilo que Paulo Varela Gomes identificou para algumas das *Igrejas de Conventos de Freiras na Arquitectura Portuguesa*¹³³.

Modelo – *1. matriz de qualquer coisa fabricada ou pensada. 2. Síntese das finalidades externas que conduzem à apropriação do tipo*¹³⁴.

Tipo - *modelo original trabalhado a partir de um arquétipo e determinando a forma de uma série de objectos dele derivados. Emprega-se quase sempre em sentido figurado. Diversos objectos podem derivar do mesmo tipo, representando este a ligação*

¹³¹ Dicionário LELLO UNIVERSAL.

¹³² Maria João M. RODRIGUES, Pedro F. de SOUSA, Horácio M. P. BONIFÁCIO, *Vocabulário Técnico e Crítico da Arquitectura*, 1990, p. 229.

¹³³ Segundo Paulo Varela Gomes, para as igrejas dos conventos de freiras, há alguns aspectos tipológicos identificados. Assim, e quanto à localização:

- *Tradicionalmente os templos eram orientados a nascente (capela-mor)*
- *Dois traços da planta são típicos: a entrada lateral e os coros situados ao pé da igreja*
- *Marcação da igreja de dentro através de uma torre-campanário*

No tocante às tipologias propriamente ditas, o mesmo autor identifica as seguintes:

- *Templo de dentro aos pés da igreja e entrada lateral para a igreja de fora;*
- *Templo de dentro alto aos pés da igreja e entrada axial ou axial e lateral, para a igreja de fora;*
- *Igrejas com laterocoro coexistente com outros tipos de coro*
- *Detectou-se também uma igreja (Sta Clara de Santarém) que foi igreja dupla espelhada entre o século XVI e o século XIX.*
- *E, por último, a igreja de planta centralizada*

Paulo VARELA GOMES, op. cit., 1993-1996,

¹³⁴ Maria João M. RODRIGUES, Pedro F. de SOUSA, Horácio M. P. BONIFÁCIO, op. cit., 1990, p.182.

genética entre eles. A tipificação representa uma das intenções da produção de objectos belos¹³⁵.

Embora a definição anterior do conceito pressuponha a existência de um *modelo original* creio que, mais do que um *modelo*, o tipo assume-se como uma *referência conceptual* dentro de um determinado conjunto/categoria de objectos que, mesmo que não representada graficamente, é revelável em todos os factos arquitectónicos, sendo assim, também é um elemento cultural, ou seja, mais do que uma forma a copiar, que seria um modelo, é *um enunciado lógico que está antes da forma que o constitui*¹³⁶.

Segundo Rossi, foi Quatremère de Quincy quem melhor definiu tipo ao distingui-lo de modelo¹³⁷. É este teórico da arquitectura quem sublinha o facto do tipo se diferenciar do modelo, por não ser para copiar perfeitamente mas, para se constituir como padrão/referência dentro de um conjunto de objectos que se destinam a um determinado fim.

Esta diferenciação é igualmente analisada por Tomamaseo, citado por Ludovico Quaroni¹³⁸, conferindo a tipo, a figura ou imagem, enquanto a modelo, a forma que serve de regra; o objecto que tem de ser imitado. *El tipo tiene la impronta del objecto; el modelo ofrece su norma. Del tipo se obtiene copias; el tipo imitado puede convertirse en modelo(...) El tipo puede ser bueno o malo; el modelo evoca siempre la idea de ejemplar que se sigue por su bondad o belleza. Pero tipo, en la traslación, a veces tiene un mal sentido; modelo lo tiene bueno.*¹³⁹

¹³⁵ Ibidem, p.257.

¹³⁶ Aldo ROSSI, *A arquitectura da Cidade*, 1977, p.43.

¹³⁷ A palavra tipo não representa tanto a imagem de uma coisa a copiar ou imitar perfeitamente quanto a ideia de um elemento que deve ele próprio servir de regra ao modelo... O modelo, entendido segundo a execução prática da arte, é um objecto que se deve repetir tal qual é; o tipo é, pelo contrário, um objecto segundo o qual cada um pode conceber obras que não se assemelhem nada entre si. Tudo é preciso e dado no modelo; tudo é mais ou menos vago no tipo. Assim nós vemos que a imitação dos tipos não tem nada que o sentimento ou o espírito não possam reconhecer. QUATREMERE DE QUINCY, citado por Aldo ROSSI ob. cit., 1977, p. 43

¹³⁸ Ludovico QUARONI, *Projectar un edificio. Ocho lecciones de Arquitectura*, 1987, pp 86,87

¹³⁹ Ibidem, p. 87.

Por fim, uma última questão que nos é particularmente importante: tipo é síntese à posteriori, classificatória e não criadora de caracteres invariantes e não originais, esquematizados segundo alguns critérios possíveis, *o tipo é uma categoria lógica de investigação selectiva do passado*¹⁴⁰, enquanto que modelo é o resultado de um conjunto de soluções reunidas num objecto que se pretende propor para o futuro.

Com base nestes conceitos, interessa-nos assim, entender o que esteve na origem das soluções encontradas, que permitiu assumir-se como “fórmula a aplicar”, suficientemente eficaz para responder a um programa específico, às influências locais, às urgências práticas e a uma mão de obra disponível.

Nessa procura ir mais além e tentar perceber se, no conjunto, existiu alguma solução que, ao apresentar uma qualidade inquestionável foi o *modelo*, a *obra original*, a *cabeça de série*, originando a *série* ou a *sequência* de cópias¹⁴¹.

Recorrer a Kubler e tentar entender a produção arquitectónica (no tocante à sua estrutura formal enquanto forma ou configuração geral do objecto), a partir da identificação de objectos originais (os modelos) e das respectivas réplicas, cujo processo evolutivo desencadeia *séries*¹⁴² e *sequências*¹⁴³.

Só entendendo a *obra original* enquanto processo criativo básico, cujo aparecimento depende da necessidade de invenção de novos objectos com a consequente rejeição dos antigos¹⁴⁴ e que, origina réplicas, reproduções, cópias, e derivações, organizadas/agrupadas em *séries* e/ou *sequências*, será possível concluir se

¹⁴⁰ Ibidem, idem

¹⁴¹ Considerando que, e, segundo interpretámos do estudo de Kubler, a série resultaria de um adicionar de elementos que naturalmente se traduziriam numa nova forma, aquilo que identificámos de crescimento por etapas – *um agrupamento fechado* - enquanto que a sequência, resultaria de derivação de uma forma noutra, por nós entendido como o crescimento lógico – *classe aberta e susceptível de expansão*, ou mais precisamente, *rede histórica de repetições do mesmo traço, gradualmente alteradas* George KUBLER, *A forma do tempo, Observações sobre a história dos objectos*, 1990, pp.54 e 58

¹⁴² *Soma indicada de um conjunto de termos*, Ibidem p. 54.

¹⁴³ *Conjunto ordenado de quantidades*, Ibidem, idem

¹⁴⁴ *O aparecimento dos objectos é determinado pelas nossas atitudes mutáveis em relação aos processos de invenção, repetição e rejeição. Sem invenção tudo se limitaria a uma rotina estagnada. Sem cópias, nunca haveria objectos feitos pelo Homem que chegassem, e, sem rejeição ou desperdício, haveria demasiados objectos a sobreviverem à sua utilidade.* Ibidem p.91.

essa era a forma de produzir arquitectura e, assim, reforçar aquilo que Horta Correia considerou fundamental no estudo de Kubler, ao atribuir-lhe a possibilidade de estar na base do ordenamento da arquitectura desta época¹⁴⁵.

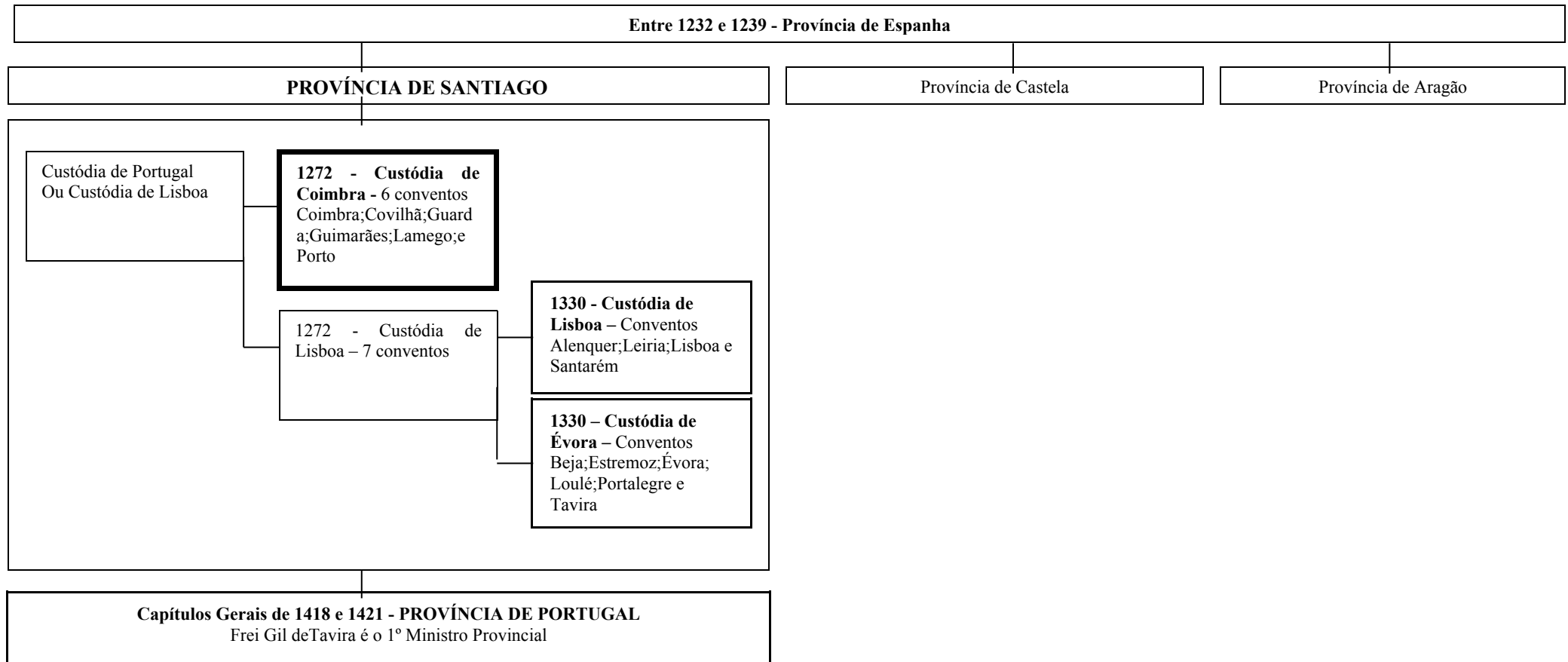
¹⁴⁵ *A noção de cadeias sequenciais de obras originais ou de réplicas oriundas todas da mesma acção comum está na base do ordenamento da arquitectura chã em obras experimentais e obras de série. cfr. José Eduardo HORTA CORREIA (pref.) George KUBLER, A arquitectura portuguesa chã, entre as especiarias e os diamantes, 1521-1706, 1988, p.IX.*

Quadro II.1 - ORIGEM DA PROVÍNCIA DE PORTUGAL DA ORDEM DE S FRANCISCO

Primeira Ordem
Ordem dos Frades Menores ou de S. Francisco
 1217 – Entrada da Ordem em Portugal

Segunda Ordem
Ordem das Irmãos Pobres ou de Sta Clara
 1258 – Entrada da Ordem em Portugal

Ordem Terceira
Ordem Regular



Quadro II.2 – A SUBDIVISÃO DA PROVÍNCIA DE PORTUGAL NAS PROVÍNCIAS DA REGULAR OBSERVÂNCIA E DOS CLAUSTRALS

Província de Portugal			
Da Regular Observância		Dos Claustrais	
Conventos masculinos	Conventos femininos	Conventos masculinos	Conventos femininos
S. Francisco – Lisboa	Conceição – Beja	S. Francisco - Porto	Sta Clara - Porto
S. Francisco – Alenquer	Jesus - Setúbal	S. Francisco - Guimarães	Sta Clara - Coimbra
S. Francisco – Leiria	Sta Clara - Funchal	S. Francisco - Coimbra	Sta Clara - Guarda
S. Francisco – Xabregas	Sta Clara - Lisboa	S. Francisco - Bragança	Sta Clara - Beja
S. Francisco – Évora	Madre de Deus - Lisboa	S. Francisco - Guarda	Sta Clara - Évora
Sto António – Varatojo	Sta Clara - Vila do Conde	S. Francisco - Covilhã	Sta Clara - Amarante
S. Francisco – Santarém	Sta Clara - Santarém	S. Francisco- Lamego	S. Francisco - Vale de
Sto António da Castanheira		S. Francisco- Estremoz	Pereiras
S. Francisco – Viseu		S. Francisco - Beja	Sta Clara - Portalegre
N. S. Das Virtudes		Espírito Santo - Gouveia	Sta Clara - Estremoz
S. Francisco – Funchal		N. S. Da Estrela –	
Sto António - Ponte do Lima		Marvão	
Santa Cristina		S. Francisco - Loulé	
S. Bernardino – Atouguia		S. Tiago - Ceuta	
S. Bernardino - Ilha da Madeira		S. Paio do Monte	
S. Francisco – Setúbal		Sto António - Sines	
Sta Maria de Mosteiro		N. S. Da Consolação –	
N.S. da Conceição de Matosinhos		Monforte	
S. Francisco – Tavira		N.S. Dos Anjos- Azurara	
S. Francisco – Viana		N.S. da Guia - Angra	
Sta Catarina da Carnota		N.S. Da Conceição - Vila	
Sta Maria – Ínsua		da Praia	
Sto António - Campo Maior		N.S. Da Conceição -	
S. Francisco – Olivença		Ponta Delgada	
Sto António – Serpa		N.S. Do Rosário de Vila	
N. S. Do Loreto		Franca na Ilha de S.	
Sta Cruz - Ilha da Madeira		Miguel	
		N.S. Do Rosário na Ilha	
		do Faial	
27 conventos masculinos	7 conventos femininos	22 conventos masculinos	9 conventos femininos

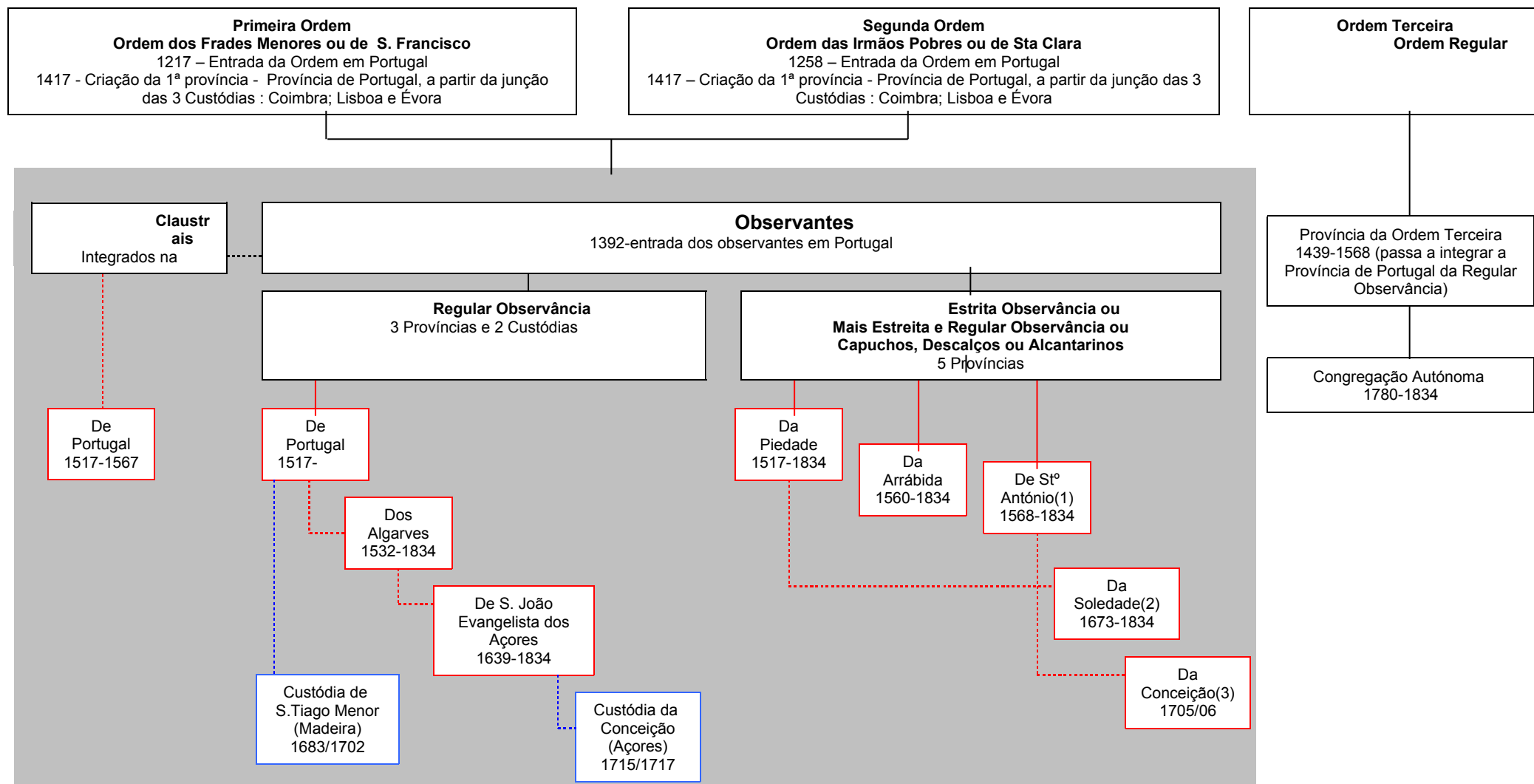
Fonte: Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, Vol III, p. 144

Quadro II.3 – A SUBDIVISÃO DAS PROVÍNCIAS DA REGULAR OBSERVÂNCIA E DOS CLAUSTRAIS NAS PROVÍNCIAS DE PORTUGAL DA OBSERVÂNCIA E DOS ALGARVES

Província de Portugal da Regular Observância				Província de Portugal dos Claustrais	
Província de Portugal		Província dos Algarves		Conventos masculinos	Conventos femininos
masculinos	Da Observância Femininos	masculinos	femininos		
S. Francisco – Lisboa	Sta Clara – Lisboa	S. Francisco – Xabregas	Conceição – Beja	Os mesmos conventos	Os mesmos conventos mais:
S. Francisco – Santarém	Sta Clara – Santarém	S. Francisco – Évora	Lisboa		Sta Clara – Estremoz (S. João da Penitência?)
S. Francisco – Alenquer	Sta Clara – Vila do Conde	Sto António - Varatojo	Jesus - Setúbal		N ^a S ^a Conceição (St ^a Clara) – Elvas
S. Francisco – Leiria	Sta Clara – Funchal	S. Francisco – Setúbal			Jesus - Monforte
Sto António - Castanheira		S. Bernardino - Atouguia			
S. Francisco – Viseu		S. Francisco – Tavira			
S. Francisco – Funchal		Sto António – Campo Maior			
N. S. das Virtudes		S. Francisco – Olivença			
Sto António – Ponte de Lima		Sto António – Serpa			
Sta Cristina		N. S. do Loreto			
S. Bernardino – ilha da Madeira		Sto António – Alcacer do Sal			
Sta Cruz – ilha da Madeira		Sto António – Cascais			
Conceição – Matosinhos		Esperança - Portimão			
Sta Maria - Mosteiro					
S. Francisco – Viana					
Sta Maria - Ínsua					
16 conventos masculinos	4 conventos femininos	13 conventos masculinos	3 conventos femininos	22 conventos masculinos	12 conventos femininos

Fonte: Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, Vol III, p.p.144, 145

Quadro II.4 - ORDEM DE S FRANCISCO EM PORTUGAL - PRINCIPAIS “RAMOS”, GRUPOS E RESPECTIVAS PROVÍNCIAS



Nota: Exceptuando os arquipélagos da Madeira e dos Açores, não foram incluídas no presente quadro, as Custódias e Províncias referentes aos territórios fora do Continente.

(1) resulta do agrupamento de casas de recolheção da Província de Portugal da Regular Observância

(2) Província da Soledade fica com os conventos a norte do Tejo; a da Piedade com os conventos a sul do Tejo

(3) Província da Conceição fica com os conventos a norte do Mondego; a de Sto António com os conventos a sul do Mondego

III OS CONVENTOS FEMININOS ANTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES – OS ANTECEDENTES – O ESPAÇO DAS SUAS IGREJAS

*Tal como assinalou a teoria aristotélica, a essência de uma coisa pode ser estabelecida através das transformações que essa coisa experimenta. A essência pode ser então, interpretada como o conjunto das propriedades inerentes à coisa e as transformações podem ser interpretadas como a actualização dessas mesmas propriedades.*¹⁴⁶

Interessa assim, iniciar o estudo pela origem dessa *coisa*, mesmo que num estado embrionário, isto é, ao nível das suas pré-existências, no sentido de avaliar a eventual existência de uma disposição lógica dos elementos que a constituem, regidos ou não, por idênticos princípios de estruturação formal.

1. APRESENTAÇÃO DOS TRÊS CONVENTOS

Como conventos que, embora de fundações anteriores, integraram a Província dos Algarve desde a sua criação¹⁴⁷, temos: N^a S^a da Conceição de Beja, Jesus de Setúbal e Madre de Deus de Xabregas¹⁴⁸.

É este conjunto que denominámos por antecedentes, que será analisado no sentido de se poder avaliar quanto à forma como eventualmente, orientaram os exemplares que se seguiram.

¹⁴⁶ Carlos Martí ARÍS, *Las variaciones de la identidad. Ensayo sobre el tipo en la arquitectura*, 1993, p.22

¹⁴⁷ Pertencendo à Regular Observância, com a divisão da Província de Portugal nas duas províncias (de Portugal e dos Algarves) ficaram a depender da Província dos Algarves, não tendo assim, sido fundações feitas já sobre a dependência desta Província.

¹⁴⁸ Os restantes conventos que antecederam a criação da Província dos Algarves – St^a Clara de Beja, St^a Clara de Évora, St^a Clara de Portalegre e St^a Clara de Estremoz (S. João da Penitência?); Jesus de Monforte; e Sta Clara de Elvas (N^a S^a da Conceição), igualmente existentes à data da criação desta Província, não foram considerados por pertencerem à Claustro e não à Observância.

Apesar de se incluírem neste trabalho um conjunto de fichas para cada convento com a especificação dos dados¹⁴⁹, antecedemos a apresentação do espaço das respectivas igrejas, pela prévia fundamentação de alguns desses dados, cuja análise comparativa considerámos fundamental para a nossa tese.

Tratam-se essencialmente de: datas de fundação do convento e de construção da igreja; origem e número de freiras; patrocinador/fundador; e autor.

Quadro III.1 **CONVENTOS DE CLARISSAS ANTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES**
Dados Gerais (ver pag. 79)

Fichas por convento **N^a S^a da Conceição de Beja, Jesus de Setúbal e, Madre de Deus de Xabregas.** (ver Apêndices)

1.1. Convento de N^a S^a da Conceição de Beja

A maioria das fontes consultadas¹⁵⁰ são unânimes na apresentação da data de 1459, para a fundação deste convento, em simultâneo com o início da sua construção.

Já relativamente à igreja e, não sendo possível identificar uma data para a sua conclusão, considerámos **1473** data apresentada por Vieira da Silva¹⁵¹ e por Paulo Pereira, para o *templo pronto*¹⁵². Embora não a considerando como dado-chave a incluir neste trabalho, apresentamos apenas como referência, a hipótese da capela-mor ter sido abobadada em 1490¹⁵³ ou entre 1491 e 1495¹⁵⁴.

¹⁴⁹ Constan destas fichas não só os dados sumários relativos à localização, levantamento do convento, dados de referência, e fotografias de cada espaço em análise.

¹⁵⁰ Isabel MENDONÇA, *Ficha IPA n.º PT 040205110004*; Túlio ESPANCA, *Distrito de Beja, Concelhos de Alvito, Beja, Cuba, Ferreira do Alentejo e Vidigueira*, em *Inventário Artístico de Portugal*, XII, 1992; Paulo PEREIRA, *Do “modo” gótico ao manuelino (século XV-XVI). As grandes edificações*, 1995b, p. 31; Bernardo VASCONCELOS e SOUSA, Isabel Castro PINA, Maria Filomena ANDRADE, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva SANTOS, op. cit. 2005, p.326,327.

¹⁵¹ (...) *Entre 1459 e 1473 (ou até antes) se deve colocar, portanto, a construção da igreja do convento da Conceição de Beja.* cfr. José Custódio VIEIRA DA SILVA, op. cit., 1989, p. 52

¹⁵² *As obras terão sido iniciadas em 1459 – ano da fundação – tendo-se estendido até 1473, data em que se documenta a chegada das religiosas, não sem que a intervenção de D. João II e de D. Manuel tenha sido depois necessária para o financiamento do resto do Convento, embora o templo já estivesse pronto.* cfr. Paulo PEREIRA, op. cit., 1995b, p.31.

¹⁵³ Túlio Espanca indica ter conhecimento de uma factura da década de 1490, que confirma a execução desta abóbada. Túlio ESPANCA, op. cit., 1992, p.187

¹⁵⁴ Leonel BORRELA, *Beja – Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição*, 1986, p.208

Apesar de ocultada pela talha colocada em 1696, a capela-mor rectangular encontra-se coberta por uma abóbada de nervuras, de dois tramos assentes em arcos torais e cruzaria de ogivas, formando estrelas de seis pontas, em cada tramo¹⁵⁵. Trata-se de um módulo igual ao que encontramos – na nave da igreja matriz do Vimieiro e, muito idêntico ao da capela-mor da igreja de S. Francisco em Évora, capela do Esporão da Sé de Évora, nave de S. Bento de Castris e, já no universo do nosso estudo, na capela-mor das Chagas de Vila Viçosa (primeiro exemplar a surgir após a criação da *Província dos Algarves*)¹⁵⁶

De nave única coberta por abóbada de berço, que poderá ter sucedido a uma *cobertura em madeira*¹⁵⁷, tem evidentes intervenções que prejudicam uma leitura do espaço inicial¹⁵⁸ (em especial, das suas proporções), nomeadamente a intervenção que contemplou a remoção *dos dois coros sobrepostos que ocupavam parte da actual nave*¹⁵⁹.

Sabe-se no entanto, que estes coros já não eram os de origem, uma vez que há várias referencias a duas intervenções que os alteraram significativamente: a primeira em 1632, que terá destruído o primitivo ante-coro do tempo de D. Manuel, embora tenha mantido as suas dimensões originais e, a segunda, decorrente da mutilação feita pela transformação em galeria capitular da futura Sé, em 1892, que o descaracterizou

¹⁵⁵ *uma das primeiras experiências no género no Sul do País...* Paulo PEREIRA, op. cit., 1995b, p. 31.

¹⁵⁶ Embora idênticos todos estes casos se referem a estrelas de oito pontas e não de seis como o nosso exemplo.

¹⁵⁷ Paulo PEREIRA, op. cit., 1995b, p.31.

¹⁵⁸ As alterações introduzidas pelas diferentes campanhas, não nos permitem partilhar da opinião de José Custódio Vieira da Silva quando este autor refere que (...) *Embora a igreja tenha sofrido algumas intervenções de vulto – entre as quais se destacam o revestimento em talha da capela-mor em (1696), o levantamento de altares nas paredes da nave, a alteração da abóbada do corpo principal, a destruição do coro (localizado a poente, devia ser muito desenvolvido, ocupando quase metade do espaço total da nave do templo)-, conserva, apesar de tudo, elementos suficientes da construção primitiva para nos permitirem ter dela uma ideia bastante correcta..* José Custódio VIEIRA DA SILVA, op. cit., 1989, p.52.

¹⁵⁹ Isabel MENDONÇA, op. cit.,

por completo¹⁶⁰. Actualmente visualiza-se apenas a abóbada de berço abatida do coro-baixo e, uma abóbada indefinida no coro alto .

De patrocínio real e com forte intervenção deste, apesar de se desconhecer o autor¹⁶¹, constitui-se como tipologia de referência no tocante a igreja de nave única com *testeira recta na capela-mor*¹⁶².

1.2. Convento de Jesus de Setúbal

Fundado a partir de uma licença papal de 1489, logo em 1491¹⁶³ viu a concepção da sua igreja alterada, quando D. João II encarrega Boitaca de construir uma igreja com maiores proporções do que a inicialmente prevista.

Apesar de ser *provável que a obra estivesse já francamente adiantada em 1494 e que a ousia estivesse concluída* (pese embora opiniões que datam o abobadamento de 1508¹⁶⁴), subscrevemos a data de **1496**, apresentada por José Custódio Vieira da Silva¹⁶⁵ para a **conclusão da igreja**, após intervenção de D. Manuel que, em 1495, manda *alterar de uma para três, as naves da igreja, mandando pôr-lhe abóbada e não simples cobertura de madeira, como constava do projecto inicial*¹⁶⁶.

Capela-mor com testeira facetada, de pavimento sobrelevado face ao resto da igreja, apresenta um tramo e meio, com abóbadas de nervuras estreladas, descarregando

¹⁶⁰ Só neste contexto entenderemos Paulo Varela Gomes quando atribui a Jesus de Setúbal o início dos coros duplos. Paulo VARELA GOMES, op. cit., 1993-1996, p.76

¹⁶¹ Como único autor referenciado a esta construção temos João de Arruda, ligado apenas à *inspecção das obras do claustro* Isabel MENDONÇA, op. cit., e, Túlio ESPANCA, op. cit., 1992.

¹⁶² *No que respeita à Conceição de Beja, convém assinalar, para além da consagração da tipologia de uma igreja de nave única num edifício de patrocínio importante, o uso de testeira recta na capela-mor, bem como a aplicação de nervuras de aresta chanfrada no corpo do claustro (...)* cfr. Paulo PEREIRA, op. cit., 1995b, p. 32.

¹⁶³ Uma chamada de atenção para o facto desta ser a data aproximada para a referenciada para a construção da abóbada da capela-mor de Beja por Paulo PEREIRA e Leonel BORRELA.

¹⁶⁴ Paulo PEREIRA, op. cit., 1995b, p. 48.

¹⁶⁵ José Custódio VIEIRA DA SILVA, op. cit. 1985, p.11.

¹⁶⁶ Ibidem, idem

sobre mísulas. Apesar do posterior revestimento azulejar e, mais tarde, das obras da DGEMN em 1947¹⁶⁷, este espaço mantém as suas características e proporcionalidade.

O mesmo acontece com a *igreja de fora*, constituída por três naves de três tramos e meio, separadas por seis colunas torsas. A nave central é coberta por abóbada de arestas em ogiva e as naves laterais cobertas por abóbadas de meio berço, marcadas por arcos torais.

Não tendo sido possível o acesso aos coros sabe-se no entanto, que o coro baixo é coberto por abóbada de berço abatida e o coro alto, com três tramos e três naves, é coberto por abóbada de berço.

Trata-se igualmente de um exemplar de patrocínio real e com forte intervenção deste, onde é evidente a presença de um arquitecto – Diogo Boitaca – responsável por *uma das mais interessantes experiências espaciais do gótico final português (...)*¹⁶⁸ que poderá ter originado, em termos de tipologia, *a primeira igreja-salão erguida em território português*¹⁶⁹, ou o primeiro caso de *coro alto sobre a (porta axial ou sobre a) frente poente das igrejas conventuais*¹⁷⁰, isto é, se aceitarmos a premissa de que a igreja de N^a S^a da Conceição de Beja, inicialmente não apresentava coro duplo.

1.3. Convento da Madre de Deus de Xabregas

No âmbito dos conventos por nós estudados, o da Madre de Deus de Xabregas é aquele que, pelas sucessivas intervenções de que foi alvo, mais se distancia da peça original sendo, portanto, aquele que apresenta maior dificuldade de análise.

¹⁶⁷ Para a capela-mor foram realizados os trabalhos de XIV- *Reconstituição na capela-mor, das vias de acesso à cripta, de acordo com os vestígios da primitiva obra*; XV – *Construção de novos altares para as naves e capela-mor, e reposição, neste último, do primitivo sacrário, encontrado na parede de uma dependência do hospital. (...) XVII – Construção e assentamento de uma teia de bronze, para resguardo da capela-mor. (...) XIX – Revestimento complementar das paredes da capela-mor e baptistério, com azulejo igual ao existente.* cfr. Boletim da DGEMN nº 47 *A Igreja do Mosteiro de Jesus de Setúbal*

¹⁶⁸ Paulo PEREIRA, op. cit., 1995b, p. 49.

¹⁶⁹ Ibidem

¹⁷⁰ Paulo VARELA GOMES, op. cit., 1993-1996, p.76

Fundado por patrocínio real¹⁷¹ em 1508, o convento nasce da ocupação prévia, em 1509, de *humas casas tão nobres, (...) que alli mandou fazer Alvaro Cunha, compradas pela Rainha, em conjunto (...) com as hortas, que lhe pertencião, chamadas da Concha(...)*¹⁷²

A estas casas se agregou a primeira igreja, cuja construção se iniciou logo no mesmo ano.

É igualmente, Frei Jerónimo de Belém quem cita na sua crónica, o facto da estrutura da igreja que hoje existe, se referir a uma segunda, já com o patrocínio de D. João III, uma vez que a primeira havia sido transformada em Sala do Capítulo¹⁷³.

No entanto, há outra indicação, que pode pôr em causa esta. Trata-se do facto de se encontrar ilustrado nas tábuas do Retábulo de Santa Auta – *Chegada das Relíquias a Lisboa* – um portal, que terá servido de modelo ao actual, restaurado em 1872 pelo Arqtº José Nepomuceno¹⁷⁴. Assim sendo, a igreja estaria concluída antes de 1520 (data do retábulo) e, sendo o portal o mesmo, a igreja também teria de ser a mesma.

Neste caso, em que a conclusão da igreja seria anterior à data da criação da *Província dos Algarves*, ela poderia ser estudada enquanto um antecedente às igrejas desta *Província*, doutra forma, aquilo que nos chega até hoje é o somatório de profundas intervenções que poderão ter sido iniciadas, segundo Rafael Moreira, por Diogo de Torralva, a partir de 1551, data da *renovação por completo da claustro e cabeceira em cruz grega*¹⁷⁵ da igreja.

De referir ainda que, para além destas alterações iniciais, a igreja foi igualmente alvo de outras campanhas que a transformaram significativamente, como as realizadas

¹⁷¹ Rainha D. Leonor, mulher de D. João II

¹⁷² Frei Jerónimo de BELÉM, op. 1750-1758, T III, Livro XIII, p.2

¹⁷³ Ibidem, p.50

¹⁷⁴ Na intervenção deste arquitecto, o pórtico setecentista foi substituído pela réplica do representado no retábulo de Santa Auta, a fachada foi alteada e foram-lhe abertas uma série de janelas, entre outras intervenções.

¹⁷⁵ Rafael MOREIRA, op. cit., 1995, p. 352.

no reinado de D. José após o incêndio de 1754 e, as decorrentes da transformação do convento em asilo D. Maria Pia, da responsabilidade do Arqto José Nepomuceno, já em 1872.

Neste contexto, a igreja da Madre de Deus surge apenas como uma referência ao conjunto das igrejas que antecedem a *Província dos Algarves*, tendo tido um papel diminuto na nossa pesquisa de elementos que se constituem como modelos ou tipos a seguir.

2. ANÁLISE URBANO-MORFOLÓGICA

*Na ideia geral da arquitectura participa também o lugar como espaço singular e concreto*¹⁷⁶

Não pretendendo analisar o papel do convento como elemento primário na construção da cidade, importa tentar entendê-lo na sua origem ou seja, verificar quais as condições que suportaram a escolha dos sítios e o posicionamento das construções que o formam e de que forma este posicionamento interferiu no relacionamento da igreja com a cidade e o com o próprio convento.

2.1. O convento em relação à cidade

Apesar de, desde sempre, se ter verificado uma tendência para localizar os conventos femininos no interior das cidades, por razões evidentes de necessidade de protecção das freiras, esta tendência só passa a ser norma, após o processo da Contra Reforma, temporalmente muito distante ainda, destes conventos construídos no final do XV.

¹⁷⁶ Aldo ROSSI, op. cit., 1977, p. 139

Para além da localização intra-muros, é do conhecimento geral que as ordens religiosas *implantavam preferencialmente os seus edifícios principais, num local bem servido de acessos, adjacente à malha urbana já “tecida”, tendo por trás, zonas amplas não edificadas.*¹⁷⁷

Analisando o nosso objecto de estudo, e apesar de N^a S^a da Conceição ser o único exemplar localizado *intra-muros*, parece ser de acrescentar que estrategicamente o fizeram:

- a partir do aproveitamento de casas pré-existentes como na Madre de Deus de Xabregas¹⁷⁸;
- em locais próximos de palácios como em N^a S^a da Conceição de Beja, construído junto ao Paço Ducal do seu patrocinador;
- quase sempre, em eixos estruturantes ou de acesso ao centro da cidade, em muitos casos, junto de *portas da cidade* (como N^a S^a da Conceição de Beja localizada junto às Portas de Mértola),
- e preferencialmente formando uma frente de um espaço urbano mais amplo - um *largo* ou um *terreiro*.

Quadro III.2 CONVENTOS DE CLARISSAS ANTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES
Localização, orientação geográfica e confrontações dos conventos (ver pag.80)

2.2. A igreja em relação à cidade e ao convento

Trata-se de uma estrutura cuja fachada da igreja se assume como frente urbana sendo, nestes três casos, difícil de avaliar quanto à relação que estabelecem com a respectiva malha urbana, em virtude das profundas destruições a que foram sujeitas.

¹⁷⁷ Walter ROSSA, *A cidade portuguesa*, 1995, p255

¹⁷⁸ Ver citação na nota 172

Referimo-nos concretamente a N^a S^a da Conceição de Beja, cuja envolvente foi sujeita, em 1895, a remodelações urbanísticas que destruíram por completo o Paço dos Infantes e grande parte do convento¹⁷⁹ e, Jesus de Setúbal, onde as intervenções de requalificação urbana, sucessivamente levadas a cabo, são igualmente responsáveis pela impossibilidade de uma eficaz leitura urbana.

No tocante às suas orientações geográficas, verifica-se preferencialmente a escolha do quadrante sul para a localização da igreja face ao convento, exceptuando N^a S^a da Conceição de Beja, com uma localização sensivelmente a norte.

Fig III.1 **CONVENTOS DE CLARISSAS ANTERIORES À CRIAÇÃO DA**
PROVÍNCIA DOS ALGARVES
O convento em relação à cidade; a igreja em relação à cidade e ao
convento (ver pag. 81)

Numa estrutura como a de um convento, em que a igreja é um espaço aberto ao exterior mas não autónomo ou seja, uma parte integrante duma estrutura arquitectónica mais vasta, que se constitui como uma cidade em miniatura, onde coexistem dependências comuns ou individuais, espaços de recreio, de trabalho ou de meditação, lugares de retiro e de reunião, em torno de um espaço livre comum que é, o claustro, há que entender o tipo de ocupação da igreja, face à quadra do claustro

Assim, para estes três antecedentes constatámos duas situações: uma, em N^a S^a da Conceição de Beja, mais indefinida (em parte pela incapacidade de se conhecer a totalidade da estrutura conventual), marcadamente sobre-dimensionada face à *quadra* (com o coro totalmente de fora desta) mas, já evidenciando as duas situações que lhe seguirão - Jesus de Setúbal e Madre de Deus de Xabregas, - onde agora, é o módulo da

¹⁷⁹ (...) e o edifício ficou sujeito, pouco depois, a degradações muito graves, após ter sido entregue à Câmara, pelo Decreto de Outubro de 1894, para proceder à urbanização do local, onde se compreendia o alargamento da praça circundante e rasgamento de ruas consideradas insalubres e estreitas para o movimento rodoviário. No ambicioso projecto – que sacrificou o mais interessante conjunto arquitectónico, tradicional e antigo de Beja – desapareceu o primitivo Paço Ducal, grande parte do convento que se estendia pelas ruas de ...e todo o corpo cavalgado no exterior da sala capitular que abrangia os dormitórios e outras dependências (...) cfr. Túlio ESPANCA, op. cit., 1992, p.179

capela-mor que se demarca completamente da *quadra*, a nave se desenvolve sensivelmente até metade desta e o coro alto vai até aos seus limites (internos em Jesus de Setúbal e externos na Madre de Deus de Xabregas).

Em termos de dimensão da *quadra* e, só sendo possível avaliar Jesus de Setúbal, regista-se uma medida entre os 21 e 22 metros¹⁸⁰, medida essa que irá ser retomada em alguns exemplos do capítulo seguinte.

Por último, uma referência à definição do eixo de acesso, isto é, à localização da porta lateral. Colocada no fundo da nave quase junto aos coros (e não a meio desta), a porta principal parece relacionar-se mais com o eixo de simetria exterior formado pelo conjunto nave/coro, (neste caso, deixando a capela-mor de fora), do que propriamente com o conjunto da igreja (e dos seus três espaços). Talvez a individualização do módulo capela-mor, feita através do pequeno ressalto existente no plano da fachada (em N^a S^a da Conceição de Beja e na Madre de Deus de Xabregas) ou do recurso a uma diferenciação total na linguagem e materiais utilizados (como em Jesus de Setúbal), tenham estado na base da procura dessa simetria, nunca obtida completamente, uma vez que as dimensões dos dois módulos *nave* e *coros*, sendo praticamente idênticas, não vão permitir uma abertura mesmo a meio de um deles.

2.3. Os espaços constituintes da igreja

Considerando que aquilo que denominámos por igreja se refere a um conjunto de espaços que se apresentam, em termos formais e de relação, com características próprias, procedemos à sua análise.

¹⁸⁰ Pelas razões apresentadas na nota 40 não convertemos as medidas dos *antecedentes* em palmos, como será feito para as restantes igrejas que integram o capítulo seguinte. No entanto, podemos aqui referir que caso fossem convertidas, estas medidas seriam entre os noventa e sete (97 p) e os cento e dois palmos (102 p).

Apesar de à partida, não apresentarem grande homogeneidade¹⁸¹, estes três casos são constituídos pelos mesmos espaços: capela-mor, nave (*igreja de fora*) e coros sobrepostos (*igreja de dentro*), nestes casos, com algumas situações ainda indefinidas como em N^a S^a da Conceição de Beja, onde não é possível verificar a situação original e, Jesus de Setúbal, onde a solução de coro-baixo/cripta é ainda embrionária e distante dos exemplos que se seguirão.

Com uma organização – nave central, com capela mor na extremidade oposta a dois coros sobrepostos (já muito similar à que se irá consolidar no século seguinte) apresentam, em todos os casos, uma orientação da capela-mor a nascente.

Em termos de definição dos espaços surgem-nos situações distintas:

- capelas-mores, ao mesmo nível da nave, em N^a S^a da Conceição de Beja e Madre de Deus de Xabregas ou, sobre cripta em Jesus de Setúbal; com testeira recta em N^a S^a da Conceição de Beja, facetada em Jesus de Setúbal e, em cruz grega na Madre de Deus de Xabregas;
- naves únicas, em N^a S^a da Conceição de Beja e na Madre de Deus de Xabregas ou, triplas, em Jesus de Setúbal,
- coros, indefinidos, porque completamente alterados, em N^a S^a da Conceição de Beja; em cripta e em três tramos como em Jesus de Setúbal; ou simples, como na Madre de Deus de Xabregas.

Em termos de forma, tratam-se de espaços rectangulares¹⁸², de dimensões só retomadas no século XVII e, com os coros, sobretudo os coros-altos, com dimensões muito aproximadas às das naves.

¹⁸¹ Referimo-nos concretamente ao facto de contrariarem a uniformidade da nave única (Jesus de Setúbal com três naves) e, dos coros duplos, (N^a S^a da Conceição de Beja e Jesus de Setúbal).

¹⁸² Exceptua-se o caso da capela-mor de Jesus de Setúbal, onde o espaço rectangular dá origem a outro de testeira facetada em três.

Como elementos de ligação entre eles só foi possível analisar o arco triunfal da igreja do convento de Jesus de Setúbal, único que deverá ser de origem, de vão francamente amplo e ogival.

Relativamente à localização da entrada face à capela-mor constatamos: com a capela-mor à esquerda, em N^a S^a da Conceição de Beja e à direita, nas restantes. Em relação aos tramos da nave, podemos sublinhar a localização única da entrada, no primeiro tramo junto ao coro, para todos os casos¹⁸³.

3. ANÁLISE QUANTITATIVA DOS ESPAÇOS CONSTITUINTES DA IGREJA

3.1. As três dimensões – largura, comprimento e altura dos espaços constituintes

Cremos que qualquer pesquisa sobre o modo como estas arquitecturas foram concebidas, desenhadas e realizadas, deverá orientar-se na busca das matrizes geométricas que suportaram a construção pelo que considerámos necessário investigar o papel desenvolvido pela geometria¹⁸⁴ e pela aritmética como instrumentos básicos de suporte à elaboração do projecto¹⁸⁵.

Cremos que a análise destas componentes permitirá com efeito, compreender o sistema adoptado para modular os diversos elementos e encontrar algumas regras de composição sobre as quais se concebeu a construção.

¹⁸³ Há ainda uma certa dúvida relativa a N^a S^a da Conceição de Beja, em virtude das alterações que sofreu com a destruição dos coros.

¹⁸⁴ *El uso de la geometría en la delimitación de espacios y superficies tiene su origen en exigencias de carácter práctico, ligadas a problemas métricos relativos a la agrimensura, aunque pronto se convirtió en un medio válido para la definición y control formal de la puesta en obra del conjunto arquitectónico.* cfr. Caterina PALESTINI, op. cit., 2000, p. 770.

¹⁸⁵ Não esquecer que, as relações de dimensões relativas ao conjunto e às partes, estão baseadas em proporções simples deduzidas da geometria prática.

Adoptando a metodologia de Pérez del Prado¹⁸⁶, registámos as três dimensões básicas – largura, comprimento e altura - dos três espaços constituintes das igrejas – capela-mor, nave e coros – no sentido de podermos proceder a uma análise comparativa, após a sua conversão em *palmos* (*p*). Fizemo-lo, no entanto, de forma diferente, consoante se tratavam de exemplares *antecedentes* ou construídos *após* a criação da *Província dos Algarves*.¹⁸⁷

Verificamos assim, tratarem-se de igrejas de maiores dimensões do que as que vamos encontrar logo após a data da fundação da Província dos Algarves, mas muito aproximadas com as que encontraremos já nas últimas fundações: N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal, N^a S^a da Quietação de Alcântara e Servas de Borba.

Com uma largura para as naves, entre os 7,40m de N^a S^a da Conceição de Beja e os 10,0m de Jesus de Setúbal¹⁸⁸, vão manter estes valores nos outros dois espaços, (capelas-mor e coros) apenas diminuindo, nos casos das capela-mor de N^a S^a da Conceição de Beja (5,30m) e Jesus de Setúbal (8,0m), visto tratarem-se de capelas marcadas pelo ressaltado no plano de fachada e cobertas por abóbadas nervuradas.

Interessante também é verificar uma certa analogia dos valores encontrados para os comprimentos das naves das três igrejas, entre os 18,5 metros de Jesus de Setúbal e os 17,60/17,80 metros¹⁸⁹ da Madre de Deus de Xabregas e N^a S^a da Conceição de Beja.

Tal já não é, no entanto, verificado nos comprimentos dos outros espaços: capelas-mores de valores variáveis, das quais, Jesus de Setúbal apresenta o maior valor registado (11,6m) e N^a S^a da Conceição de Beja o menor (8,5m) e coros, onde depois

¹⁸⁶ Mercedes PÉREZ DEL PRADO, op. cit., 2000.

¹⁸⁷ Assim, e pelo facto dos antecedentes, terem sido sujeitos a grandes alterações (só Jesus de Setúbal mantém o espaço original, tendo os outros casos já sido objecto de intervenções posteriores significativas), não procedemos a medições, tendo utilizado as medidas principais fornecidas pelas fontes consultadas, apenas para estabelecer alguns termos comparativos. Pelas mesmas razões, não procedemos à conversão dos metros em palmos.

¹⁸⁸ Convertidos em palmos, entre os trinta e quatro (34 *p*) e os quarenta e seis palmos (46 *p*).

¹⁸⁹ Convertidos em palmos, entre os oitenta e cinco palmos e meio (85 ½ *p*) e os oitenta e um e meio/oitenta e dois palmos (81 ½ *p* e 82 *p*).

da proximidade de valores registado para os coros-altos em N^a S^a da Conceição de Beja e de Jesus de Setúbal (com 11,5 e 12 m, respectivamente), surge a Madre de Deus de Xabregas, com o maior valor (14,7 m) .

Quadro III.3 **AS IGREJAS DOS CONVENTOS DE CLARISSAS**
ANTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES
Os espaços – as três dimensões de cada espaço constituinte (ver pag 82 e 83)

Fig III.2 **AS IGREJAS DOS CONVENTOS DE CLARISSAS**
ANTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES
Os espaços – medidas gerais, estrutura da cobertura (ver pag. 84)

3.2. A relação entre as diferentes dimensões – a proporcionalidade

3.2.1. A dimensão global face a cada espaço

Apesar de N^a S^a da Conceição ser o exemplo de menores dimensões globais, as três igrejas apresentam valores muito aproximados¹⁹⁰ o que, dado os comprimentos das naves serem igualmente idênticos para os três casos¹⁹¹ nos permite constatar, que apenas surgem variações ao nível das dimensões das capelas-mor e dos coros.

É a Madre de Deus que apresenta a maior dimensão para o coro alto, cerca de 14,70 metros, sendo portanto o exemplo que mais se aproxima da dimensão da nave, numa relação de 0,39 de ocupação para a nave, e de 0,32 de ocupação para o coro. Os restantes exemplos apresentam uma relação de 0,45 de ocupação para a nave e de 0,29 para o coro, em N^a S^a da Conceição de Beja e, 0,41 de ocupação para a nave e de 0,27 para o coro, em Jesus de Setúbal.

¹⁹⁰ Somatório dos comprimentos **úteis** dos três espaços constituintes (capela-mor; nave e coro) entre os 37,80m de N^a S^a da Conceição de Beja, os 42,1 m de Jesus de Setúbal e os 43,1m da Madre de Deus de Xabregas.

¹⁹¹ 17,8m para N^a S^a da Conceição de Beja; 18,5m para Jesus de Setúbal e 17,6m para a Madre de Deus de Xabregas

Fig III.3 AS IGREJAS DOS CONVENTOS DE CLARISSAS ANTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES
Relação de cada espaço face ao total da igreja; a largura face ao comprimento (ver pag.85)

3.2.2. A largura face às outras dimensões

Neste processo de análise das relações existentes entre as diversas dimensões e das suas possíveis conexões com o sistema construtivo e cronologia, o ponto de partida foi a *largura*, dado normalmente *ditar as regras* ¹⁹².

Assim, no que se refere às naves, a relação encontrada entre o comprimento e a largura é de 2,4 - em N^a S^a da Conceição de Beja e de 2 - nos outros exemplos ¹⁹³.

Relativamente às capelas mor, a relação encontrada entre o comprimento e a largura é praticamente uma vez e meia – 1,5 - em N^a S^a da Conceição de Beja e Jesus de Setúbal ¹⁹⁴ e, 1,3 vezes para a Madre de Deus de Xabregas. Esta relação modificar-se-á significativamente com a utilização do quadrado como solução geométrica para a planta destes espaços.

Não foi igualmente possível relacionar esta variação da proporcionalidade com a cronologia e as soluções construtivas adoptadas, face à incapacidade que temos em nos suportar na autenticidade das soluções actualmente existentes. Se em Jesus de Setúbal ainda é possível encarar um exemplar que chegou até nós mais ou menos intocável, já o mesmo não é possível dizer dos outros dois exemplos.

Fig III.3 AS IGREJAS DOS CONVENTOS DE CLARISSAS ANTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES
Relação de cada espaço face ao total da igreja; a largura face ao comprimento (ver pag. 85)

¹⁹² *La anchura como dato de partida está presente en múltiple tratados* cfr. PÉREZ del PRADO Mercedes, op. cit., 2000, p. 43 e, *O dono da obra e o mestre deixam aos pedreiros a liberdade de determinar as dimensões gerais e até a forma das peças e molduras uma vez dada a largura* cfr. Paulo VARELA GOMES, op. cit., 2004, p.610.

¹⁹³ Mais concretamente 2 vezes para Jesus de Setúbal e 2 vezes + 3 palmos para a Madre de Deus.

¹⁹⁴ Mais concretamente 1,6 vezes no primeiro caso.

4. ANÁLISE QUALITATIVA DOS DIFERENTES ESPAÇOS CONSTITUINTES DA IGREJA

4.1. A “caixa” e a “tampa”

Estabelecidas as poucas considerações que foram possíveis retirar da forma de organização interior dos espaços em análise, tornou-se fundamental analisar as soluções adoptadas para o “encerramento” desses mesmos espaços, aquilo que denominámos por “caixa” e “tampa”. Assim foi possível detectar duas situações:

- “caixa” única, com uma ligeira quebra no limite entre o módulo da nave e o da capela-mor e uma “tampa” de dois volumes de planta rectangular distintos, referentes a dois telhados, sendo o da capela-mor mais elevado em relação ao outro – em N^a S^a da Conceição de Beja e na Madre de Deus de Xabregas
- “caixa” dupla, formada por dois volumes distintos em forma (rectangular para o corpo da nave e dos coros e, “hexagonal” para o corpo da capela-mor) e em volume (o corpo da capela mor mais elevado do que o restante), com cobertura em telhado de duas águas e terraço – em Jesus de Setúbal.

Fig III.4 AS IGREJAS DOS CONVENTOS DE CLARISSAS ANTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES
O encerramento do espaço – a “caixa” e a “tampa” (ver pag. 86)

4.2. Outros elementos

4.2.1. Aspectos compositivos das fachadas

Apesar das soluções aparentemente diferenciadas e das grandes alterações sofridas nalgumas fachadas destes edificios, há elementos que as compõem, que nos permitem identificar algumas características comuns. Referimo-nos concretamente:

- à marcação central do corpo da nave/coros com um portal imponente, nestes três casos, *tardo-gótico*;
- à intencionalidade posta na separação do corpo da capela-mor da restante construção¹⁹⁵, situação que creio que irá ser atenuada nos exemplos que se seguem;
- ao remate dos edifícios em paltibanda rendilhada, pontuada por pináculos¹⁹⁶, que não terá qualquer continuidade;
- à utilização de contrafortes (evidentes em Jesus de Setúbal, diminutos em N^a S^a da Conceição de Beja e “classicizados” na Madre de Deus de Xabregas) que pontualmente irá surgindo, em contextos diferentes¹⁹⁷.
- a presença dos vãos-tipo como são as janelas únicas e com tratamentos específicos na nave e capela-mor e as frestas do coro alto, situação só comprovável no caso de Jesus de Setúbal, pelas alterações introduzidas nos outros dois exemplos.

Quadro III.4 AS IGREJAS DOS CONVENTOS DE CLARISSAS ANTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES
Elementos que integram as fachadas das igrejas (ver pag. 87)

4.2.2. As torres mirante

Resta-nos uma referência à torre mirante que, por normalmente estar agregada aos pés dos coros e, por se traduzir no único elemento (exceptuando a igreja), que estabelecia a ligação do interior com o exterior, considerámos ser de analisar.

No entanto para estes três casos verificamos que, aos pés dos coros e com funções de torre mirante é apenas possível identificar Jesus de Setúbal, interessante exemplar,

¹⁹⁵ esta separação é concretizada através de um ressalto no plano da fachada um mesmo da própria individualização de volumes, como é o caso de Jesus de Setúbal. Esta individualização é feita a todos os níveis: forma do espaço, altura do volume, material de revestimento.

¹⁹⁶ Em todos estes casos reconstruções do Estado Novo

¹⁹⁷ Referimo-nos às Chagas de Vila Viçosa e a St^a Helena do Monte do Calvário de Évora, apresentados no capítulo seguinte.

cuja solução formal permite identificar o cuidado posto neste elemento arquitectónico que, em muitos casos acumula as duas funções, sineira-mirante e se reveste de uma grande riqueza decorativa.

Na Madre de Deus de Xabregas, aos pés dos coros apenas encontrarmos uma torre sineira, de configuração indefinida e com uma porta directa para o exterior, o que inviabiliza qualquer papel de torre mirante e em N^a S^a da Conceição de Beja apenas existe igualmente uma torre sineira, colocada no lado interior do claustro e numa situação de separação entre a nave e os coros, situação única no conjunto dos casos estudados.

5. CARACTERÍSTICAS GERAIS DESTAS IGREJAS. ASPECTOS-BASE NA DEFINIÇÃO DE PRÉ-MODELO OU DE UM TIPO.

Antes de iniciarmos a identificação dos aspectos que poderiam estar na base da formação de qualquer modelo procurámos, nas fontes disponíveis, eventuais referências a tipologias ou aspectos tipológicos. Deste modo:

- *Igreja de nave única (...) com testeira recta na capela-mor*¹⁹⁸ para N^a S^a da Conceição de Beja
- *Primeira igreja-salão erguida em território português*¹⁹⁹ ou, *o primeiro caso de coro alto sobre(...) frente poente das igrejas conventuais*²⁰⁰, para Jesus de Setúbal
- *Igreja de cabeceira em cruz grega*²⁰¹ para a Madre de Deus de Xabregas.

¹⁹⁸ Paulo PEREIRA op. cit. , 1995b, p. 32

¹⁹⁹ Ibidem p. 49

²⁰⁰ Paulo VARELA GOMES op. cit., 1993-1996, p. 76

²⁰¹ Rafael MOREIRA, op. cit., nota 68 p. 352.

Num universo tão pequeno quanto este, três exemplares apenas, verifica-se alguma dificuldade em encontrar, para além destas questões genéricas, denominadores comuns que anunciem a assunção de um modelo.

Se ao nível da localização e definição de orientação geográfica arriscamos em encontrar alguma intencionalidade na orientação das cabeceiras, a nascente, ao nível da forma e de articulação da igreja com o convento, tal não se verifica²⁰².

Sem no entanto, apresentarem uma intencionalidade evidente na solução formal para cada um dos espaços que constituem as igrejas²⁰³, esboçam sim uma organização entre eles,²⁰⁴ que irá ser mantida.

No tocante às suas dimensões (sobredimensionadas relativamente ao que iremos encontrar nos primeiros exemplos que se seguem à criação da *Província dos Algarves*), ressalta o facto de apresentarem valores muito próximos dos últimos exemplos que irão ser estudados (já surgidos no século XVII) e, praticamente os mesmos, entre eles²⁰⁵. Aqui sim, poderemos ser levados a crer estar perante uma intencionalidade/orientação de construir.

Tal poderá indiciar a utilização de algumas regras, que sofrendo alterações com o tempo, poderão vir a ser novamente retomadas noutras alturas.

Na configuração dos espaços é evidente o recurso ao rectângulo sem, no entanto, se encontrar qualquer intencionalidade de proporcionalidade. Terá de se esperar até ao século XVI, onde a aprendizagem da arquitectura clássica irá introduzir mais rigor no exercício da concepção/construção.

²⁰² Ver ponto 2.2. deste capítulo.

²⁰³ Capelas-mor, de nível, em N^a S^a da Conceição de Beja; sobre cripta em Jesus de Setúbal; naves, únicas, em N^a S^a da Conceição de Beja e na Madre de Deus de Xabregas ou, triplas, em Jesus de Setúbal e; coros em cripta, em três tramos como em Jesus de Setúbal ou simples, porque já parcialmente destruídos como em N^a S^a da Conceição de Beja.

²⁰⁴ Nave central, com capela mor na extremidade oposta a dois coros sobrepostos. Entrada sensivelmente a meio, no último tramo da nave, junto ao coro.

²⁰⁵ Ver dimensões referidas no ponto 3.1. deste capítulo

A homogeneidade da forma rectangular utilizada para a solução dos diferentes espaços, é uma das características que diverge da heterogeneidade das soluções construtivas existentes.

Apesar das alterações sofridas, podemos encontrar duas únicas soluções para a cobertura das capelas-mores - abóbadas nervuradas para N^a S^a da Conceição de Beja e Jesus de Setúbal, e cúpula, já extemporânea, para a Madre de Deus de Xabregas²⁰⁶. Sobre as soluções encontradas para as naves, exceptuando a abóbada em três tramos (ou, abóbada central de arestas e abóbadas laterais de meio berço), de Jesus de Setúbal, solução única no universo do nosso estudo, qualquer uma das abóbadas de berço, não é representativa, dado igualmente, poder não se tratar da solução inicial.

No que se refere à forma de encerramento dos espaços constituintes destas igrejas, aquilo que ao longo do nosso trabalho denominámos “caixa” e “tampa”, a dificuldade de encontrar *regras* ou *intencionalidades* poderá não ser tão evidente quanto à partida se nos afigurou.

Referimo-nos concretamente ao recurso à utilização de uma “caixa” única, (embora com uma quebra de individualização da capela-mor), com duas “tampas” de alturas diferentes²⁰⁷, conforme encontramos em N^a S^a da Conceição de Beja e na Madre de Deus de Xabregas, solução que encontrará alguma singularidade numa outra, encontrada em Jesus de Setúbal, onde a individualização do corpo da capela-mor sendo evidente, vai originar uma “caixa” dupla (constituída por dois volumes perfeitamente distintos, na forma, volume, altura e material), com duas “tampas” igualmente distintas. A acrescentar apenas o facto de, em ambos os casos, encontrarmos um corpo único e praticamente indistinto para a nave e coros.

²⁰⁶ Perfeitamente compreensível por se tratar de uma intervenção de remodelação da igreja, atribuída a Diogo de Torralva, já na segunda metade do XVI.

²⁰⁷ Uma sobre o corpo da nave-coros e outra sobre o corpo da capela-mor

Por fim, uma referência a um outro aspecto que se poderá constituir como vocabulário desta linguagem - o conjunto de características identificadas no ponto 4.2.1.

aspectos compositivos das fachadas – nomeadamente:

- a marcação central do corpo da nave/coros com uma porta;
- a separação do corpo da capela-mor da restante construção;
- a utilização de contrafortes,
- e, o tipo de vãos integrantes da fachada (únicos e intencionalmente trabalhados nos casos da capela-mor e nave e, frestas no caso dos coros)

que, embora decorrentes de contextos estéticos de época, darão lugar a outros que se lhe seguirão e, em conjunto, se constituirão como componentes do nosso *modelo* ou *tipo*.

Quadro III.1 – CONVENTOS DE CLARISSAS ANTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES
Dados Gerais

Convento	Construção da igreja	Origem e nº de freiras	Patrocinador/ fundador	Arquitectos/ Mestres de obras	Dimensões	
					Inventário da ANBA	Minhas
N^a S^a da Conceição – Beja Fundação: 1459	1459-1473 – construção (sem abóbada da capela-mor?) - op. cit. 100 1485 – obras do claustro (visita João de Arruda) 1490 – abobadamento da capela-mor - op. cit. 147 1491-1495 – abobadamento da capela-mor - op. cit. 151 1506 – conclusão do dormitório	Recolhimento de terceiras seculares - Beja - op. cit. 18 60 freiras - op. cit. 100 2^a Regra – <i>urbanistas</i> (inicialmente)	CASA REAL Infante D. Fernando (irmão de D. Afonso V) e sua mulher D. Beatriz – Duques de Beja e pais de D. Manuel.	João de Arruda (vistoria as obras em 1485)	Nave 7,40x17,80 x Capela 5,25x8,50x13 Coro 7,90X11,50	Nave Capela Coro baixo Coro alto
Jesus Setúbal – Fundação: 1489	1492-1496 - data da construção da igreja (início-conclusão)	Gandia, Valencia, Espanha - 7 freiras - 1496 Casa da Rainha – 7 nobres - op. cit. 100 33 freiras	PARTICULAR Justa Rodrigues Pereira (ama de D. Manuel) CASA REAL D. João II e D. Leonor D. Manuel	Diogo Boitaca	Nave Capela Coro	Nave – 10,0x18,5x Capela – 8,0x11,6x Coro baixo – 6,3x5,3 Coro alto – 10,1x12,0

Madre de Deus – Xabregas/Lisboa Fundação: 1508	1509 - início da igreja 1551 - “regularização” da igreja com a construção da cabeceira em cruz grega.	Jesus de Setúbal – 7 freiras - op. cit. 100 20 freiras – nº estabelecido por Júlio II, 1511 33 freiras – novo nº estabelecido por PioV, 1567	CASA REAL D. Leonor, viúva de D. João II D. João III	Diogo de Torralva, (regularização da igreja e reconstrução do novo claustro a partir de 1551)	Nave Capela Coro	Nave – 8,5x17 ,6x Capela – 8,3x10 ,8x Coro – 8,5x14 ,7x
--	--	--	--	---	---	---

**Quadro III.2 – CONVENTOS DE CLARISSAS ANTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS
ALGARVES**

Localização, orientação geográfica e confrontações

identificação	Cidade	espaço confinante	muralhas	igreja/convento	Capela-mor
Nª Sª da Conceição Beja		Praça (antigo terreiro)	Interior à 1ª linha/junto às Portas de Mértola	Norte	Nascente
Jesus Setúbal		Praça (antigo terreiro)		Sul	Nascente
Madre de Deus Xabregas, Lisboa		Eixo principal		Sul	Nascente

Fig. III.1 CONVENTOS DE CLARISSAS ANTERIORES À PROVÍNCIA DOS ALGARVES
O convento em relação à cidade; a igreja em relação à cidade e ao convento



- 1 - Nª Sª da Conceição de Beja
- 2 - Jesus de Setúbal
- 3 - Madre de Deus de Xabregas

Fontes: 1 - planta retirada do Plano de Salvaguarda de Beja
2,3 - plantas à escala 1:2000 cedidas pelas respectivas Câmaras Municipais

Quadro III.3– AS IGREJAS DOS CONVENTOS DE CLARISSAS ANTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES

As três dimensões (largura; comprimento e altura) de cada espaço constituinte(nave; capela-mor e coros). A sua proporcionalidade

	N ^a S ^a da Conceição de Beja	Jesus de Setúbal	Madre de Deus de Xabregas
total			
nave	m e t r o / p a r a l e l o	m e t r o / p a r a l e l o	m e t r o / p a r a l e l o
largura	7 , 4 0	1 0 , 0 0	8 , 5 0
	3 4 , 1 6	4 6 , 1 7	3 9 , 2 4
	3 4 , 2	4 6 , 2	3 9 , 2
	3 4	4 6	3 9
comprimento	1 7 , 8 0	1 8 , 5 0	1 7 , 6 0
	8 2 , 1 8	8 5 , 4 1	8 1 , 2 6
	8 2 , 2	8 5 , 4	8 1 , 3
	8 2	8 5	8 1 ½
/largura	2 , 4	2	2 (+ 3 p)
/total da igreja	0	0	0

		, 4 5		, 4 1		, 3 9
altura						
/largura						
capela-mor						
largura	5		8		8	
	, 3 0		, 0 0		, 3 0	
	2 4		3 6		3 8	
	, 4 7		, 9 3		, 3 2	
	2 4		3 6		3 8	
	, 5		, 9		, 3	
	2 4		3 7		3 8	
	1/2				1 / 2	
comprimento	8		1		1	
	, 5 0		, 1 6 0		, 0 8 0	
	3 9		5 3		4 9	
	, 2 4		, 5 5		, 8 6	
	3 9		5 3		4 9	
	, 2		, 6		, 9	
	3 9		5 3		5 0	
			1/2			
/ largura		1 , 6		1 , 5		1 , 3
/total da igreja		0 , 2 2		0 , 2 6		0 , 2 4
altura	1 3 , 0 0					
	6 0 , 0 2					
	6 0					

		0				
		6				
		0				
/largura			2			
			5			
			(			
			-			
			1			
			P			
			)			
coro baixo						
largura		7		6		8
		9		3		5
		0		0		0
		3		2		3
		6		9		9
		4		0		2
		7		9		4
		3		2		3
		6		9		9
		5		1		2
		3		2		3
		6		9		9
		1/2				
comprimento		1		5		1
		1		3		4
		5		0		7
		0				0
		5		2		6
		3		4		7
		0		4		8
		9		7		7
		5		2		6
		3		4		7
		1		5		9
		5		2		6
		3		4		8
				1/2		
/ largura			1		0	
			5		8	
					4	
						1
						7
						(
						+
						1
						P
						)
/total da igreja			0			
			2			
			9			
altura						

Coro alto						
largura		7 , 9 0		1 0 , 1 0		
		3 6 , 4 7		4 6 , 6 3		
		3 6 , 5		4 6 , 6		
		3 6 $\frac{1}{2}$		4 6 $\frac{1}{2}$		
Comprimento		1 1 , 5 0		1 2 , 0		
		5 3 , 0 9		5 5 , 4 0		
		5 3 , 1		5 5 , 4		
		5 3		5 5 $\frac{1}{2}$		
/largura			1 , 5		1 , 2	
/total da igreja			0 , 2 9		0 , 2 7	
Altura						
arco triunfal						
Largura						
Comprimento						
nave-coro						

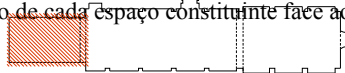
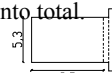
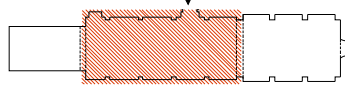
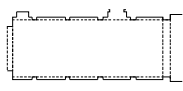
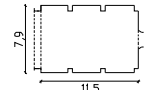
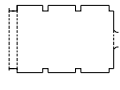
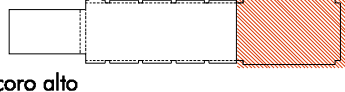
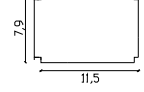
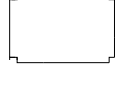
Largura						
Comprimento						

Nota explicativa:

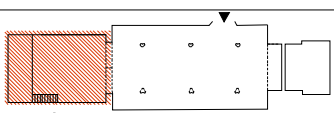
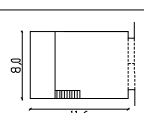
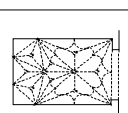
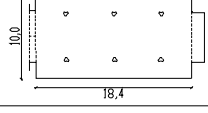
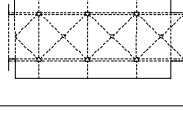
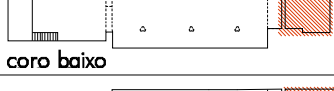
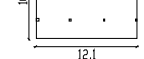
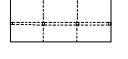
Fig. III.2 AS IGREJAS DOS CONVENTOS DE CLARISSAS ANTERIORES À PROVÍNCIA DOS ALGARVES
 Apresenta-se o plano das igrejas e a localização dos pontos de base dos fundamentos, pelos quais são apoiados os espaços, dimensões e a estrutura da cobertura.

As medidas contidas na 1ª linha do quadro, a 1ª linha refere-se à medida em metros; a 2ª linha à conversão da medida em metros para palmos, considerando o valor de 0,2166 retirado do trabalho de Rui M. de S. Cunha; a 3ª linha, ao arredondamento; a 4ª linha ao valor considerado; a 5ª linha às proporções face à largura; a 6ª linha à percentagem do comprimento de cada espaço constituinte face ao comprimento total.

N.º 5 da Conceição de Bela

		
capela -mor		
		
nave		
		
coro baixo		
		
coro alto		

Jesus de Setúbal

		
capela -mor		
		
nave		
		
coro baixo		
		
coro alto		

Madre de Deus de Xabregas

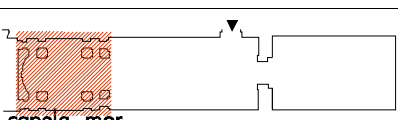
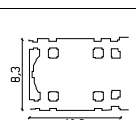
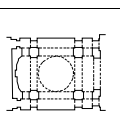
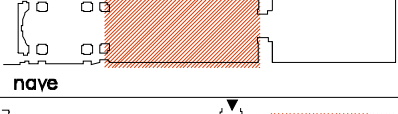
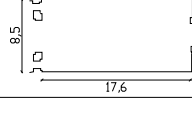
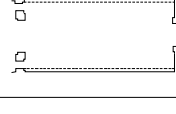
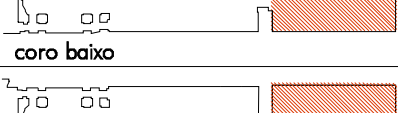
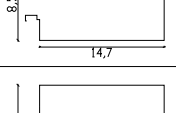
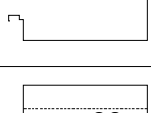
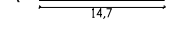
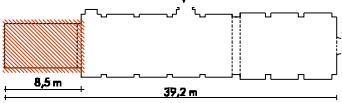
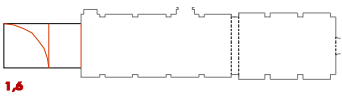
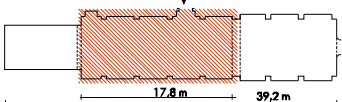
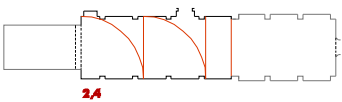
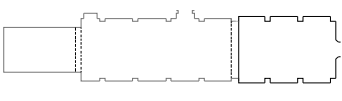
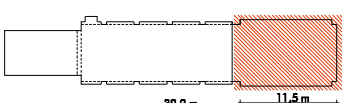
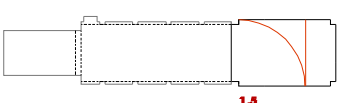
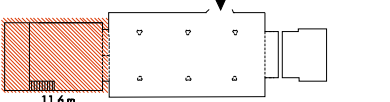
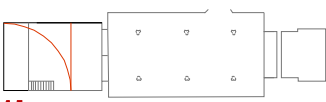
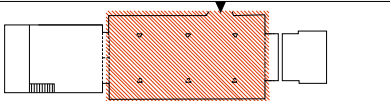
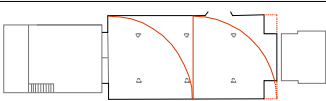
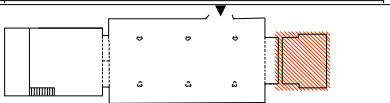
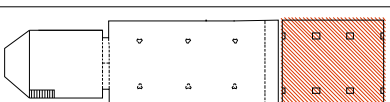
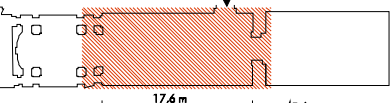
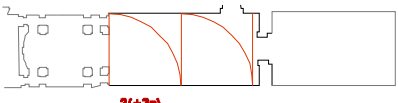
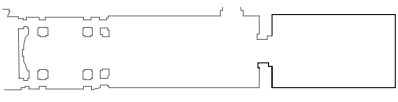
		
capela -mor		
		
nave		
		
coro baixo		
		
coro alto		

Fig. III.3 AS IGREJAS DOS CONVENTOS DE CLARISSAS ANTERIORES À PROVINCIA DOS ALGARVES

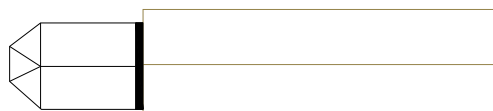
Convento . Igreja	Relação de cada espaço face ao total da Igreja	A largura face ao comprimento
N ^a S ^a da Conceição de Beja	capela -mor  0,22	 1,6
	nave  0,45	 2,4
	coro baixo  0,29	 1,5
	coro alto  0,29	 1,5
Jesus de Setúbal	capela -mor  0,26	 1,5
	nave  0,41	 2
	coro baixo  0,27	 1,2
	coro alto  0,27	 1,2
Madre de Deus de Xabregas	capela -mor  0,24	 1,2
	nave  0,39	 2(+3p)
	coro baixo  0,32	 1,7(+1p)
	coro alto  0,32	 1,7(+1p)

**Fig. III.4 AS IGREJAS DOS CONVENTOS DE CLARISSAS
ANTERIORES À PROVINCIA DOS ALGARVES
a cobertura**

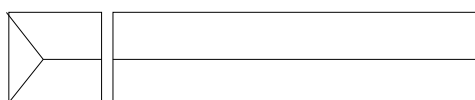
Nª Sª da Conceição de Beja



Jesus de Setúbal



Madre de Deus de Xabregas



**Quadro III.4 – CONVENTOS DE CLARISSAS ANTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS
ALGARVES**

Elementos que integram as fachadas das igrejas

identificação	Portal	Janela-nave	Janela- capelamor	Frestas coro-alto	Outros elementos
----------------------	---------------	--------------------	------------------------------	--------------------------	-----------------------------

N^aS^a da Conceição Beja	X	Janela recentemente introduzida	Janela recentemente introduzida	Janelas recentemente introduzidas	Platibanda rendilhada e pináculos Cunhais em silharia
Jesus Setúbal	X	x	x	x	Contrafortes em silharia Cunhal em silharia Corpo da capela mor individualizado
Madre de Deus Xabregas, Lisboa	X	Janelas recentemente introduzidas	Janelas recentemente introduzidas	Janelas recentemente introduzidas	Platibanda rendilhada e pináculos Cunhal em silharia

IV OS SETE CONVENTOS FEMININOS DA ORDEM DE ST^a CLARA POSTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES – O ESPAÇO DAS SUAS IGREJAS

Tal como a obra literária que não requer uma constante invenção da linguagem ou dos modos narrativos para se desenvolver ilimitadamente, a obra arquitectónica não precisa de inventar em cada ocasião a forma. Tudo procede de algo e é precisamente esse encadeamento ou continuidade da experiência o que assegura a sua mobilidade e a sua abertura. ²⁰⁸

1. APRESENTAÇÃO DOS SETE CONVENTOS

Pelas razões apresentadas no Cap. I - Introdução, constituem objecto do nosso estudo um conjunto de sete conventos – Chagas de Vila Viçosa; N^a S^a da Assunção de Faro; N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa; St^a Helena do Monte do Calvário de Évora; N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal; N^a S^a da Quietação de Alcântara e Servas de Borba – cuja construção foi posterior a 1532²⁰⁹, embora as fundações, em muitos deles, tenham sido anteriores.

Em termos de cronologia, incidimos, particularmente, na data de conclusão igreja e foi essa mesma data que permitiu ordenar cronologicamente o conjunto dos sete conventos agora apresentados.

À semelhança do capítulo anterior, integram este capítulo, um conjunto de fichas referentes a cada um dos conventos em estudo. Face à diversidade de dados apresentada pelas diversas fontes considerámos necessário, em simultâneo com a apresentação de cada um deles, proceder a uma prévia fundamentação.

²⁰⁸ Carlos Martí ARÍS, op. cit., 1993, p.115

²⁰⁹ Data da Divisão da Província de Portugal da Regular Observância em duas – a de Portugal e a dos Algarves e, consequentemente da criação desta.

Quadro IV.1

OS CONVENTOS DE CLARISSAS POSTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES

Dados Gerais (ver pag.124 e 125)

Fichas por convento Chagas de Vila Viçosa; N^a S^a da Assunção de Faro; N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa; St^a Helena do Monte do Calvário de Évora; N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal; N^a S^a da Quietação de Alcântara e Servas de Borba (ver Apêndices)

1.1 Convento das Chagas de Cristo de Vila Viçosa

Todas as fontes consultadas²¹⁰ referem a dependência deste convento da *Província dos Algarves* pelo que a sua real ocupação e vivência como convento só pode ter surgido a partir de 1532-33, data da criação e oficialização desta Província.

A data de 1514 apresentada sempre como a da fundação, deverá encontrar-se justificada por uma ocupação inicial feita por freiras agostinhas, que se terão instalado num espaço precário e ainda não conventual, sendo a sua construção e verdadeira ocupação por clarissas, feita a partir das datas de 1533²¹¹ ou de 1535²¹², datas essas que vigoram como sendo as da entrada das primeiras freiras vindas do mosteiro de Beja.

Relativamente à construção do convento e mais concretamente da sua igreja, de todas as fontes consultadas é Joaquim Caetano quem melhor estuda este aspecto específico, apresentando a data de **1536** inserida no retábulo, como sendo a da **conclusão da igreja**, mas não de todas as dependências conventuais²¹³.

²¹⁰ Exceptua-se Joaquim Caetano que faz depender o Convento das Chagas da Província da Piedade - Joaquim de Oliveira CAETANO, *A fundação do Convento das Chagas*, 1997, p.p.44;45.

²¹¹ Joaquim Caetano recorre ao Padre Joaquim José da Rocha Espanca no seu *Compêndio de Memórias de Vila Viçosa*, Redondo, 1892, para apresentar esta data. *Entraram nos mosteiros as clarissas vindas da Conceição de Beja numa quarta feira de cinzas, 25 de Fevereiro de 1533, sendo a primeira abadessa a irmã da duquesa viúva Dona Joana* - Ibidem

²¹² Data referida por Tulio Espanca, (...) *foi entregue à ordem de Santa Clara, e a vida claustral começou com oito religiosas lóias deslocadas do mosteiro de Beja, no dia 25 de Fevereiro de 1535, quarta-feira de cinza (sendo já morto o instituidor), sob protecção da duquesa viúva D. Joana de Mendonça e do enteado herdeiro, D. Teodósio I.* cfr. Tulio ESPANCA, *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Évora, Concelho de Vila Viçosa*, 1978, p.552.

²¹³ É provável até que, dada a data da pintura que conhecemos, a igreja estivesse pronta nesse ano, mas não, por certo as dependências conventuais - cfr. Joaquim de Oliveira CAETANO, op. cit., 1997, p.46.

Desconhecidos os arquitectos que nela trabalharam, encontramos apenas uma atribuição da autoria do claustro à figura de Miguel de Arruda²¹⁴. Trata-se apenas de uma probabilidade não comprovada até à data.

Pelos dados que iremos apresentando ao longo deste capítulo e que nos permitirão conclusões diferentes, não partilhamos a opinião de Joaquim Caetano quando este autor lhe confere semelhanças com o Convento da Conceição de Beja²¹⁵. Sobre esta questão das analogias, cremos desde já poder avançar que são mais evidentes relativamente aos exemplares que se seguiram, mesmo que não inseridos no campo geográfico em estudo - a *Província dos Algarves*, como é exemplo, o caso das Chagas de Bragança, do mesmo fundador²¹⁶.

Com uma estrutura *tardo-gótica* marcada apenas pelas abóbadas²¹⁷ a igreja vai apresentar novas soluções, relativamente aos *antecedentes*, iniciando um ciclo de capelas-mores de forma quadrangular e uma nova proporcionalidade verificada na redução das dimensões, deduzidas a partir da utilização dos *30 palmos* na largura²¹⁸.

Outros elementos formais relativos à composição da fachada, que rompem com os exemplos antecedentes são, os remates superiores desta, em cornija (abandonando-se qualquer platibanda rendilhada²¹⁹) e o portal, que neste caso é o primeiro desta série a apresentar elementos de linguagem clássica, sem qualquer vestígio *tardo-gótico*. Como permanências, registamos apenas a marcação de dois contrafortes que ladeiam o portal

²¹⁴ Tulio ESPANCA, op. cit., 1978, p.552.

²¹⁵ *Curiosamente o modelo apresenta semelhanças com a estrutura edificada em Beja por D. Brites, figura central na reabilitação dos Braganças e seria precisamente de Beja, do Convento da Conceição, que viriam as novas freiras.* cfr. Joaquim de Oliveira CAETANO, op. cit., 1997, p. 46.

²¹⁶ Ver nota 59

²¹⁷ Referimos apenas às abobadas visto o resto da construção apresentar já elementos de linguagens distintas como são exemplo: o portal, os remates do edifício onde não há lugar a platibandas rendilhadas; o arco triunfal e toda uma estrutura de tramos interiores já *à romana*. O *tardo-gótico* é essencialmente ao nível das abóbadas - capela-mor com abóbada nervurada, formando uma estrela de oito pontas; e nave com abóbada nervurada, formando uma dupla estrela de quatro pontas. A do coro-baixo - abóbada de arestas, formando um conjunto de quatro abóbadas assentes sobre coluna central – é já de cariz renascentista. Uma nota ainda para um elemento que consideramos de transição – a janela da nave.

²¹⁸ Medida-padrão para as restantes, que iremos aprofundar no ponto 3. do presente capítulo

²¹⁹ Oriunda da Batalha, a platibanda rendilhada é introduzida pontualmente por patrocinadores possuidores de grande riqueza.

(solução que, no nosso universo de estudo, só voltará a ser adoptada em Stª Helena do Monte do Calvário) e a janela da nave, que nos atrevemos a referir *de transição* face à dualidade que apresenta entre a sua forma (vão em silharia, de ombreira em cunha e verga recta) e a linguagem decorativa (ladeado por duas pilastras rectas, assentes sobre mísulas e rematadas pela cornija que encerra o vão).

1.2 Convento de Nª Sª da Assunção de Faro

À semelhança da maioria dos conventos estudados, a data apresentada pelas fontes consultadas, 1519, também se refere à intencionalidade de uma fundação, neste caso respeitante a duas irmãs de Beja que tendo vendido os seus bens se deslocaram para Faro para aí, com a autorização e o patrocínio *da donatária da vila de Faro, a Rainha D. Leonor, irmã de D. Manuel I*²²⁰, fundarem um convento.

Segundo Frei Jerónimo de Belém²²¹, desta fundação até à efectiva construção do edifício nomeadamente, da sua igreja, são necessários vinte e dois anos, apresentando, assim, a data de 1541 como a da conclusão da obra e entrada das primeiras freiras, vindas do convento da Madre de Deus²²².

É o mesmo autor que referencia o facto de, quando D. Catarina, (mulher de D. João III) toma conta da obra, a construção *apenas contava hum dormitório mal acabado, e huma igreja imperfeita*²²³. Não sabendo exactamente em que data, podemos

²²⁰ Dália PAULO, *Fábrica da Cerveja Portugália e Convento de Freiras, Estudo dos edificios e projecto de adaptação a museu*, 2006, p.152

²²¹ (...) *vendo-se na posse da mayor ventura, depois de huma dilatada esperança de vinte e três annos, não completos, que tantos vão da era de 1519 até 1541*(...) cfr. Frei Jerónimo de BELÉM, op. cit., 1750-1758, Vol IV p. 356

²²² (...) *Concluída toda a fabrica, com grandes despesas da Rainha Fundadora, cuidou logo em formalizar o seu Mosteiro com mestras, que ensinassem, e instruissem as suas primeiras plantas na vida religiosa, e santos costumes da Ordem Primeira de Santa Clara, tanto mais apertada quanto mais perfeita. Para este fim conseguiu do Reverendissimo Fr. João Calvo, Ministro Geral de toda a Ordem Seráfica, que naquele tempo se achava neste Reyno, viesse em pessoa tomar posse deste Mosteiro, e lhes desse fundadoras do da Madre de Deos de Lisboa* (...) Ibidem p. 354

²²³ Ibidem, idem

no entanto ter em conta que, só a partir de 1525, ano do seu casamento com D. João III, se retomariam os trabalhos.

Por seu lado Horta Correia, apresenta a data de 1548 como a da conclusão da primeira grande campanha de construção de todo o edifício, indicando a inscrição no portal, **1539**, como a provável para a **conclusão da igreja**²²⁴.

Sobre a estrutura que até nós chegou, importa ainda reter que sofreu grandes destruições em três períodos da sua história. Referimo-nos concretamente ao incêndio provocado pelos ingleses no ano de 1596²²⁵, ao terramoto de 1755²²⁶ e às obras de adaptação a Museu, que decorreram entre 1964 e 1970. Só assim são compreensíveis algumas soluções existentes, como o arco triunfal e os tramos da nave, por um lado, a cúpula sobre tambor da capela-mor, por outro, e as lajes de betão existentes no coro alto e na abóbada de berço da nave. É neste sentido que ousaremos referir que a actual estrutura não nos sugere sequer integrar soluções originais, tendo sido sim, no âmbito deste trabalho, apenas uma referência ao nível do espaço interior, ou seja da sua “caixa” sem “tampa”²²⁷.

É assim que, embora acreditando que possa ter tido uma solução para as coberturas idêntica à das Chagas - abóbada nervurada para a capela-mor e nave, na

²²⁴ Para além de 1527, provável ano do início da campanha, “1539” é a data registada em cartela na porta exterior da igreja e sabe-se que em 1542 Afonso Pires era mestre das suas obras, tendo mesmo enviado à rainha um pedreiro com o “debuxo e informações das obras”... Em 1544 D. Catarina concedeu às freiras a sua costumada esmola e “1545” é a data inscrita na porta do dormitório no piso superior do claustro. Este estava já totalmente concluído, tal como a sacristia e todas as obras de carpintaria do mosteiro, quando em 1548 foi integrado na clausura... Em 1550 esta campanha foi dada por terminada, fechando-se as contas com “Gaspar de Torres que foi mestre das ditas obras”, por toda a obra de pedraria e alvenaria concluída... Mas mesmo depois desta data fora iniciada nova campanha de obras de que há notícias relativas a donativos de 1552 e 1555, talvez já com o novo mestre Diogo Pires que em 1561 é referenciado como mestre as obras do convento.... cfr. José Eduardo HORTA CORREIA, *A Arquitectura Religiosa do Algarve de 1520 a 1600*, 1987, pp.34-39.

²²⁵ Segundo Frei Jerónimo de Belém (...) em cujos incêndios padeceu o nosso mosteiro o maior estrago, ficando quasi todo reduzido a cinzas (...) cfr. Frei Jerónimo de BELÉM, op. cit., 1750, p. 361

²²⁶ Segundo Dália Paulo, citando “Relaçam do terramoto do primeiro de Novembro do anno de 1755” in Francisco LAMEIRA, op. cit. 1999, p. 74 (...) o magestoso Convento das Religiosas Capuchas (...) experimental fatal estrago nas suas officinas, com morte de três religiosos (...) cfr. Dália PAULO, op. cit., 2006.

²²⁷ Estando em fase de conclusão uma tese de mestrado sobre o Convento de N^a S^a da Assunção de Faro, pela autora, Dália Paulo, aguardaremos por esse estudo para uma melhor compreensão deste imóvel.

realidade, este segundo exemplar²²⁸ não nos traz qualquer apontamento *tardo-gótico*, para além da janela da nave e da porta de ligação ao coro-baixo, ficando a este nível, poucas analogias para estabelecer com os anteriores exemplos anteriores.

No entanto, é evidente a permanência de uma nova forma e proporcionalidade dos espaços, iniciadas com as Chagas de Vila Viçosa e de uma linguagem da fachada, cuja simplificação começa igualmente a sentir-se.

1.3 Convento de N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa

É praticamente Túlio Espanca, o único elemento de consulta encontrado para este convento²²⁹. No entanto, relativamente à sua fundação, duas datas surgem - a de 1548 deste autor e a de 1555, apresentada por Bernardo Vasconcelos e Sousa²³⁰.

Para a conclusão da igreja e consequentemente como referência para o nosso trabalho, considerámos o período entre **1558**, data apresentada por Túlio Espanca para a execução do portal²³¹ e **1570**, referida pelo mesmo autor para a conclusão das obras²³².

Mantendo as mesmas forma e largura padrão dos exemplos anteriores, esta igreja destaca-se ligeiramente, pela alteração da sua proporcionalidade derivada do aumento das outras dimensões, nomeadamente da altura e do comprimento da capela-mor e da nave, neste caso em detrimento do coro.

No tocante a algumas soluções formais verifica-se a manutenção das já registadas nas igrejas anteriores²³³, ao nível da:

²²⁸ Cronologicamente por nós ordenado.

²²⁹ Túlio ESPANCA, op. cit., 1978.

²³⁰ Bernardo VASCONCELOS E SOUSA (dir) Isabel Castro PINA, Maria Filomena ANDRADE, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva SANTOS, op. cit., 2005, pp. 335, 336.

²³¹ Túlio ESPANCA, op. cit., 1978, p.574

²³² Ibidem, p. 570

²³³ Aqui referimo-nos concretamente às Chagas de Vila Viçosa, face às grandes alterações sofridas na de N^a S^a da Assunção de Faro.

- configuração dos tramos da nave, onde no caso das Chagas igualmente se regista apenas a abertura de altares laterais contidos sobre arcos cantaria de feição clássica e os meios arcos que descarregam na parede do arco triunfal;
- arco triunfal, onde encontramos um vão contido e de pequenas dimensões face à largura existente;
- configuração da capela-mor com o espaço subdividido por plataforma acessível por quatro degraus centrais.

Em termos de soluções construtivas importa reter que é o exemplar que introduz a cúpula sobre trompas na capela mor e a abóbada em barrete de clérigo com zona central plana, no coro-baixo.

Apesar da exuberância dos revestimentos resultantes de campanhas posteriores trata-se, na globalidade, de um exemplo de grande contenção, marcado pela austeridade apresentada no desenvolvimento do espaço interior e da fachada que, talvez por ser o único caso que não confronta com nenhum espaço público, é completamente despojada, integrando apenas um vão simples para a nave e o portal.

1.4 Convento de Stª Helena do Monte do Calvário

A ficha do Inventário do Património Arquitectónico da DGEMN, *on line*²³⁴, dá-nos uma cronologia de 1574/77 para a edificação do convento. Outro elemento de consulta encontrado²³⁵ refere algumas datas mais específicas, tais como: 1565 para a carta de fundação, doação da ermida e de terrenos; 1569 para os primeiros estudos; e 1570 para a entrega da direcção da obra e do início do projecto a Afonso Álvares; sendo 1574 a data da inauguração.

²³⁴ <http://www.monumentos.pt>

²³⁵ Túlio ESPANCA, op. cit., 1978

O mesmo elemento de consulta refere, no entanto, a de 1577 (data da morte da infanta D. Maria), para a conclusão da obra²³⁶.

No âmbito do nosso estudo foi, assim, considerado este intervalo entre as duas datas apontadas – **1574-1577**, como data para a **conclusão da igreja**.

Embora partindo de um conjunto de casas e terrenos doados²³⁷, o resultado obtido é o exemplar mais erudito do universo estudado, onde é evidente o efeito do binómio, patrocinador-autor²³⁸.

A criação de uma nova espacialidade através da introdução de:

- uma nova dimensão e de um novo sistema de cobertura para a capela-mor²³⁹;
- uma visualização total do espaço em direcção ao altar-mor²⁴⁰, este sobrelevado em relação aos anteriores exemplos;
- uma métrica marcadamente conseguida pela introdução de pilastras no corpo da nave e;
- um rigor na modulação da nave que permite localizar a porta principal;

são os principais factores que sobressaem desta peça arquitectónica.

Mantendo um sistema de dimensões e uma proporcionalidade existente nos casos anteriores, é a peça arquitectónica que vai afirmar-se como ponto de viragem para as soluções que lhe seguirão.

Em termos de linguagens formais introduzidas no tratamento do exterior, retomamos uma referência de Paulo Varela Gomes quando apresenta este caso como a

²³⁶ (...) o padre Domingos Rodrigues, capelão do infante D. Henrique, teve o cargo de vedor da obra, a qual foi conduzida ininterruptamente até data de falecimento da princesa instituidora (Outubro 1577) Ibidem p.241

²³⁷ (...) Foi fundadora desta casa religiosa a Infante D. Maria de Portugal, filha do Rei D. Manuel e de D. Leonor de Áustria que, para o efeito, obteve do arcebispo D. João de Melo e Castro e a instâncias do seu tio cardeal regente D. Henrique, segundo diploma de 29 de Maio de 1565, a ermida de Vera Cruz, as casas de cura do donato franciscano fr. Domingos e terrenos anexos patrimoniais junto da muralha da porta da Lagoa.(...) Ibidem, idem

²³⁸ Ver pontos 1.2.1. A casa real e, 2.2.1. A escola e as bases teóricas disponíveis, do cap. II Conjuntura.

²³⁹ A capela-mor deixa de ser quadrangular e passa a ser coberta por uma abóbada de berço na continuidade da existente na nave, que vai substituir as abóbadas nervuradas sobre espaços quadrangulares e as cúpulas até então utilizadas.

²⁴⁰ com a abertura do vão do arco triunfal, praticamente reduzido ao elemento arco.

primeira igreja de freiras com expressão exterior de igreja dupla ao modo moderno²⁴¹, reservando-lhe o papel de modelo de composição para outros exemplares que se lhe seguiram, em especial Sta Clara-a-Nova de Coimbra²⁴².

Pensamos que deveria querer referir-se ao papel reservado à (re)introdução²⁴³ de contrafortes enquanto solução métrica para a fachada, que evolui de uma solução simples, em Sta Helena do Monte do Calvário de Évora – um só corpo edificado, duas igrejas (de dentro e de fora), uma fachada única -, para outra mais elaborada, que se pretende assumir como a expressão arquitectónica da organização interna do edifício, como é o caso de Stª Clara-a-Nova de Coimbra – dois corpos edificados (da capela-mor e da nave/coro); duas igrejas (de dentro e de fora); três tipos de fachada (capela-mor; nave e coro).

1.5 Convento de Nª Sª de Aracoeli de Alcácer do Sal

As obras consultadas atribuem este convento a uma reformulação/ampliação de uma preexistência fundada por D. Sancho I, mas não indicam qualquer data.

Abel Viana²⁴⁴ apresenta 1573, como a data para a sua fundação, mas é Vergílio Correia quem refere o início do XVII, para a conclusão da igreja²⁴⁵. Para o nosso trabalho foi assim adoptada a data de **1600**, como uma referência e não como a data exacta para a construção da igreja.

Dada a alteração da sua espacialidade, em especial da cobertura da nave e nos coros, decorrente da sua transformação em Pousada, trata-se de um exemplar onde só é

²⁴¹ Paulo VARELA GOMES, op. cit., 1993-1996, p.74.

²⁴² Datada da segunda metade de XVII, sob o projecto do arquitecto beneditino Frei João Turriano (act. 1629-53) Ibidem, p.69

²⁴³ Refiro reintrodução, pois o recurso a contrafortes como marcação de uma métrica exterior não é uma solução nova. Já havia sido utilizada em Jesus de Setúbal.

²⁴⁴ Abel VIANA, op. cit., 1948, p.38

²⁴⁵ (...) *Esse convento conheceu uma era de prosperidade no final do século XVI, e ainda no decurso do século XVII, datando do começo deste a forte igreja que lhe foi construída junto.* cfr. Vergílio CORREIA, *Esboço de uma monografia*, 1930, p.40

possível afirmar que retoma a utilização da cúpula na capela mor e que proporcionalmente se apresenta muito próximo de N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa.

Pela sua especificidade, duas questões são no entanto, de assinalar: a primeira, referente à solução adoptada para o revestimento das paredes da capela-mor – placas geometrizes de pedra de lioz intercalada com brecha da Arrábida – que não sendo muito comum, nos sugere uma outra, utilizada de forma mais erudita por António Rodrigues na Capela das Onze Mil Virgens do Convento de Santo António, também em Alcácer do Sal²⁴⁶

A segunda, relativa à fachada principal que, embora muito alterada, apresenta ainda uma platibanda rematada por “continuidades” de contrafortes²⁴⁷, à semelhança do que encontramos em St^a Clara a Nova de Coimbra²⁴⁸ e St^a Clara de Évora.

1.6 Convento de N^a S^a da Quietação de Alcântara, também vulgarmente denominado pelas Flamengas de Alcântara.

Terá sido 1582, a data da chegada a Lisboa de um grupo de freiras fugidas às perseguições religiosas e políticas dos Países Baixos, cuja protecção real foi formalizada em 1586, através da autorização dada por Filipe I de Portugal, para a fundação em Alcântara, do convento que as iria albergar.

Como data provável para a conclusão da igreja surge 1588, por se tratar da data mais antiga inscrita numa sepultura existente. No entanto, a leitura de João Miguel Simões²⁴⁹ permitiu-nos entender que a igreja, tal como actualmente se encontra, não deverá ser resultado desta primeira intervenção, sendo este autor que apresenta o

²⁴⁶ Rafael Moreira apresenta duas datas para esta obra – 1557, na legenda da foto da pagina 355 e; 1565, no texto da pagina 356, do mesmo artigo. Rafael MOREIRA, op. cit., 1995, p.p. 355 e 356

²⁴⁷ que se prolongam no espaço para além da cornija e são rematados por “urnas” ou pináculos de bola, talvez aquilo que Paulo Varela Gomes denominou de “remate barroco”, op. cit., 1993-1996, p. 69

²⁴⁸ Datada da segunda metade do século XVII, sob o projecto do arquitecto beneditino Frei João Turriano (act. 1629-53) Ibidem, idem

²⁴⁹ João Miguel SIMÕES, *Arte e espiritualidade no convento das flamengas ao Calvário, em Lisboa*, 2002, pp. 35-50.

horizonte temporal entre 1620 e 1630, para a reformulação total do convento inclusive da sua igreja, com base no facto de haver documentos que comprovam a autoria de Teodósio Frias, activo entre 1600 e 1634.

Para efeitos do nosso estudo foram seguidos estes dados, apertando o horizonte temporal entre **1626²⁵⁰** e **1630**.

1.7 Servas de N^a S^a de Borba

Segundo Túlio Espanca trata-se de um convento fundado em 1598, cujo início da construção é em 1604 e a sagração da igreja, *muito próxima dos alvores do 2º terço do século XVII²⁵¹*.

Para efeitos do nosso estudo, considerámos para a conclusão da igreja a data compreendida entre **1630-1640**, sendo esta última a apresentada no Inventário do Património Arquitectónico da DGEMN, *on line*.

Não sendo especificadas por Túlio Espanca, as razões que o levaram a atribuir-lhe uma grande semelhança com a igreja de N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa²⁵², não subscrevemos qualquer afinidade com esta igreja, mas sim, com uma outra, St^a Clara de Évora²⁵³, quanto ao facto de se tratarem das únicas igrejas de conventos de freiras, com duas portas laterais.

Em termos espaciais, integra-se nos últimos exemplos, (St^a Helena do Monte do Calvário, N^a S^a da Quietação de Alcântara), caracterizando-se pela manutenção das soluções formais e construtivas e da proporcionalidade, apesar do aumento das dimensões.

²⁵⁰ É João Miguel Simões que cita uma referência documental ao depósito da colocação dos ossos das fundadoras, nos alicerces da nova igreja, quarenta anos após a sua fundação (1586). Ibidem p 38.

²⁵¹ Túlio ESPANCA, op. cit., 1978, p. 130

²⁵² *O templo, que absorve toda a massa oriental do grande bloco monástico, nitidamente inspirado na igreja da Esperança, de Vila Viçosa, (...) Ibidem, p. 131*

²⁵³ Este aspecto foi igualmente sublinhado por Paulo VARELA GOMES, op. cit., 1993-1996, p. 70.

2. ANÁLISE URBANO-MORFOLÓGICA

2.1. O convento em relação à cidade

Relembrando o que foi dito no ponto 2.1. do capítulo anterior, relativo à localização dos conventos femininos intra-muros, cremos ser possível ir um pouco mais longe e identificar alguns aspectos mais generalizados dessa mesma localização. Referimo-nos a:

- imediações de portas, caracterizando-se estes lugares, normalmente, pela existência de pequenas praças de uma morfologia complexa, onde podemos inserir os casos de: N^a S^a da Assunção de Faro, St^a Helena do Monte do Calvário e N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal.
- principais eixos de penetração em direcção ao interior do casco urbano e que normalmente partem das portas da cidade, onde se inserem os casos de Servas de Borba e, novamente, St^a Helena do Monte do Calvário.
- principais eixos estruturantes da cidade como é o caso de N^a S^a da Quietação de Alcântara.
- praças ou terreiros, como são exemplos, as Chagas de Vila Viçosa e, novamente, N^a S^a da Assunção de Faro e Servas de Borba.

Quadro IV.2	OS CONVENTOS DE CLARISSAS POSTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES Localização, orientações geográficas e confrontações (ver pag 126)
--------------------	---

Independentemente da localização na estrutura da malha urbana, os conventos femininos poderiam ainda estar na área de influência de palácios, (como já encontramos em N^a S^a da Conceição de Beja e, agora, nas Chagas de Vila Viçosa) e dos conventos masculinos da respectiva Ordem. Conhecendo apenas esta última situação relativamente

ao caso de Faro, não nos foi possível aprofundá-la surgindo apenas como uma pista a seguir e a analisar futuramente.

Há no entanto, uma questão básica, cujo entendimento consideramos fundamental. Tenhamos sempre presente que este tipo de análise não pode ser feito com o olhar da contemporaneidade e muito menos com a perspectiva da obra planeada, onde tudo é previamente pensado – da localização ao objecto em si. Em muitos casos, a localização de um convento decorria da existência prévia de um vazio urbano, de um conjunto de casas disponíveis ou de pequenas estruturas que iam sendo transformadas conforme os meios e as necessidades pelo que procurar critérios rígidos para a definição de localizações não parece ser o caminho.

Mais adequado é, tentar perceber qual o seu papel na construção da cidade, estudando-o assim, como *elemento primário*²⁵⁴.

2.2. A igreja em relação à cidade e ao convento

Todos os casos estudados integram-se na tipologia corrente das igrejas dos conventos femininos, desenvolvendo-se longitudinalmente em relação à rua e formando uma frente urbana desta mesma rua²⁵⁵ ou do espaço que lhe é confinante – *a praça ou o terreiro*²⁵⁶. No caso do presente estudo, sem formar nenhuma frente urbana encontra-se apenas Nossa Senhora da Esperança de Vila Viçosa, cuja fachada limita um logradouro.

²⁵⁴ Elemento primário enquanto (...) *participa da evolução da cidade no tempo de modo permanente, identificando-se frequentemente com os factos constituintes da cidade.(...) Neste sentido um edifício histórico pode ser entendido como um facto urbano primário; ele resulta desligado da sua função originária, ou apresenta no tempo várias funções, nos sentido do uso a que é destinado, mas contudo não modifica a sua qualidade de facto urbano gerador de uma forma da cidade.(...)* cfr. Aldo ROSSI, op. cit., 1977, pp. 110,111.

²⁵⁵ Exemplos: Stª Helena do Monte do Calvário em Évora e Nª Sª da Quietação de Alcântara

²⁵⁶ Chagas de Vila Viçosa, Nª Sª da Assunção de Faro, Servas de Borba e eventualmente Nª Sª de Aracoeli de Alcácer do Sal

Tal como para os conventos anteriores à criação da Província dos Algarves, verifica-se, para a maioria deles, a escolha do quadrante sul para a localização da igreja face à estrutura conventual, não podendo, no entanto, considerar tal como regra, visto encontrarmos localizações a norte, como nas Chagas de Vila Viçosa e em N^a S^a da Assunção de Faro e, a nascente, como em St^a Helena do Monte do Calvário de Évora.

Quadro IV.2 **OS CONVENTOS DE CLARISSAS POSTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES**
Localização, orientações geográficas e confrontações (ver pag 126)

Fig. IV.1 **OS CONVENTOS DE CLARISSAS POSTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES**
O convento em relação à cidade; a igreja em relação à cidade e ao convento (ver pag 127)

Podemos avançar que, mais do que qualquer orientação cardeal, a localização da igreja parece decorrer sobretudo do espaço urbano envolvente, no tocante à estrutura da própria malha pois, ao afirmar-se como frente urbana, a igreja teve forçosamente de se situar num local onde lhe era permitido adquirir tal função.

Analisada a relação do convento/igreja face à cidade importa compreender a relação desta última face ao convento, fazendo-o sobretudo no tocante à *quadra* cuja dimensão se assume fundamental enquanto elemento estruturante de um convento.

O universo estudado refere-se a um conjunto de conventos que mantêm a dimensão da *quadra* já registada em Jesus de Setúbal, aproximadamente os cem *palmos* (100 *p*), em geral, com uma certa homogeneidade, exceptuando-se os casos, rectangulares de St^a Helena do Monte do Calvário em Évora, o claustro mais pequeno com cerca de cinquenta e cinco (55 ½ *p*) por oitenta e oito *palmos* (88 *p*) e dos construídos já no século XVII, N^a S^a da Quietação de Alcântara e Servas de Borba, o claustro maior, com cerca de cento e trinta e quatro (134 *p*) por cento e oitenta *palmos* (180 *p*).

Considerando os espaços constituintes da igreja como módulos foi, ainda, possível identificar três situações: apenas o corpo da nave ocupando a *quadra*, nos casos de St^a Helena do Monte do Calvário, N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal, N^a S^a da Quietação de Alcântara e Servas de Borba; corpos da nave e coros, no caso das Chagas de Vila Viçosa; corpos da nave e capela-mor, em N^a S^a da Assunção de Faro (embora este caso esteja muito desacertado face à *quadra*); e, não identificável em N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa.

Quadro IV.3 **OS CONVENTOS DE CLARISSAS POSTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES**
Dimensões da quadra face à igreja – Localização da entrada face à nave (ver pag.128)

Em termos de articulação com outros espaços, há questões tipológicas que podem também ser identificadas. Referimo-nos concretamente ao facto da igreja, de uma forma geral, se “encaixar” entre a portaria e/ou sacristia, no topo da capela-mor e a torre mirante, na outra extremidade, aos pés dos coros.

Por último, no tocante ao acesso do exterior à igreja, a porta lateral da sua fachada principal, de sublinhar que, embora a maioria dos casos apresente uma abertura localizada praticamente ao meio da nave²⁵⁷, existem os casos de Chagas de Vila Viçosa, N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal e N^a S^a da Quietação de Alcântara, cujo acesso se localiza no primeiro terço da nave, junto ao coro.

2.3. Espaços constituintes da igreja

Seguindo um olhar já descrito no ponto 2.3. do capítulo anterior, a igreja foi analisada no conjunto de espaços que a integram, no tocante à forma como se

²⁵⁷ Exactamente ao meio, apenas se verifica o caso de St^a Helena do Monte do Calvário de Évora, distanciando-se ligeiramente deste, encontram-se N^a S^a da Assunção de Faro; N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa e Servas de Borba, este último com duas portas geminadas.

organizam, se ligam entre si, se apresentam e se relacionam com o exterior. Assim, temos:

- Denominação dos espaços – capela-mor, nave (*igreja de fora*) e coros sobrepostos (*igreja de dentro*)
- Organização – nave central, com capela mor na extremidade oposta a dois coros sobrepostos. Embora seja preferencial a orientação das capelas-mor a nascente, no universo do nosso estudo ela verifica-se apenas nos casos das Chagas de Vila Viçosa, N^a S^a da Assunção de Faro, N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal e N^a S^a da Quietação de Alcântara, encontrando-se as restantes orientadas a norte (St^a Helena do Monte do Calvário) e a poente (N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa e Servas de Borba).
- Elementos de ligação entre eles – um arco triunfal²⁵⁸ e uma parede onde coexistem dois grandes vãos sobrepostos, normalmente encerrados por reixas ou grades, referentes à ligação coros/nave²⁵⁹. Esta parede é única para os dois coros, que não têm qualquer ligação entre si, existindo apenas como ligação entre o coro baixo (local para as noviças professarem e para a colocação de túmulos²⁶⁰) e a nave, uma pequena porta. O coro alto tinha normalmente ligação ao claustro, através de uma pequena antecâmara com saída para a zona referente ao ponto de encontro das duas circulações (verificável em todos os exemplos deste estudo, à excepção de N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa, dada a destruição do claustro).

²⁵⁸ Que vai estreitar o espaço entre a nave e a capela-mor e que vai alargando o vão, à medida que se vai progredindo no tempo – isto é, dando a origem a um vão maior já nas construções do século XVI, exceptuando o caso de Aracoeli de Alcácer do Sal cujo vão é ainda de pequenas dimensões e, Santa Helena do Monte do Calvário, cujo vão, já de grandes dimensões, se refere a uma construção anterior ao século XVII.

²⁵⁹ Já não existe este vão no convento de N^a S^o da Quietação de Alcântara.

²⁶⁰ Paulo VARELA GOMES, op. cit., 2002, p. 231.

- Forma – tratam-se de espaços quadrangulares para as capelas-mores²⁶¹ exceptuando, os casos de Stª Helena do Monte do Calvário, Servas de Borba e Nª Sª da Quietação de Alcântara, e rectangulares para as naves e coros, sendo a nave sempre de dimensões superiores aos coros.
- Localização da entrada face à capela-mor – com a capela-mor à esquerda, Chagas de Vila Viçosa, Nª Sª da Assunção de Faro, Nª Sª da Esperança de Vila Viçosa e Servas de Borba e, à direita, os restantes conventos.

3. ANÁLISE QUANTITATIVA DOS DIFERENTES ESPAÇOS CONSTITUINTES DA IGREJA

3.1. As três dimensões – largura, comprimento e altura – dos três espaços constituintes – nave, capela-mor e coros

Reforçando a ideia de que qualquer pesquisa sobre o modo como estas arquitecturas foram concebidas, desenhadas e realizadas, poderá passar pela análise da suas componentes dimensionais, partimos para o registo das diferentes dimensões de forma a identificar o sistema de proporções e a estabelecer a correspondência entre este sistema, a solução construtiva adoptada.

Pelas razões já apontadas no anterior capítulo, o ponto de referência foi a *largura*, quer na procura de um valor homogéneo que indiciasse uma regra, quer ainda numa proporcionalidade face à relação que este valor estabelecesse com as outras dimensões.

²⁶¹ Tal facto já era verificável para as igrejas quinhentistas do Algarve, conforme o podem comprovar estudos efectuados no âmbito dos trabalhos de Seminário dos Cursos de Licenciatura em Estudos Portugueses e Património Cultural, dos quais destacamos: Isa C. P. da Luz MATEUS, *A igreja de S. Sebastião de Quelfes*; Tânia RODRIGUES, *A ermida de S. Sebastião de Faro*; Sofia GOMES, *A igreja matriz de Cacela*, 1998, 2003, e 2006, respectivamente. Igualmente uma referência à forma quadrangular indicada para as capela-mores das igrejas quinhentistas referidas nas *Visitações*: Nª Sª da Conceição de Faro, Stª Barbara de Nexse, S. João da Venda, S. Pedro, S. Bartolomeu de Pechão, S. Martinho de Estoi e, S. Brás.

Quadro IV.4 AS IGREJAS DOS CONVENTOS DE CLARISSAS POSTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES

As três dimensões (largura; comprimento e altura) de cada espaço constituinte (nave; capela-mor e coros). A sua proporcionalidade (ver pag.129, 130 e 131)

Fig IV.2 AS IGREJAS DOS CONVENTOS DE CLARISSAS POSTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA

DOS ALGARVES

Espaços, dimensões e sistema de coberturas (ver pag 132, 133 e 134)

3.1.1 Larguras

Naves:

No tocante às naves, o valor mais comum encontrado foi o de trinta *palmos* (30 *p*), para quatro das sete igrejas do nosso estudo - Chagas de Vila Viçosa, N^a S^a da Assunção de Faro, N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa e St^a Helena do Monte do Calvário de Évora²⁶², surgindo os valores de quarenta *palmos* e meio (40 ½ *p*), para N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal; trinta e cinco *palmos* (35 *p*), para N^a S^a da Quietação de Alcântara; e trinta e seis *palmos* (36 *p*), para as Servas de Borba.

De salientar não só a homogeneidade na maioria dos valores encontrados, como o facto de se tratar de *trinta palmos*, valor vulgarmente utilizado para a definição da largura²⁶³ e já encontrado em estudos similares²⁶⁴.

²⁶² Embora neste último caso a largura seja de 29 *palmos* e meio (29 ½ *p*), pela proximidade com o valor mais encontrado – 30 *palmos* (30 *p*) – considerámos ser de integrar neste grupo.

²⁶³ Na variada documentação que consultámos, há uma referência muito generalizada ao valor de 30 *palmos*, sobretudo para a largura de lotes. *Quanto à medida de 30 palmos, definida no regimento de construção para as maiores peças de madeira – vigas e pontões – encontramos-lo na largura do lote da estrutura base do Bairro Alto, facto referido em diversos estudos e inquéritos realizados sobre este bairro.* cfr. Helder CARITA, op. cit., 1999, p. 184. e, *Apesar de todas as transformações posteriores que sofreu, na malha inicial é ainda hoje possível detectar grande percentagem de lotes com uma medida de frente de cerca de 6,5m e uma profundidade, mais variável entre 12 e 14 metros. Estas aproximam-se da antiga medida camarária de chão de 60 palmos de comprido por 30 de largura, que corresponde sensivelmente a 6,75 x 13,5.* cfr. Helder CARITA, op. cit., 1992, p. 111.

²⁶⁴ É também Mercedes Perez del Prado quem identifica, na sua obra já citada, a largura de 30 pés como a largura mais comum existente no universo por ela estudado - ... *El grupo más numeroso tiene treinta pies de anchura....* cfr. Mercedes PEREZ DEL PRADO, op. cit., 2000, p. 45.

Não esquecer que o valor do pé utilizado nesse estudo foi o de 0,278 m (1/3 da vara castelhana, cuja equivalência ao Sistema Métrico Decimal é de 0,835 m) muito próximo do valor utilizado no nosso

Construtivamente, a abóbada de berço domina a cobertura destes espaços, exceptuando-se o caso da abóbada nervurada das Chagas de Vila Viçosa e a de caixotão em madeira de N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal, cuja autenticidade desconhecemos visto ter sido intervencionada no âmbito da transformação do convento em pousada²⁶⁵, o que permite estabelecer uma relação cronológica simples dado, a única solução diferente - a abóbada nervurada das Chagas de Vila Viçosa – ter sido a primeira a surgir.

Ainda, em termos de cronologia e relacionando-a com as dimensões, a medida dos *trinta palmos* refere-se a todas as construções surgidas ao longo do século XVI, reservando-se as larguras superiores a esta, para as construções já surgidas no XVII – N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal (com quarenta *palmos* e meio – 40 ½ *p*), N^a S^a da Quietação de Alcântara (com trinta e cinco *palmos* – 35 *p*) e Servas de Borba (com trinta e seis *palmos* - 36 *p*)²⁶⁶.

Capelas-mores:

De registar a manutenção das larguras das naves em N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa, St^a Helena do Monte do Calvário de Évora (ambas com trinta *palmos* - 30 *p*), N^a S^a da Quietação de Alcântara e Servas de Borba (com trinta e cinco e trinta e seis *palmos* – 35 *p*/36 *p*, respectivamente).

As restantes, apesar de manterem exteriormente os seus alinhamentos, reduzem consideravelmente as suas dimensões (cerca de oito *palmos* e meio - 8 ½ *p*, nas Chagas de Vila Viçosa, nove *palmos* e meio - 9 ½ *p*, em N^a S^a da Assunção de Faro e catorze *palmos* e meio - 14 ½ *p*, em N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal).

estudo 0,2166 m.

²⁶⁵ Igualmente duvidamos da autenticidade da abóbada de berço de N^a S^a da Assunção de Faro, pelas razões já apresentadas no ponto 1.2. do 1. Apresentação dos sete conventos., do presente capítulo.

²⁶⁶ Esta analogia entre dimensão e cronologia, já havia sido igualmente detectada no estudo já referido de PEREZ del PRADO, tendo esta autora concluído sobre a existência de três categorias: dimensões inferiores a trinta pés, para igrejas anteriores à 1^a metade do século XVI, superiores a 30 pés (30 *p*), a partir da 2^a metade do XVI e variáveis a partir do século XVII

Tentando estabelecer a relação com a solução construtiva adoptada para a cobertura do espaço em análise, verificamos que, relativamente à nave, a largura reduz-se nos casos onde a solução de cobertura é a cúpula, mantendo-se nas capelas onde a abóbada de berço da nave se prolonga da nave para estas (excepção feita ao caso de N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa, onde existindo uma cúpula a largura se mantém).

Cronologicamente também é de sublinhar o desenvolvimento da solução formal adoptada ao longo do período do nosso estudo.

Assim, constatamos o recurso à cúpula como solução construtiva adoptada para a capela-mor, nas igrejas construídas ao longo do século XVI (exceptuando-se o nosso primeiro exemplo, as Chagas de Vila Viçosa, ainda com uma abóbada nervurada), cúpula essa que vai sendo substituída pela abóbada de berço no prolongamento da nave, nos exemplos encontrados já nos primórdios do século XVII. Exceptua-se o caso de St^a Helena do Monte do Calvário em Évora, onde apesar de ser datada da década de 1570, a capela mor apresenta já uma solução de abóbada de berço, como que anunciando as que se seguiriam. Dada a erudição deste exemplo e o facto de a ele se seguir um outro, que retoma a cúpula (N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal), ousaremos mais uma vez referir que o binómio patrocinador-autor de St^a Helena do Monte do Calvário de Évora terá permitido a execução de um exemplar de “vanguarda” que, embora respeitando ainda uma proporcionalidade do século XVI, vai já construtivamente anteceder soluções correntes ao longo do século XVII.

Coros:

Relativamente aos coros, apesar das condicionantes encontradas não nos ter permitido uma análise tão exaustiva quanto queríamos²⁶⁷, iremos analisá-los para as situações distintas de coro-baixo e coro-alto.

Assim, verificámos que os coros-baixos podem agrupar-se em dois grupos: um primeiro, aquele que regista uma diferença nula ou insignificante das larguras em relação às naves, formado por Stª Helena do Monte do Calvário de Évora (diferença inexistente); Chagas de Vila Viçosa e de Nª Sª da Assunção de Faro (com de meio *palm*o - $\frac{1}{2} p$, a menos); e, Nª Sª da Esperança de Vila Viçosa (com três *palm*os – $3 p$, a mais); e um segundo grupo, cuja diferença de valores já é significativa e de que apenas é exemplo as Servas de Borba com seis *palm*os e meio - $6 \frac{1}{2} p$, a menos.

Relativamente aos coros altos, a grande maioria mantém as larguras das naves, podendo tal estar, em parte, justificado pela utilização de soluções de prolongamento da abóbada de berço da nave, como são os casos de Nª Sª da Esperança de Vila Viçosa e Servas de Borba.

Do restante conjunto, o único exemplar onde nos foi permitido o acesso, Nª Sª da Assunção de Faro, apresenta reduções praticamente insignificantes, (na ordem do meio *palm*o, $\frac{1}{2} p$) referindo-se a uma cobertura em caixotão, cuja validade desconhecemos visto tratar-se de uma cobertura em laje de betão, decorrente da intervenção da DGEMN, na década de 60, na sua intervenção de adaptação do edifício a museu.

3.1.2 Comprimentos

²⁶⁷ Não nos foi permitido o acesso aos coros (baixo e alto) dos conventos das Chagas, de Stª Helena do Monte do Calvário e de Nª Sª da Quietação de Alcântara, e no caso de Nª Sª de Aracoeli, a actual transformação em Pousada descaracterizou completamente o espaço dos coros, tendo as medidas sido recolhidas através de levantamentos existentes e não por medição no local.

Naves:

A mesma coerência encontramos na dimensão – comprimento.

Os comprimentos encontrados, para as naves das igrejas em estudo, podem agrupar-se igualmente em três - sessenta *palmas* e meio - $60 \frac{1}{2} p$, para três das sete igrejas: Chagas de Vila Viçosa, N^a S^a da Assunção de Faro e St^a Helena do Monte do Calvário de Évora²⁶⁸; sessenta e nove *palmas* e meio - $69 \frac{1}{2} p$, para mais três: de N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa, de N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal e de N^a S^a da Quietação de Alcântara; e oitenta e três *palmas* e meio - $83 \frac{1}{2} p$, para as Servas de Borba.

Capelas-mores:

Já relativamente às capelas-mores, foram identificados quatro grupos: o primeiro, dezassete *palmas* – $17 p$, para St^a Helena do Monte do Calvário de Évora e Servas de Borba; o segundo, vinte e um *palmas* – $21 p$, em média para as Chagas de Vila Viçosa ($21 \frac{1}{2} p$) e N^a S^a da Assunção de Faro ($20 \frac{1}{2} p$); o terceiro, vinte e nove – $29 p$ e vinte e seis *palmas* – $26 p$, para N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa e N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal, respectivamente; e, por fim, o quarto, profundamente distinto dos anteriores, trinta e nove *palmas* e meio - $39 \frac{1}{2} p$, para N^a S^a da Quietação de Alcântara.

Construtivamente tratam-se de soluções de abóbada de arestas ou de cúpulas, encimando espaços quadrangulares (Chagas de Vila Viçosa, N^a S^a da Assunção de Faro, N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa e N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal) e de abóbadas de berço, sobre espaços rectangulares no prolongamento das abóbadas existentes nas naves (St^a Helena do Monte do Calvário de Évora, N^a S^a da Quietação de Alcântara e Servas de Borba).

²⁶⁸ Embora a Chagas tenha apenas cinquenta e nove *palmas* e meio ($59 \frac{1}{2} p$), pela aproximação aos restantes foi incluído neste conjunto. Igualmente de referir um aspecto do comprimento da nave da igreja de St^a Helena do Monte do Calvário: talvez por se tratar de um exemplar de grande rigor, apresenta o espaço da nave subdividido em dois – um com sessenta *palmas* e meio e ($60 \frac{1}{2} p$), um pequeno sub-coro com nove *palmas* ($9 p$) o que podendo apresentar valores na ordem dos sessenta *palmas* e meio e sessenta e nove *palmas* e meio ($60 \frac{1}{2}$ e $69 \frac{1}{2} p$), “encaixa-se” nos dois maiores grupos.

Coros:

No que se refere aos coros, não registamos a mesma homogeneidade verificada para os outros espaços. A variação de valores é evidente e não se encontram duas situações semelhantes: coros-baixos entre os setenta e três – 73 *p*, e os quarenta e quatro *palmos* – 44 *p*.

Entre eles, no entanto, os comprimentos são os mesmos, exceptuando o caso das Servas de Borba onde o coro alto tem menos vinte e quatro *palmos* – 24 *p*, de comprimento do que o coro baixo.

3.1.3 Alturas

Uma primeira abordagem sobre as alturas encontradas nos casos estudados, permite-nos constatar a manutenção de uma maneira geral, das alturas nos três espaços constituintes – capela-mor, nave e coros – independentemente da construção ter coberturas individualizadas ou não. Exceptuam-se os casos das capelas-mores cobertas por cúpulas sobre tambor (N^a S^a da Assunção de Faro e N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal) onde, pela existência do tambor, a altura da capela-mor é maior em relação à da nave.

Naves:

Os valores registados para as naves situam-se entre os quarenta e seis/quarenta e seis *palmos* e meio – 46/46 ½ *p*, para N^a S^a da Assunção de Faro e Chagas de Vila Viçosa e os sessenta e três *palmos* e meio - 63 ½ *p*, para as Servas de Borba.

Entre eles encontram-se quarenta e nove *palmos* e meio - 49 ½ *p*, em St^a Helena do Monte do Calvário de Évora, cinquenta e dois *palmos* e meio - 52 ½ *p*, em N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa e cinquenta e oito *palmos* e meio - 58 ½ *p*, em N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal.

No entanto, apesar da variação de dimensões, a solução generalizadamente adoptada para as naves é a abóbada de berço, registando-se uma única excepção - abóbada de nervuras - nas Chagas de Vila Viçosa.

Capelas-mores:

No que se refere às capelas-mores, é significativo verificar a proximidade dos valores obtidos entre quarenta e nove *palmas* – 49 *p*, para as Chagas e St^a Helena do Monte do Calvário, cinquenta e quatro *palmas* – 54 *p*, para N^a S^a da Esperança e Servas de Borba e os cinquenta e oito *palmas* – 58 *p*, para N^a S^a da Assunção de Faro e N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal (?)

Coros:

Por último, relativamente aos coros, a altura total, normalmente igual à altura da nave, vai apenas variar consoante a solução adoptada para a execução do piso separador, sendo que o espaço não é igualmente dividido em dois, uma vez que cabe ao coro alto um pé direito maior do que o coro baixo.

Quadro IV. 5 AS IGREJAS DOS CONVENTOS DE CLARISSAS POSTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES

As igrejas face às dimensões dos espaços (ver pag.135 e 136)

3.1.4 Arco triunfal e separador do coro.

Sublinha-se o facto do valor de quatro palmas – 4p, encontrado para a espessura das pilastras que formam o arco triunfal, ser praticamente único nos casos estudados²⁶⁹, só se alterando em N^a S^a da Quietação de Alcântara com apenas dois *palmas* e meio - 2 $\frac{1}{2}$ *p*. Para o nosso estudo, não atribuímos a este dado qualquer valor de referência, pois cremos que, mais do que uma medida padrão, ele decorre de processos construtivos,

²⁶⁹ Incluímos neste grupo N^a S^a da Assunção de Faro por diferenciar-se apenas de meio *palmo* a menos (3 $\frac{1}{2}$ *p*).

uma vez que se refere à espessura de parede que delimita os dois espaços – capela-mor e nave.

Apesar das diferentes formas como se desenvolvem as pilastras que balizam o arco constata-se alguma homogeneidade no vão formado entre elas, com dimensões próximas dos dezassete *palmos* – 17 *p*, para o grupo formado pelas Chagas de Vila Viçosa e N^a S^a da Assunção de Faro, ambas com dezasseis *palmos* e meio - 16 ½ *p*; N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa com dezassete *palmos* e meio - 17 ½ *p*; e N^a S^a de Aracoeli com dezanove *palmos* - 19 *p*. De sublinhar que se tratam dos casos onde se transita de uma cobertura de abóbadas nervurada ou de berço da nave para cúpulas na capela-mor, em igrejas onde se verifica a largura-padrão de *trinta palmos*, para a nave²⁷⁰.

Segue-se outro grupo, referente a St^a Helena do Monte do Calvário com vinte e dois *palmos* - 22 *p* e N^a S^a da Quietação de Alcântara com vinte e seis e meio - 26 ½ *p* e, por último, as Servas de Borba com trinta e três *palmos* – 33 *p*.

No tocante aos separadores nave-coro, a nossa pesquisa tentou apurar as medidas relativas às espessuras da parede divisória e aos vãos existentes. Pelas dificuldades de acesso e pelas alterações já introduzidas nestes espaços, não nos foi possível chegar a valores credíveis para os vãos de ligação aos coros-baixos, (muito variáveis, já adulterados ou mesmo inexistentes) sendo apenas de referir que, relativamente à espessura da parede que separa os dois espaços, na maioria dos casos, ela mantém a dimensão da já verificada para o arco triunfal, entre os três *palmos* e meio e os quatro *palmos* - 3 ½ *p* / 4 *p*, aumentando o seu valor para cinco *palmos* e meio - 5 ½ *p*, nos casos das Chagas de Vila Viçosa e de N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa.

²⁷⁰ Duas notas sobre esta questão: a primeira refere-se ao facto de termos incluído N^a S^a de Aracoeli neste grupo, apesar de não se referir a uma igreja com trinta palmos de largura, pelo facto de manter a mesma proporcionalidade (conforme se verá mais à frente) das restantes igrejas deste grupo. A segunda refere-se pelo contrário, a ao facto de não termos incluído St^a Helena do Monte do Calvário neste grupo, apesar de se referir a uma igreja com trinta palmos de largura, pelo facto de se apresentar com soluções formais e construtivas diversas das igrejas deste grupo.

3.2. A relação entre as diferentes dimensões – a proporcionalidade

3.2.1. A dimensão global face a cada espaço

A análise da proporcionalidade existente entre cada um dos espaços constituintes face à totalidade do *espaço igreja*, permite-nos concluir que a nave ou *igreja de fora*, é aquela que ocupa uma maior percentagem do espaço total, traduzindo-se praticamente em pouco menos de metade desse espaço.

Tal facto não vai, assim, ao encontro da “regra” comumente referida da *igreja de dentro igual à igreja de fora*. Embora próximo dessa relação de igualdade, a variação de valores verificados encontra-se entre os 0,42 para N^a S^a da Assunção de Faro, exemplar que proporcionalmente apresenta uma nave com menor comprimento face ao comprimento total do edifício e os 0,53 (um pouco mais do que metade) para St^a Helena do Monte do Calvário de Évora.

No que respeita às capelas-mores, registamos valores de ocupação face ao total do edifício, situados entre os 0,10, para as Servas de Borba e os 0,20 para N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa²⁷¹.

Resta o espaço reservado aos coros, que percentual e residualmente se encontra entre os 0,40 para as Servas de Borba e os 0,28 de St^a Helena do Monte do Calvário.

Fig. IV.3 AS IGREJAS DOS CONVENTOS DE CLARISSAS POSTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES

Relação de cada espaço face ao total da igreja (ver pag. 137 e 138)

3.2.2. A largura face às outras dimensões

²⁷¹ Pelos levantamentos fornecidos, é visível no caso de N^a S^a da Quietação de Alcântara, uma maior valor de ocupação da capela-mor, face ao total do edifício. No entanto, dado não nos ter sido facultado o acesso ao coro-baixo para efectuarmos a medição total, este exemplo não pode ser considerado.

Naves: comprimento face à largura

Quanto à proporcionalidade das naves, no tocante à relação que o seu comprimento estabelece com a largura – l –, identificámos duas únicas situações. Um grupo de três igrejas que registam uma proporcionalidade de comprimento – c – igual a duas vezes a largura, $c = 2l$, com mais ou menos meio *palmo* – $\frac{1}{2} p$, como nas Chagas de Vila Viçosa, N^a S^a da Assunção de Faro, St^a Helena do Monte do Calvário de Évora e N^a S^a da Quietação de Alcântara e um outro grupo de mais três, N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa, N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal e Servas de Borba, com uma proporção de duas vezes e um terço, $c = 2,3l$, com menos meio *palmo* – $\frac{1}{2} p$, na de N^a S^a da Assunção de Faro e, três *palmas* e meio – $3 \frac{1}{2} p$, em N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal.

Fig. IV.4 AS IGREJAS DOS CONVENTOS DE CLARISSAS POSTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES

A largura face ao comprimento (ver pag.139 e 140)

Capelas-mores: comprimento face à largura

Relativamente às capelas-mores e igualmente no que se refere à relação que os seus comprimentos estabelecem com a largura, identificámos igualmente duas situações: a mais comum, de um para um – $c = l$, em que o comprimento é uma vez a largura (exceptuando N^a S^a da Quietação de Alcântara que embora mantendo esta proporção apresenta uma diferença de 4 palmos e meio – $4 \frac{1}{2} p$ a mais no comprimento em relação à largura) e, uma outra, de meio para um, $c = 1/2l$, em que o comprimento é metade da largura, para os casos de St^a Helena do Monte do Calvário de Évora e das Servas de Borba.

Se relacionarmos esta proporção com o factor temporal, podemos concluir sobre a permanência da relação 1:1 ao longo do século XVI, apenas alterada pelo nosso

elemento charneira, Stª Helena do Monte do Calvário, que vai introduzir a nova proporção 1:1/2, comprovado nas Servas de Borba, construção do século XVII. O facto de Nª Sª da Quietação, cronologicamente datada do século XVII (1626-1630), não se incluir neste quadro poderá estar justificado por se tratar de uma remodelação total feita sobre uma estrutura pré-existente (1588).

Coros: comprimento face à largura

Para os coros não foi encontrada qualquer homogeneidade na proporcionalidade registada entre o comprimento e a largura, sendo esta diferente em cada um dos casos em estudo.

Naves: altura face à largura

No que se refere à relação que a altura das naves estabelece com a largura, é de assinalar o facto desta ser constante, uma vez e meia mais um palmo, $h = 1,5l (+1 p)$ para os casos das Chagas de Vila Viçosa e Nª Sª da Assunção de Faro, aproximado a este valor, uma vez e meia mais quatro palmos e meio $h = 1,5l (+4 p)$, para Stª Helena do Monte do Calvário de Évora, já mais distante, uma vez e três quartos $h = 1,75l$, para Nª Sª da Esperança de Vila Viçosa e por fim já completamente diferente, duas vezes, $h = 2l$, para Nª Sª de Aracoeli de Alcácer do Sal e Servas de Borba, com menos um *palmo* e meio ($- 1 \frac{1}{2} p$) e mais meio *palmo* ($+ \frac{1}{2} p$), respectivamente.

A pouca diversidade de valores registada em relação às alturas reflecte-se na proporcionalidade face à largura onde, excepção feita em Stª Helena do Monte do Calvário de Évora, cuja altura é cerca de uma vez e meia a largura, $h = 1,5l$, o valor constante encontrado é altura, triplo da largura, $h = 3l$ (com menos cinco *palmos* e meio ou seis *palmos* - $5 \frac{1}{2} p$; $6 p$).

O arco triunfal:

Em termos de proporcionalidade interessa reter que todas as separações das naves com as capelas-mores referentes a transições entre abóbadas de berço e cúpulas se traduzem numa redução substancial do vão do arco triunfal, correspondendo este, normalmente, a metade da largura da nave. Isto é, para as igrejas das Chagas de Vila Viçosa, N^a S^a da Assunção de Faro, N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa e N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal, a relação encontrada para o vão do arco triunfal face à largura da nave é de: $v = l/2$ (com mais três *palmos* (3 *p*) para as duas primeiras e mais cinco *palmos* (5 *p*), para as restantes).

Nas restantes, St^a Helena do Monte do Calvário em Évora, N^a S^a da Quietação em Alcântara e Servas em Borba, referentes já a soluções de manutenção da mesma cobertura, abóbada de berço nos dois espaços, o vão do arco aumenta, aproximando-se da largura, deixando apenas lugar à dimensão das pilastras que o ladeiam, quase inexpressivas no caso das Servas de Borba.

4. ANÁLISE QUALITATIVA DOS DIFERENTES ESPAÇOS CONSTITUINTES DA IGREJA

4.1 A “caixa”, a “tampa” e os elementos separadores do espaço

Começando pela análise da nossa “caixa”, que nos permitirá depois tecer algumas considerações a propósito das soluções decorativas utilizadas na composição das fachadas, encontramos as seguintes soluções:

- Caixa única rematada por beirado simples - N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa; sobre cornija - St^a Helena do Monte do Calvário, N^a S^a da Quietação de Alcântara e Servas de Borba.

- Caixa única com ligeira reentrância entre a capela-mor e a nave - N^a S^a da Assunção de Faro.
- Duas caixas, decorrentes da individualização do corpo da capela-mor - N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal. Este caso também apresenta a solução única de uma espécie de platibanda recuada sobre o plano da fachada, composta por uma série de pequenos pilares, a que denominámos de “continuidades” de contrafortes e que já fizemos referencia anteriormente²⁷².
- Três caixas, perfeitamente diferenciadas nas alturas e nos alinhamentos, sendo a capela-mor mais recuada e baixa, seguindo-se o volume da nave e por fim dos coros - Chagas de Vila Viçosa.

Em termos de “tampa”, isto é do sistema de coberturas decorrente em parte, das soluções adoptadas para a “caixa”, podemos identificar as seguinte soluções:

- Cobertura única, em telhado de: duas águas - Servas de Borba.
- Cobertura dupla, em telhado de duas águas, um para o corpo único nave/coros e outro, num nível inferior, para a capela-mor - St^a Helena do Monte do Calvário de Évora; duas águas, para o corpo único nave/coros e três águas para a capela-mor, mais alta - N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa; e duas águas, para o corpo único nave/capela-mor e três águas para os coros – N^a S^a da Quietação de Alcântara.
- Cobertura tripla: em telhados de duas águas, em níveis diferenciados - Chagas de Vila Viçosa; em telha sobre domo para a capela-mor, telhado de duas águas para a nave e não identificável para os coros - N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal.

²⁷² Ver nota 242

- Cobertura tripla de soluções distintas, em dois níveis: em dois telhados de quatro águas, diferenciados mas ao mesmo nível, para a nave e coros e um domo para a capela-mor - N^a S^a da Assunção de Faro.

Relativamente aos elementos separadores dos espaços interiores, interessa-nos abordá-los enquanto perceptíveis pelo exterior da construção uma vez que já foram abordados no ponto anterior, enquanto elementos constituintes do espaço interior. Assim, podem ser assinalados por cunhais, contrafortes ou ressaltos nos planos de fachada ou por empenas sobre as coberturas.

Fig. IV.5 AS IGREJAS DOS CONVENTOS DE CLARISSAS POSTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES
O encerramento do espaço – a “caixa” e a “tampa” (ver pag.141 e 142)

4.2. Outros elementos

4.2.1. Aspectos compositivos das fachadas

Uma leitura imediata das fachadas que constituem estas igrejas, permite identificar alguns elementos que, mais do que de composição, se assumem como fundamentais ao funcionamento do espaço interior. À semelhança dos casos anteriormente abordados no cap. III , tratam-se de portal; janela da nave; janela da capela-mor e frestas do coro.

Quadro IV.6 AS IGREJAS DOS CONVENTOS DE CLARISSAS POSTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES
Elementos que integram a fachada (ver pag 143)

De fachadas mais ou menos lineares, completamente despojadas de quaisquer elementos decorativos, como é o caso de N^a S^a da Esperança, ou apresentando linguagens decorrentes da própria época em que surgem (aqui, ocorre-nos agrupar as Chagas de Vila Viçosa a N^a S^a da Assunção de Faro, com os seus portais renascentistas e as suas janelas da nave, tardo-góticas e; noutro contexto temporal, N^a S^a da Quietação

de Alcântara às Servas de Borba), estas fachadas vivem da solução decorativa dada aos elementos que as compõem, em especial, o portal, no caso das Servas de Borba, duplo.

Exceptua-se St^a Helena do Monte do Calvário de Évora, onde é notória a existência de um projecto global, onde o exterior foi estudado simultaneamente com o interior. A introdução de um sistema de contrafortes em silharia, com um ritmo²⁷³ e uma articulação com a métrica interior, servindo como solução formal de enquadramento de uma série de elementos necessários à fachada (portal, descentrado, janelas do coro, da nave e da capela), é sinónimo de uma concepção arquitectónica estudada. Neste caso, o objecto arquitectónico é um todo onde não se torna necessário fazer salientar qualquer um dos seus elementos – aquilo que anteriormente era feito para o portal e, em alguns casos para a janela da nave.

Exceptuando este caso, e apesar do despojamento quase total destas fachadas, é no entanto visível, com o decurso dos tempos, uma tendência ainda cada vez maior para um total depuramento no seu tratamento.

Uma referência ainda a N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal, que apresentando apontamentos eventualmente interessantes²⁷⁴, as alterações introduzidas na adaptação do edifício a Pousada, não permitem uma apreciação fidedigna.

4.2.2. As torres mirante

Relativamente a este elemento arquitectónico alguns aspectos a identificar, tais como:

- a coexistência da função sineira-mirante em Chagas de Vila Viçosa (na mesma torre mas em níveis sobrepostos), N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa (em

²⁷³ Interessante reparar que esse ritmo compõe-se de 3 tramos mais largos, correspondentes à capela mor e à sacristia (a norte); cinco tramos mais estreitos correspondentes à nave e que integram o portal, as duas janelas da nave e a janela do coro e, dois tramos da dimensão dos primeiros, que se referem aos coros.

²⁷⁴ ver nota 37

torres geminadas e igualmente de níveis diferentes), Assunção de Faro, St^a Helena do Monte do Calvário de Évora e Servas de Borba (na mesma torre e ao mesmo nível).

- a componente decorativa afecta a este elemento, quer no tratamento dos remates (cimalhas, cunhais, pináculos, cúpulas bolbosas, entre outros) quer das grelhagens utilizadas para preencher os vãos.
- a semelhança de algumas soluções adoptadas, como a torre encimada por telhado de quatro águas e vãos preenchidos por grelhagens nas quatro fachadas, que encontramos em N^a S^a da Assunção de Faro (executadas em betão) e Servas de Borba
- e, por fim, não uma semelhança mas sim, a diferença, o tratamento da fachada da torre mirante de St^a Helena do Monte do Calvário, com frontão trabalhado assente sobre grelhagem individualizada.

5. CARACTERÍSTICAS GERAIS DESTAS IGREJAS. ASPECTOS-BASE NA DEFINIÇÃO DE UM MODELO OU DE UM TIPO .

Da análise do conjunto das igrejas que formam as preexistências, isto é, das que antecederam a criação da *Província dos Algarves*, retirámos algumas características que, sendo comuns, são ainda pouco assumidas, embora se apresentem já como intencionalidades que constituirão orientações/regras a seguir nos exemplos que as precederam.

Tratam-se concretamente de características relativas à localização e orientação geográfica do convento, em especial da sua igreja; ao seu papel definidor das dimensões gerais da estrutura conventual; aos seus espaços componentes, no tocante, ao

nível da sua organização, forma, dimensões, soluções construtivas e, por fim, à organização da fachada²⁷⁵.

Sem nos afastarmos do horizonte cronológico onde surgem os primeiros exemplos – o final da terceira década de quinhentos – há aspectos, favorecidos pela conjuntura socio-cultural de então, que permitiram (apesar da rigidez do contexto religiosos em que estes exemplares se inserem) a não aceitação de algumas regras impostas. Referimo-nos concretamente à localização da cabeceira a nascente que, embora equacionada não será uma orientação rígida, sendo preterida face a uma melhor localização urbana, mais central, e de afirmação sobre um espaço nobre – o *terreiro* ou o *largo*.

Já relativamente às igrejas propriamente ditas, o rigor vai-se evidenciando desde logo, no dimensionamento da *quadra*, cuja homogeneidade para os claustros quadrangulares dos primeiros exemplos, permite constatar estarmos perante uma regra só alterada nos finais do XVI, princípios do XVII.

Interessante é, no entanto, de verificar a evolução dos espaços das igrejas. Mantendo uma organização iniciada nos primeiros exemplos – capela-mor; nave única²⁷⁶ e dois coros sobrepostos, vai apenas assistir-se a um “disciplinar” das suas dimensões e formas. Assim sendo, as igrejas contêm-se, reduzindo as suas dimensões (talvez na procura de uma maior humanização do espaço - preocupação inerente à época), ao mesmo tempo que apresentam uma maior variedade de formas. A introdução do quadrado na capela-mor, mais tarde substituído pelo rectângulo de menor dimensão no comprimento, é disto prova.

²⁷⁵ Ver ponto 5. do Cap. III - Os conventos femininos da Ordem de St^a Clara anteriores à criação da *Provincia dos Algarves- os antecedentes* – o espaço das suas igrejas

²⁷⁶ Relativamente aos antecedentes a referir o facto de, Jesus de Setúbal ter uma **nave tripla**, único exemplo deste tipo.

Como já foi referido ao longo deste capítulo, é evidente uma intencionalidade de recurso a uma regra, quando constatamos a utilização de medidas iguais (sobretudo para as naves) em diferentes exemplos e de uma proporcionalidade quase que primária.

De soluções construtivas muito idênticas para as naves, (abóbadas nervuradas, abóbadas de berço) e para as capelas-mores (abóbadas nervuradas, abóbadas de berço e cúpulas) apresentam soluções mais diversificadas para os coros, embora todas elas surjam numa sequência cronológica onde se nos afigura decorrerem mais do aparecimento de novas soluções técnicas e de novos contextos estéticos do que, propriamente, de regras ou programas.

Igual situação cremos verificar-se para o tratamento das fachadas. Constituídas por elementos-chave²⁷⁷ e por definições pré-estabelecidas²⁷⁸, as fachadas vão articular todas estas componentes, simplificando-as nalguns casos, erudizando-as noutros, mas, mais uma vez, fazendo-o de forma a obedecer essencialmente a conjunturas técnico-artísticas do momento.

Quanto à forma de encerramento dos espaços constituintes destas igrejas, aquilo que ao longo do nosso trabalho vimos denominando de “caixa” e “tampa”, depois dos primeiros exemplos que apresentam alguma complexidade nas soluções adoptadas²⁷⁹, as soluções encontradas também se simplificam, surgindo a “caixa única” para os últimos quatro exemplos²⁸⁰, sendo os dois primeiros ainda com cobertura dupla mas o último já com cobertura simples.

²⁷⁷ O portal; a janela da nave; a janela da capela-mor; ou as frestas do coro

²⁷⁸ A marcação central do corpo da nave/coros através da localização do portal; a separação do corpo da capela-mor da restante construção; a utilização de contrafortes; ou a marcação dos pés dos coros através de uma torre-mirante,

²⁷⁹ Referimo-nos concretamente às três “caixas” das Chagas de Vila Viçosa, e à caixa única com separação no corpo da capela-mor de N^a S^a da Assunção de Faro, ambos os casos com soluções de coberturas triplas. N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal, embora não sendo dos primeiros exemplos é uma solução também mais elaborada, com duas “caixas” e cobertura também tripla.

²⁸⁰ Vejam-se os exemplos de N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa, St^a Helena do Monte do Calvário de Évora, N^a S^a da Quietação de Alcântara e Servas de Borba.

Nesta hipótese de evolução de um tipo, exceção há a fazer ao caso de N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal onde a solução de cobertura tripla e de duas “caixas” mais se afigura com os primeiros exemplos.

Quadro IV.1 – OS CONVENTOS DE CLARISSAS POSTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES

Dados Gerais

Convento	Construção da igreja	Origem e nº de freiras	Patrocinador/ fundador	Arquitectos/ Mestres de obras	Dimensões	
					Inventário da ANBA	Minhas
Chagas – Vila Viçosa Fundação:	1533 - 1536 (inscrição no portal)	Nª Sª da Conceição de Beja - 8 freiras (1533) 60 freiras - ocupação máxima no reinado de D. João V	CASA DE BRAGANÇA Duque de Bragança D. Teodósio I (5º duque-1532/1563) após a morte em 1532 de D. Jaime (4º duque-1479/1532)	Desconhecidos	Não tem dimensões	Nave 6,45x12,85x10,05 Capela 4,70x4,70x? Coro baixo 6,35x8,80x? Coro alto -
Nª Sª Assunção – Faro Fundação:	xxxx – 1539 (inscrição no portal)	Madre de Deus de Lisboa – 8 freiras (out 1541) 30 freiras – nº determinado pela Bula de 1567	CASA REAL Rainha D. Leonor Rainha D. Catarina mulher de D. João III (responsável pela construção da igreja)	Afonso Pires, Gonçalo de Torres, Diogo Pires	Não há inventário para o Algarve	Nave 6,51x13,10x10,00 Capela 4,43x4,43x12,52 Coro baixo 6,40x10,88x3,46 Coro alto 6,42x11,29x5,98
Nª Sª da Esperança – Vila Viçosa Fundação:	xxxx – 1570 (data indicada por Túlio Espanca, como a da igreja pronta)	Sta Clara de Elvas Desconhecido o número inicial, chegou a albergar 80 freiras	CASA DE BRAGANÇA Duquesa D. Isabel de Lencastre (mulher do 5º duque - D. Teodósio I) até 1558, data da sua morte D. Teodósio II	Desconhecidos	Nave 16,00x6,55x? Capela 6,55x6,40x? Coro	Nave 6,51x15,72x11x42 Capela 6,48x6,30x11,65 Coro baixo 7,20x9,60x4,60 Coro alto 6,21x9,52x7,28

Santa Helena do Monte do Calvário - Évora Fundação:	1570-1577 (data indicada por Túlio Espanca, para a construção de todo o convento)	Nª Sª da Assunção de Faro e Jesus de Setúbal 24 freiras	CASA REAL Infanta D. Maria, filha de D. Manuel e de D. Leonor de Áustria, e o capelão desta infanta	Afonso Alvares – arq Mateus Neto – mestre d'obras	15,00x6,40x? 3,70x6,50x?	Nave Capela Coro 8,00x6,40 -	Nave 6,44x(13,51+1,50)x10,69 Capela 6,48x3,67x10,65 Coro baixo Coro alto -
Nª Sª de Ara Coeli – Alcácer do Sal Fundação:	xxxx – 1600 (igreja)		PARTICULARES Rui Salema e D. Catarina Souto Maior sobre uma pré-fundação de D. Sancho I	Desconhecidos			Nave 8,80x(15,10+6,30)x12,70 Capela 5,60x5,58x? Coro baixo Coro alto -
Nª Sª da Quietação ou das Flamengas– Alcântara/Lisboa Fundação:	1620 - 1630 Remodelação de Teodósio Frias, segundo João Miguel Simões	Freiras flamengas fugidas das perseguições luteranas	CASA REAL D. Filipe II de Espanha	Reconstrução de Teodósio Frias sobre 1ª construção de Nicolau Frias			Nave 7,60x15,10x? Capela 7,56x8,52x? Coro baixo Coro alto -

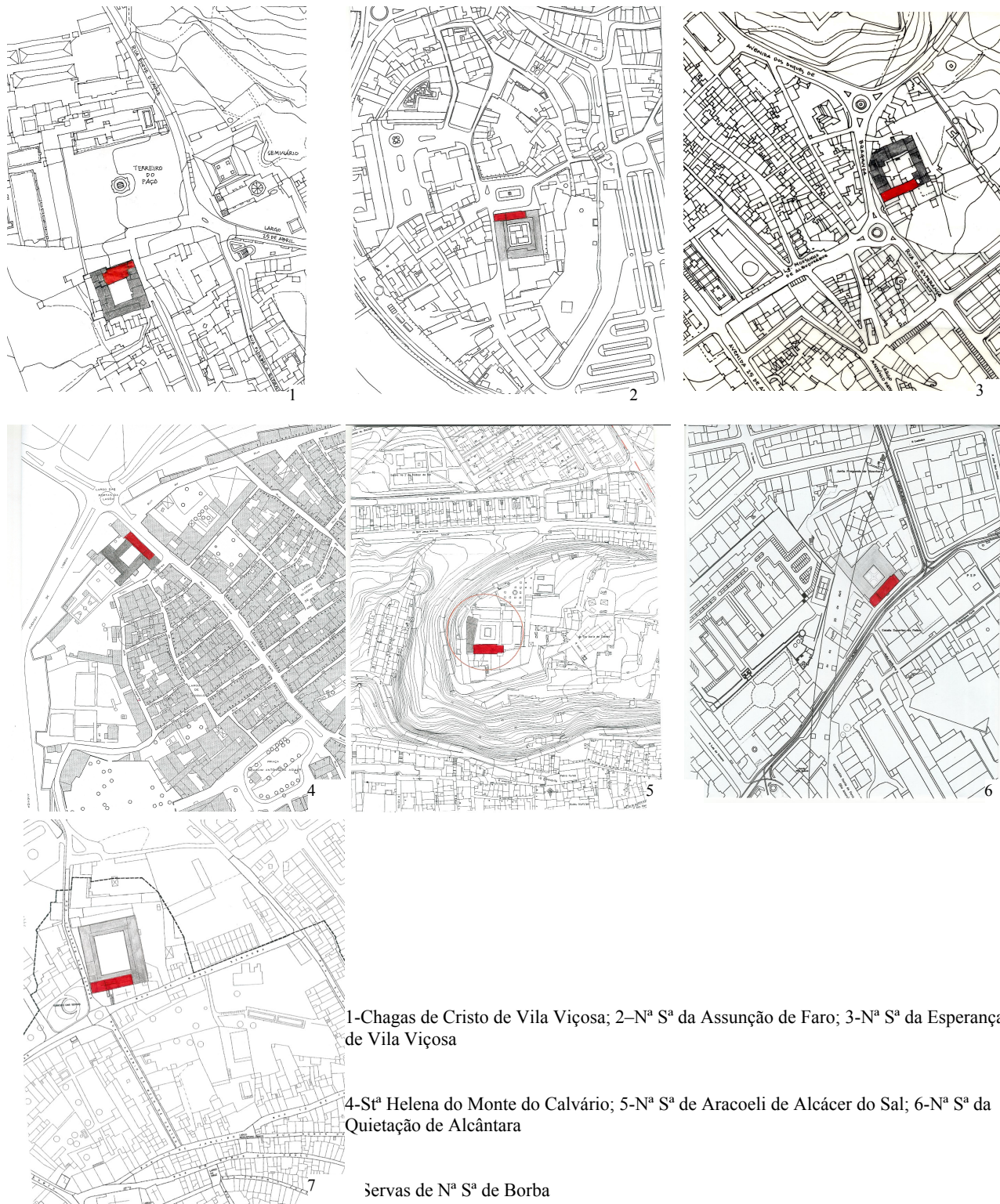
Fundação:	Servas - Borba	xxxx-1640 – conclusão da igreja	Chagas de Vila Viçosa - 3 freiras (1645) 1651 – início da clausura	CASA DE BRAGANÇA Duque de Bragança D. Teodósio II (7º duque -1568/1630) apoiado na iniciativa do Padre Mestre Pedro Carneira	Manuel Fernandes de Estremoz – mestre pedreiro	Dimensões totais da igreja (sem coro) 22,60x7,80x?	Nave 7,78x18,04x14,15 Capela 7,79x3,77x11,85 Coro baixo 6,42x13,42x5,34 Coro alto 7,80x15,79x8,27
-----------	-----------------------	---------------------------------	--	---	--	---	--

**Quadro IV.2 – OS CONVENTOS DE CLARISSAS POSTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA
DOS ALGARVES**
Localização, orientações geográficas e confrontações

identificação	cidade	espaço confinante	muralhas	igreja/convento	capela-mor
Chagas Vila Viçosa	Noroeste	Praça (antigo terreiro)		Norte	Nascente
N^a S^a Assunção Faro	Sudeste	Praça (antigo terreiro)	Interior à 1 ^a linha/junto à Porta do Repouso	Norte	Nascente
N^a S^a Esperança Vila Viçosa	Sudeste	Logradouro		Sul	Poente
St^a Helena do Monte do Calvário Évora	Noroeste Norte	Rua	Interior à Cerca Nova/junto à Porta da Lagoa	Nascente	Norte
N^a S^a Aracoeli Alcácer do Sal	Sudoeste	Espaço livre / antigo terreiro	Interior/junto a porta	Sul	Nascente
N^a S^a Quietação Alcântara	Sudoeste	Rua		Sul	Nascente
Servas Borba	Noroeste Norte	Rua/terreiro		Sul	Poente

**Fig. IV.1 – OS CONVENTOS DE CLARISSAS POSTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA
DOS ALGARVES**

O convento em relação à cidade; a igreja em relação à cidade e ao convento



Fontes: 1,2,3,4,5,7 – plantas à escala 1:2000 cedidas pelas respectivas Câmaras Municipais

**Quadro IV.3 – OS CONVENTOS DE CLARISSAS POSTERIORES À CRIAÇÃO DA
PROVÍNCIA DOS ALGARVES**

Dimensões da *quadra* face à igreja – Localização da entrada face à nave

identificação	Dimensões da <i>quadra</i>			Ocupação da <i>quadra</i>	Localização da porta/nave
	Lado igreja	Outro lado	corredor		
Chagas Vila Viçosa	21,0-22,0 m	21,0-22,0 m		Nave + coro	1º tramo junto ao coro
	101 ½ p	101 ½ p			
Nª Sª Assunção Faro	22,0 m	21,0 m		Nave + capela	+/- meio>coro
	21,7 m	21,6 m	2,80 m		
	100 p	100 p	13 p		
Nª Sª Esperança Vila Viçosa	Não tem claustro	Não tem claustro	Não tem claustro	Não tem claustro	+/- meio>altar
Stª Helena do Monte do Calvário Évora	12,0 m	19,0 m		Nave	mesmo a meio
	55 ½ p	88 p			
Nª Sª Aracoeli Alcácer do Sal	25,0 – 22,0 m	22,0 m		Nave	No 1º terço da nave junto ao coro
	115 ½ /101 ½ p	101 ½ p			
Nª Sª Quietação Alcântara				Nave + capela	No 1º terço da nave junto ao coro
Servas Borba	29,0 m	39,0 m		Nave + coro	Exemplar com duas portas +/- meio>coro
	134 p	180 p			

Quadro IV.4 – AS IGREJAS DOS CONVENTOS DE CLARISSAS POSTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES
As três dimensões (largura; comprimento e altura) de cada espaço constituinte(nave; capela-mor e coros). A sua proporcionalidade

	Chagas		Assunção		Esperança		Calvário		Aracoeli		Flamengas		Servas	
Total	59,5+21,5+40,5+(4+5,5)= 121,5+9,5= 131		60,5+20,5+50+(8+4)= 131+12= 143		72,5+29+44,5+(4+5,5)= 146+9,5= 155,5		69,5+17+37+(4+3,5)= 123,5+7,5= 131		69,5+26+?+(4+?)=				83,5+17,5+73+(4+4)= 174+8= 182	
Nave	metro/palmo	%	metro/palmo	%	metro/palmo	%	metro/palmo	%	metro/palmo	%	metro/palmo	%	metro/palmo	%
Largura	6,45		6,51		6,51		6,45		8,80		7,60		7,78	
	29,78		30,06		30,06		29,78		40,63		35,09		35,92	
	29,8		30,0		30,0		29,8		40,6		35,1		35,9	
	30		30		30		30		40,5		35		36	
Comprimento	12,85		13,10		15,72		13,51+1,50		15,10 +6,3		15,10		18,04	
	59,33		60,48		72,58		60,48/69,30		69,71/98,80		69,71		83,29	
	59,3		60,5		72,6		60,5/ 69,3		69,7/98,8		69,7		83,3	
	59,5		60,5		72,5		60,5/69,5		69,5/99		69,5		83,5	
/largura		2(- ½ p)		2(+ ½ p)		2,3(+3 ½ p)		2(+ ½ p) 2,3(- ½ p)		2,5(-2 ½ p)		2(- ½ p)		2,3(- ½ p)
/total da igreja		45		42		47		53						46
Altura	10,05		10,00		11,42		10,69		12,70				14,15	
	46,40		46,17		52,72		49,35		58,63				65,33	
	46,4		46,2		52,7		49,4		58,6				65,3	
	46,5		46		52,5		49,5		58,5				63,5	
/largura		1,5(+1 ½ p)		1,5(+1 p)		1,5(+6,25 p)		1,5(+5,25 p)		2(-1 ½ p)				2(+ ½ p)
capela-mor		%		%		%		%		%		%		%
Largura	4,70		4,43		6,48		6,48		5,60		7,56		7,79	
	21,70		20,45		29,92		29,92		25,85		34,90		35,97	
	21,7		20,5		29,9		29,9		25,9		35,0		36,0	
	21,5		20,5		30		30		26		35		36	
Comprimento	4,70		4,43		6,30		3,67		5,58		8,52		3,77	
	21,70		20,45		29,09		16,94		25,76		39,36		17,41	
	21,7		20,5		29,1		16,9		25,8		39,5		17,4	
	21,5		20,5		29		17		26		39,5		17,5	
/ largura		1		1		1(-1 p)		0,5(-2 p)		1		1(+4 ½ p)		0,5(+1 p)
/total da igreja		16		14		19		13						10
Altura	?		12,52		11,65		10,65		?				11,85	
	?		57,80		53,79		49,17		?				54,71	
			57,8		53,8		49,2						54,7	
			58		54		49						54,5	
				3(-3 ½ p)		2(-6 p)		1,5(+4 p)						1,5(+ ½ p)

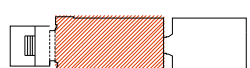
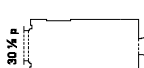
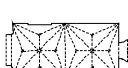
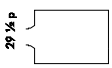
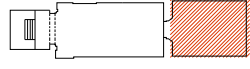
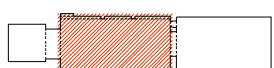
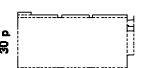
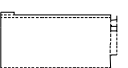
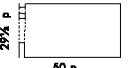
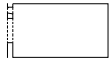
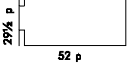
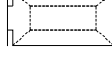
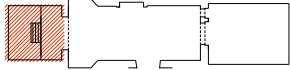
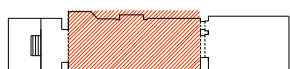
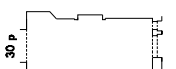
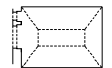
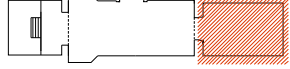
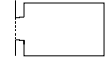
coro baixo	metro/palmo	%	metro/palmo	%	metro/palmo	%	metro/palmo	%	metro/palmo	%	metro/palmo	%	metro/palmo	%
Largura	6,35?		6,40		7,20		6,40		?				6,42	
	29,34		29,55		33,24		29,55		?				29,64	
	29,3		29,6		33,2		29,6						29,6	
	29,5		29,5		33		29,5						29,5	
Comprimento	8,80?		10,88		9,60		8,00?		?				13,42	
	40,63		50,23		44,32		36,93		?				61,96	
	40,6		50,2		44,3		36,9						62,0	
	40,5		50		44,5		37						62	
		1,5(-4 ½ p)		2(-9)		1,5(- ½ p)		1(+7 ½ p)						2(+3p)
		31		38		29		28						40
Altura	?		3,46		4,60		3,57?		?				5,34	
	?		15,97		21,24		16,48		?				24,65	
			16,0		21,2		16,5						24,7	
			16		21		16,5						24,5	
				2(-4 ½ p)		1(+5 ½ p)		2(-8p)						1(+5 ½ p)
coro alto		%		%		%		%		%		%		%
Largura	?		6,42		6,21		?		?				7,80	
			29,64		28,67		?		?				36,0	
			29,6		28,7								36,0	
			29,5		28,5								36	
Comprimento	?		11,29		9,52		?		?				15,79	
			52,12		43,95		?		?				72,89	
			52,1		44,0								72,9	
			52		44								73	
				2(-7p)		1,5(+1 ½ p)								2(+1p)
Altura	?		5,98		7,28		?		?				8,27	
			27,61		33,61		?		?				38,18	
			27,6		33,6								38,2	
			27,5		33,5								38	
				1(-2p)		1(+5p)								1(+2p)
arco triunfal														
Largura	0,84		1,10		0,83		0,83		0,85		0,58		0,89	
	3,88		3,37		3,83		3,83		3,92		2,68		4,12	
	3,9		3,4		3,8		3,8		3,9		2,7		4,1	
	4		3,5		4		4		4		2,5		4	
Comprimento	3,60		3,60		3,80		4,70		4,16		5,70		7,20	
	16,62		16,62		17,54		21,88		19,21		26,32		33,24	
	16,6		16,6		17,5		21,9		19,2		26,3		33,2	
	16,5		16,5		17,5		22		19		26,5		33	
		4(+ ½ p)		4(+ ½ p)		4(+1 ½ p)		5,5		5(-1p)		10(+1 ½ p)		8(+1p)
		0,5 (+ 3p)		0,5 (+ 3p)		0,5 (+ 5p)		1(-7 ½ p)		0,5 (+ 4 ½ p)		1(-8 ½ p)		1(-3 p)
		55		55		58		75		47		75		36

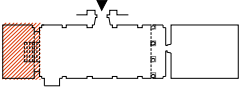
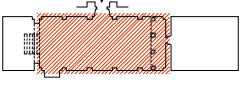
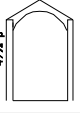
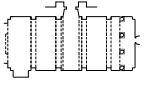
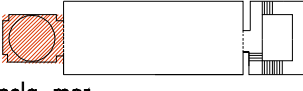
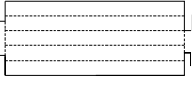
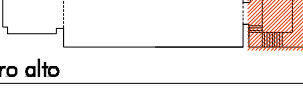
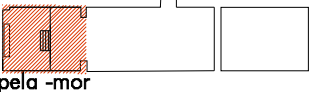
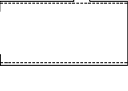
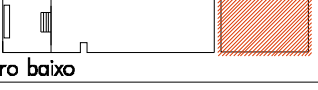
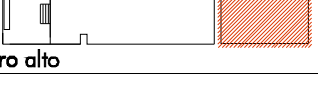
nave-coro	metro/palmo	%	metro/palmo	%	metro/palmo	%	metro/palmo	%	metro/palmo	%	metro/palmo	%	metro/palmo	%
Largura	1,20		0,73		1,20		0,75		-		-		0,83	
	5,54		3,37		5,54		3,32		-		-		3,83	
	5,5		3,4		5,5		3,3		-		-		3,8	
	5,5		3,5		5,5		3,5		-		-		4	
Comprimento	1,9		2,8		2,6		-		-		-		1,70	
	8,78		12,93		12,00		-		-		-		7,85	
	8,8		12,9		12,0		-		-		-		7,9	
	9		13		12		-		-		-		8	
		2(-2 p)		3(+1 p)		2(+1 p)								2

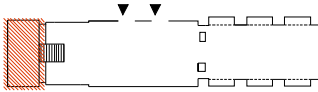
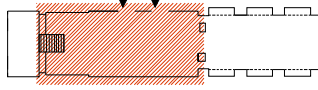
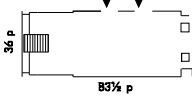
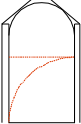
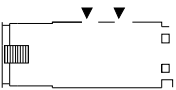
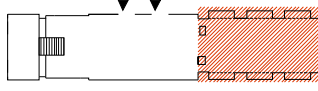
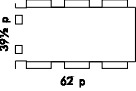
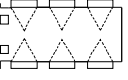
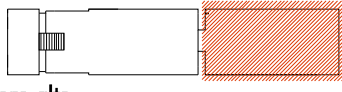
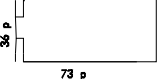
Nota explicativa:

Considerando as linhas horizontais do quadro, a 1ª linha refere-se à medida em metros; a 2ª linha à conversão da medida em metros para palmos, considerando o valor de 0,2166 retirado do trabalho de Rui Maneira Cunha (op. cit. nota 10); a 3ª linha ao arredondamento; a 4ª linha ao valor considerado; a 5ª linha às proporções face à largura; a 6ª linha à percentagem do comprimento de cada espaço constituinte face ao comprimento total.

Fig. IV.2 AS IGREJAS DOS CONVENTOS DE CLARISSAS POSTERIORES À PROVINCIA DOS ALGARVES
os espaços, dimensões e a estrutura da cobertura

Convento . Igreja	Localização	Planta (dimensões)	Corte (dimensões)	Estrutura da cobertura
Chagas de Vila Viçosa	 capela -mor	 21 1/4 p 21 1/4 p		
	 nave	 30 1/2 p 59 1/2 p	 46 1/2 p	
	 coro baixo	 29 1/4 p 40 1/4 p		
	 coro alto			
Nº 5º da Assunção de Faro	 capela -mor	 20 1/4 p 20 1/4 p		
	 nave	 30 p 60 1/2 p	 46 p	
	 coro baixo	 29 1/4 p 50 p		
	 coro alto	 29 1/4 p 52 p		
Nº 5º da Esperança de Vila Viçosa	 capela -mor	 30 p 29 p		
	 nave	 30 p 72 1/4 p	 53 1/4 p	
	 coro baixo	 33 p 44 1/4 p		
	 coro alto	 28 1/4 p 44 p		

Convento . Igreja	Localização	Planta (dimensões)	Corte (dimensões)	Estrutura da cobertura
S ^{ta} Helena do Monte do Calvário de Évora	capela -mor			
	nave			
	coro baixo			
	coro alto			
N ^a S ^a de Araceli de Alcácer do Sal	capela -mor			
	nave			
	coro baixo			
	coro alto			
N ^a S ^a da Quietação de Alcântara	capela -mor			
	nave			
	coro baixo			
	coro alto			

Convento . Igreja	Localização	Planta (dimensões)	Corte (dimensões)	Estrutura da cobertura
Servas de Borba	 capela -mor	 36 p 17 1/2 p		
	 nave	 36 p 83 1/2 p		
	 coro baixo	 39 1/2 p 62 p		
	 coro alto	 36 p 73 p		

Quadro IV.5 – AS IGREJAS DOS CONVENTOS DE CLARISSAS POSTERIORES À CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES
Grupos/dimensão

LARGURAS

naves	Inferior a 30 palmos	30 palmos	35/36 palmos	40 ½ palmos
		Chagas de V. Viçosa Nª Sª da Assunção de Faro Nª Sª da Esperança de V. Viçosa Stª Helena do Calvário de Évora	Nª Sª da Quietação de Alcântara Servas de Borba	Nª Sª de Aracoeli de A do Sal

Até 1570 - 1577

1620 - 1640

capelas- mores				
	Chagas de V. Viçosa Nª Sª da Assunção de Faro Nª Sª de Aracoeli de A do Sal	Nª Sª da Esperança de V. Viçosa Stª Helena do Calvário de Évora	Nª Sª da Quietação de Alcântara Servas de Borba	

(abóbada de nervuras) e cúpulas

cúpula e abóbada de berço

abóbadas de berço

Coro-baixo		(- ½ palmo)	33 palmos	
		Chagas de V. Viçosa Nª Sª da Assunção de Faro Stª Helena do Calvário de Évora Servas de Borba	Nª Sª da Esperança de V. Viçosa	

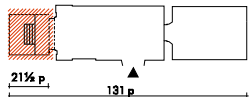
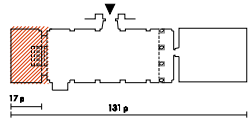
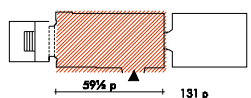
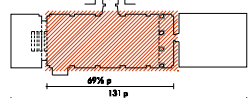
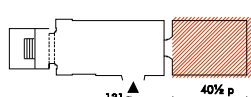
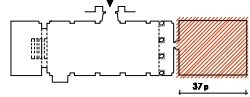
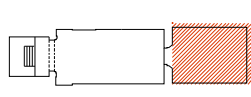
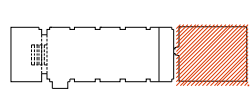
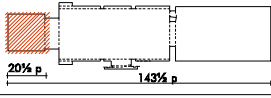
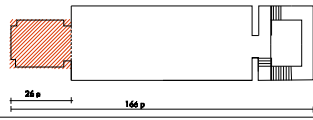
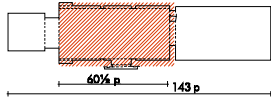
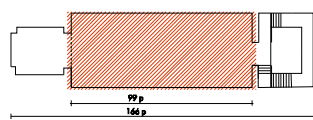
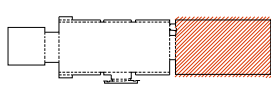
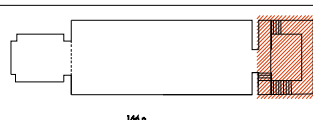
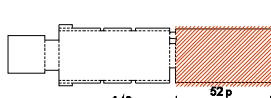
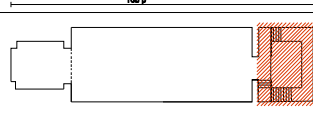
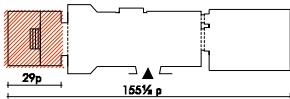
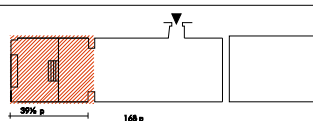
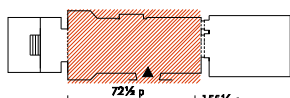
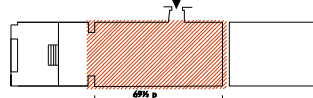
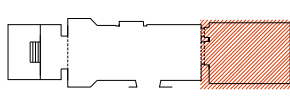
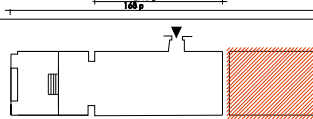
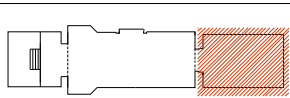
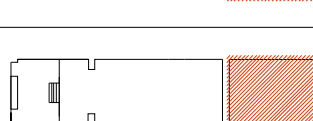
COMPRIMENTOS

naves	Inferior	60 palmos (+_1/2 p)	69 ½ palmos	Superiores a 70 palmos
		Chagas de V. Viçosa N ^a S ^a da Assunção de Faro St ^a Helena do Calvário de Évora	St ^a Helena do Monte do Calvário de Évora N ^a S ^a da Quietação de Alcântara	N ^a S ^a da Esperança de V. Viçosa N ^a S ^a de Aracoeli de A do Sal Servas de Borba
		Até 1577	1600-1640	

capelas-mores	Igual à largura	Inferior à largura	Superior à largura	
	Chagas de V. Viçosa N ^a S ^a da Assunção de Faro N ^a S ^a da Esperança de V. Viçosa N ^a S ^a de Aracoeli de A do Sal	St ^a Helena do Calvário de Évora Servas de Borba	N ^a S ^a da Quietação de Alcântara	
Cúpulas		abóbadas de berço		

Coro-baixo	Inferior a 40 palmos	Entre 40 e 50 palmos	Superior a 50 palmos	
	St ^a Helena do Calvário de Évora	Chagas de V. Viçosa N ^a S ^a da Assunção de Faro N ^a S ^a da Esperança de V. Viçosa Servas de Borba	Servas de Borba	

Fig. IV.3 OS CONVENTOS DE CLARISSAS POSTERIORES À PROVÍNCIA DOS ALGARVES

Convento . Igreja	Relação de cada espaço face ao total da Igreja	Convento . Igreja	Relação de cada espaço face ao total da Igreja
Chagas de Vila Viçosa	 capela -mor	S ^{ta} Helena do Monte do Calvário de Évora	 0,13
	 nave		 0,53
	 coro baixo		 0,28
	 coro alto		
N ^a S ^a da Assunção de Faro	 capela -mor	N ^a S ^a de Aracoeli de Alcácer do Sal	 0,15
	 nave		 0,60
	 coro baixo		
	 coro alto		
N ^a S ^a da Esperança de Vila Viçosa	 capela -mor	N ^a S ^a da Quietação de Alcântara	 0,24
	 nave		 0,41
	 coro baixo		
	 coro alto		

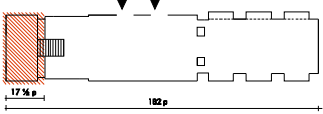
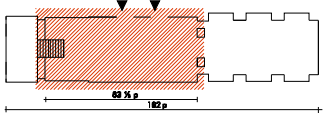
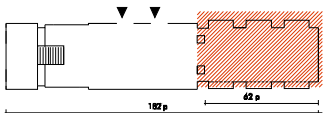
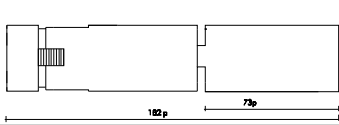
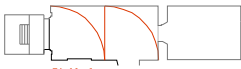
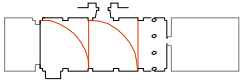
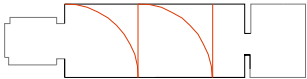
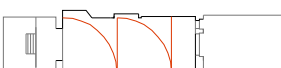
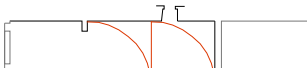
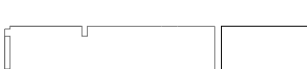
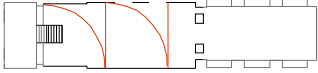
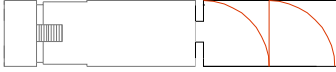
Convento . Igreja	Relação de cada espaço face ao total da Igreja
Seryas de Borba	 0,10
	 0,46
	 0,40
	 0,40

Fig. IV.4 OS CONVENTOS DE CLARISSAS POSTERIORES À PROVINCIA DOS ALGARVES

	A largura face ao comprimento		A largura face ao comprimento
Chagas de Vila Viçosa		S ^{ta} Helena do Monte do Calvário de Évora	
capela -mor			
nave			
coro baixo			
coro alto			
N ^o S ^a de Aracoeli de Alcácer do Sal			
capela -mor			
nave			
coro baixo			
coro alto			
N ^o S ^a da Esperança de Vila Viçosa		N ^o S ^a da Quietação de Alcântara	
capela -mor			
nave			
coro baixo			
coro alto			

Convento . Igreja	A largura face ao comprimento
Servas de Borba	 0,5(+1 p)
	 2,3 (-½ p)
	 2 (+3 p)
	 2 (+1 p)

**Fig. IV.5 AS IGREJAS DOS CONVENTOS DE CLARISSAS
POSTERIORES À PROVINCIA DOS ALGARVES
a cobertura**

Chagas de Vila Viçosa



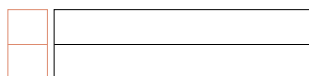
Nª Sª da Assunção de Faro



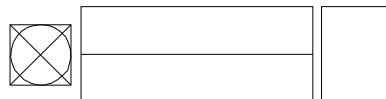
Nª Sª da Esperança de
Vila Viçosa



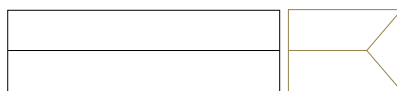
Sª Helena do Monte do
Calvário de Évora



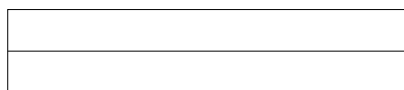
N^o S^a de Aracoeli de
Alcácer do Sal



N^o S^a da Quietação de
Alcântara



Servas de Borba



**Quadro IV.6 – AS IGREJAS DOS CONVENTOS DE CLARISSAS POSTERIORES À CRIAÇÃO
DA PROVÍNCIA DOS ALGARVES
Elementos que integram a fachada**

identificação	portal	Janela-nave	Janela- capelamor	Frestas coro-alto	Outros elementos
Chagas Vila Viçosa	x	x	x	x	Contrafortes em silharia a ladear portal Cunhal em silharia
N^a S^a Assunção Faro	x	x	x	x	-
N^a S^a Esperança Vila Viçosa	x	x muito pequena e sem qualquer decoração	x	x	-
St^a Helena do Monte do Calvário Évora	x	x integrada no alçado	x integrada no alçado	x integrada no alçado	Contrafortes em silharia
N^a S^a Aracoeli Alcácer do Sal	x	x sem qualquer decoração	x	x	Platibanda com contrafortes
N^a S^a Quietação Alcântara	x	x várias, sem qualquer decoração	x várias, sem qualquer decoração	x janelas, sem qualquer decoração	-
Servas Borba	Duplo, encimado por dois janelões	x janelas sobre o duplo portal	x	x janelas, sem qualquer decoração	Cunhais em silharia

IV CONCLUSÃO

Toda a formulação científica constitui um acto criativo, comporta uma interpretação e exige uma tomada de posição pessoal a partir da qual os dados e as observações formam um preciso relevo e significado. ²⁸¹

Ao longo do nosso trabalho pretendemos identificar o nosso objecto de estudo - o espaço das igrejas dos conventos das clarissas da Província dos Algarves - nas variantes que condicionaram a sua produção arquitectónica.

Parte indissociável de uma estrutura que como poucas, vive por si, e por si própria é prefigurada, o espaço das igrejas foi analisado no contexto do convento, um dos exemplos onde o programa estabelecido pelo utilizador – o nosso cliente-utente, ao impôr uma organização funcional estrita, um despojamento decorativo quase total e, gastos diminutos, determina de uma forma hermética e praticamente inalterável ao longo dos tempos, uma estrutura arquitectónica²⁸².

Não projectada globalmente muito pelo contrário, resultado de um processo evolutivo²⁸³ mantém, no entanto, uma grande identidade²⁸⁴, onde é possível identificar coordenadas de concepção, como o claustro – elemento agregador e, a igreja - elemento definidor de frente urbana fazendo-o, não apenas ao nível formal mas também, quantitativo.

Referimo-nos concretamente, não só à forma como ambos delimitam e configuram o espaço como também o dimensionam, facilmente comprovável por uma

²⁸¹ Carlos Martí ARÍS, op. cit., 1993, p.29

²⁸² (...) Muitas vezes a arquitectura obedece a padrões definidos previamente com tal exactidão que os requisitos a que deve obedecer, aparecem cifrados num esquema formal que, de certo modo, prefigura o edifício. Tal é o caso dos mosteiros de algumas ordens religiosas onde a “regra” que rege a vida conventual se converte ela mesma em regra arquitectónica. Ibidem, p.92

²⁸³ Ao longo do nosso trabalho fomos fazendo referência a uma série de casos onde as fundações dos conventos partem de um conjunto de casas pré-existentes, ou de pequenas construções que vão sendo feitas ao longo do tempo, como tal são processos evolutivos e não temporalmente circunscritos.

²⁸⁴ (...)Difícilmente podia ter mais entidade uma arquitectura feita pouco a pouco, com mestres-de-obra, - sem arquitecto, só reservando este profissional para a igreja e torre e, às vezes para o claustro, - sem uma concepção global prévia. cfr. Maria Teresa PEREZ CANO op. cit., 1999, p.242

certa homogeneidade de valores encontrados para a quadra, entre os 21 e os 22 metros, ou seja, aproximadamente os 100 *palmas*²⁸⁵ e, para a frente formada pela igreja com o espaço urbano que a confina (o *largo* ou o *terreiro*), cujas dimensões apresentam igualmente, alguma homogeneidade sobretudo, no valor de 131 *palmas* verificado para os primeiros exemplos²⁸⁶.

Na sua concepção sem projecto como o entendemos hoje, isto é, sem peças desenhadas ou maquetas, é evidente a presença de directivas que sendo comuns a todos, originaram melhores ou piores resultados arquitectónicos consoante estamos perante exemplares cuja importância dos patrocinadores permitiu a selecção de autores de qualidade inquestionável que, ao serem responsáveis pela concepção/construção da igreja e do claustro desenvolveram obras diferenciadas, onde o rigor e a qualidade arquitectónica se destacam, como é o caso de St^a Helena do Monte do Calvário em Évora.

Neste contexto, foi assim, possível identificar componentes específicas que se afirmam como elementos sempre presentes na organização/concepção destes espaços. Tratam-se de componentes que vão desde a forma como a igreja se relaciona com a cidade (pontos 2.1 e 2.2 dos capítulos III e IV), ao tipo, organização e forma dos espaços que a constituem (ponto 2.3 dos capítulos III e IV), até às suas dimensões e soluções construtivas (ponto 3. dos capítulos III e IV) passando pela maneira como é “encerrado” o seu espaço (ponto 4. dos capítulos III e IV).

Essa identificação permitiu-nos concluir alguns dados que importa reter. De um conjunto de espaços (capela-mor, nave e coros), já predefinidos nos exemplares antecedentes à criação da Província, organizados segundo a mesma lógica (coros

²⁸⁵ Relativamente aos antecedentes: Jesus de Setúbal (N^a S^a da Conceição de Beja e Madre de Deus de Xabregas, pelas alterações que sofreram não foram medidos). No tocante à s construções pós Província dos Algarves: Chagas de Vila Viçosa, N^a S^a de Assunção de Faro, N^a S^a de Aracoeli de Alcácer do Sal.

²⁸⁶ Chagas de Vila Viçosa, N^a S^a de Assunção de Faro (medida interior) e St^a Helena do Monte do Calvário de Évora

sobrepostos, separados da capela-mor por nave única central) diferindo na forma, segundo as soluções construtivas que vão surgindo cronologicamente (os espaços das capela-mor, inicialmente rectangulares, vão dando origem a quadrangulares quando a cúpula se vai impondo, retomando-se mais tarde, os espaços rectangulares, embora com outra configuração²⁸⁷), estas igrejas vão constituir-se como “fórmulas” que naturalmente vão originar *séries*.

Para além destas questões formais, a constatação da medida de 30 *palmas*, utilizada para a largura das naves da maioria das igrejas²⁸⁸, largura essa que vai originar comprimentos aproximadamente duplos ($c=2l$ ou $2,3l$), parece constituir-se igualmente como uma *regra*.

Neste sentido cremos estar assim perante *regras* de carácter formal²⁸⁹ que indicam o modo como se constituem e organizam os espaços interiores, *regras* essas, devidamente complementadas por outras de ordem aritmética e geométrica²⁹⁰ que permitem configurá-lo.

Encontrada a dimensão, proporcionalidade, forma, inter-relação, e soluções construtivas adequadas (aquilo que poderemos chamar o *léxico normativo*), a estrutura formal estava aprovada e, como tal, criado o *modelo* (aqui modelo enquanto objecto original que se repete e não enquanto obra exemplar), que poderia ser repetido as vezes necessárias²⁹¹.

²⁸⁷ As capelas mor voltam a ser rectangulares mas, a agora a sua maior dimensão é a largura, contrariamente ao que se passava anteriormente, onde o comprimento era a maior dimensão.

²⁸⁸ Chagas de Vila Viçosa, N^a S^a da Assunção de Faro, N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa, St^a Helena do Monte do Calvário de Évora.

²⁸⁹ Relativamente à forma, utilização sistemática do rectângulo (nas naves e capelas-mores da primeira e última fase) e do quadrado (nas capelas-mores); no tocante aos sistemas construtivos, utilização sistemática das abóbadas de berço e das cúpulas, após a utilização pontual de abóbadas de nervuras.

²⁹⁰ Relativamente ao dimensionamento – generalização dos 30 *palmas* de largura e posteriormente dos 35/36 *palmas*, para as naves, que vão ditar uma proporcionalidade de $c = 2$ ou $2,3 l$.

²⁹¹ *Quando os problemas deixam de suscitar uma atenção activa e deixam de merecer novas soluções., a sequência de soluções mostra-se estável durante o período de inacção.* cfr. George KUBLER, op. cit., 1990, p.55

Confirmamos este aspecto através dos primeiros exemplos do nosso universo de estudo – Chagas de Vila Viçosa, N^a S^a de Assunção de Faro, N^a S^a da Esperança de Vila Viçosa (esta com pequenas variações ao nível sobretudo das dimensões) e St^a Helena do Monte do Calvário de Évora – onde, a partir de um *modelo* introduzido nas Chagas de Vila Viçosa, é evidente o aparecimento de uma *série*, com praticamente a mesma organização espacial, dimensões e soluções construtivas, verificada até à construção de St^a Helena do Monte do Calvário²⁹².

Chegados a St^a Helena do Monte do Calvário, a que pelas razões já apresentadas, denominámos *exemplar charneira*²⁹³, assiste-se à mudança de alguns aspectos formais e construtivos que nos vão permitir o aparecimento de uma nova série.

Esta nova série vai constituir-se a partir de uma espacialidade conseguida pela introdução de capelas-mores rectangulares, de pequena profundidade, cobertas por abóbada de berço no prolongamento da das naves, separadas por arcos triunfais de grande amplitude e consequentemente de pequena expressão - N^a S^a da Quietação de Alcântara e Servas de Borba. À margem deste conjunto das igrejas desta série, surge-nos N^a S^a de Aracoeli, extemporânea nas dimensões (demasiado grandes para se incluir na primeira série) e soluções formais (demasiado tardias para se incluir na segunda série)²⁹⁴.

A identificação destas duas *séries* em nosso entender, encadeadas, parece poder dizer que estamos perante uma *sequência* formal delas decorrente, onde a obra original da primeira (o *modelo*), poderá ser atribuída às Chagas de Vila Viçosa²⁹⁵, e a da

²⁹² Exceptua-se o caso das abóbadas de nervuras das Chagas de Vila Viçosa, único exemplo que mantém esta solução *tardia*, e, a abóbada de berço da capela-mor de Sta Helena do Monte do Calvário, que antecipa as novas soluções construtivas.

²⁹³ É este exemplo em que se verifica a coexistência de uma organização espacial e um proporcionalidade da primeira série, com uma linguagem formal e construtiva já evidenciando o aparecimento de uma nova série.

²⁹⁴ Apresentando dimensões fora do contexto cronológico em que surge, adopta soluções construtivas – a cúpula para a capela mor – anteriores às verificadas na época em que surge.

²⁹⁵ Na ordenação dos exemplos estudados, as datas de construção das igrejas foram fundamentais para o estabelecimento de uma cronologia. A questão da obra original deverá ser aprofundada, podendo para tal, proceder-se a uma análise comparativa com outros exemplares semelhantes, embora de outras ordens, ou

segunda, ao nosso *exemplar charneira* St^a Helena do Monte do Calvário, onde é notoriamente introduzida uma nova espacialidade, conseguida através do recurso a novas soluções construtivas.

Pela nossa cronologia, arriscaríamos a dizer que na origem desta *sequência* parece estar mais a evolução da forma de fazer arquitectura, decorrente das linguagens e técnicas em uso, do que propriamente de outras orientações específicas do nosso *cliente-utente* ou mesmo do autor, quando ele existe.

Mais precisamente, a *sequência* enquanto forma de agrupar *séries*, resultará assim, das transformações decorrentes da introdução de novas soluções estéticas (abandono de abóbadas de nervuras, utilização da cúpula e abóbadas de berço), aliadas eventualmente a novas orientações litúrgicas (abertura do arco triunfal, redimensionamento e desnível do pavimento das capelas-mores).

Quanto ao *tipo*, e sabendo-se que historicamente o problema do tipo e da tipologia é do século XIX, aceitamo-lo como um exercício feito à posteriori e como tal, não interveniente na origem da concepção destes espaços mas sim no seu entendimento e estudo.

Ao pressupor *um processo de abstracção a partir do qual, uma série de objectos diversos entre si podem manifestar uma raiz comum*²⁹⁶, fundamental na descrição de uma estrutura formal²⁹⁷, vai permitir identificar as *características tipológicas* destas peças arquitectónicas – *as igrejas de conventos de freiras clarissas da Província dos Algarves*:

de outras regiões, nomeadamente o caso já referido de Bragança, onde a presença do mesmo patrocinador pode ter determinado em absoluto a solução arquitectónica.

²⁹⁶ Carlos Martí ARÍS, op. cit., 1993, p. 104

²⁹⁷ *Os tipos arquitectónicos são criados por nós e surgem do nosso esforço para tornar reconhecível, inteligível, a estrutura profunda do mundo material. O homem conduz esta exploração em muitas diversas frentes e sempre com os seus próprios meios racionais. Para tal deve criar ferramentas, teorias, critérios de ordenamento, sobre todas as suas produções intelectuais, entre as quais a arquitectura. O tipo é uma dessas ferramentas. É o produto do trabalho humano para compreender a realidade e dotá-la de uma ordem através da arquitectura.* Ibidem, p. 26

- Localizam-se em meio urbano, normalmente intra-muros, formando frentes urbanas com espaços principais (praças, eixos estruturantes, especialmente junto às portas da cidade),
- Estão orientadas sobretudo por questões urbanas e não geográficas, não se verificando sempre, a colocação da capela-mor a nascente.
- São constituídas por um conjunto de espaços - capela-mor, nave e coros, organizados segundo a mesma lógica - coros sobrepostos, separados da capela-mor por nave única central
- Tratam-se de espaços rectangulares, exceptuando-se as capelas-mores quando a solução da cobertura é a cúpula.
- A forma rectangular apresenta uma alternativa, quando a maior dimensão passa a ser a largura, situação verificada para as capelas-mores, cronologicamente situadas a partir da década de 1570²⁹⁸
- Apresentam uma largura de 30 *palmas* que vai ditar o comprimento, numa proporção de 2 e 2,3 vezes, até à década de 1570, a partir da qual surge a largura de 35/36 *palmas*, embora se mantenha a proporcionalidade .
- Como soluções construtivas para as coberturas surgem as abóbadas de nervuras, apenas no primeiro caso, as cúpulas e as abóbadas de berço.
- Com fachadas contidas, na maioria dos casos, entre a torre mirante e o corpo da sacristia, são compostas por portal central, em relação a um corpo mais ou menos individualizado da igreja²⁹⁹; dois vãos significativos (janela da nave e janela da capela-mor); frestas nos coros-altos; e, excepcionalmente, contrafortes³⁰⁰.

²⁹⁸ Exceptua-se o caso inexplicável de N^a S^a de Aracoeli de Alcacer do Sal e N^a S^a da Quietação de Alcântara, que embora rectangular e com uma solução de abobada de berço, é rectangular ao comprido.

²⁹⁹ Podendo ser só da nave e coros quando a capela.-mor se destaca

³⁰⁰ Nas Chagas de Vila Viçosa e com funções de composição, em St^a Helena do Monte do Calvário de Évora.

A identificação do que esteve na origem da concepção de um espaço como o das *igrejas de conventos de clarissas da Província dos Algarves* foi assim, sendo trabalhada ao longo do nosso estudo tendo permitido decodificar elementos considerados como estáveis e constantes neste objecto arquitectónico.

Numa arquitectura como a portuguesa onde, desde sempre, a “desornamentação” é um factor consciente e assumido como forma própria de reinterpretar modelos, a *espacialidade mínima* destas igrejas, por si só objectos desornamentados, é muito mais realçada e possível de ser estudada.

Na sua simplicidade formal encontramos condições para entender a sua riqueza pois *há simplicidades que são o cúmulo do requinte e não é preciso Mies Van der Rohe, para o demonstrar*³⁰¹.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

A – BIBLIOGRAFIA GERAL

História Geral

AAVV, Dicionário de História de Portugal, Direcção Joel Serrão, Porto: 1984.

AAVV, História de Portugal, Direcção José Mattoso, Lisboa: Círculo dos Leitores 1993

RAMADA CURTO, Diogo, em História de Portugal, Direcção José Mattoso, Vol III Lisboa: Círculo dos Leitores 1993

³⁰¹ Paulo VARELA GOMES, *Ordem abreviada e molduras de faixas: contribuição para a discussão do conceito de “estilo chão”*, 2001b, p. 204

ROMERO MAGALHÃES, Joaquim. *As descrições geográficas de Portugal: 1500-1650 – Esboços de problemas*, Revista de História Económica e Social nº5, Lisboa: 1980

SOARES DA CUNHA, Mafalda, *Linhagem, parentesco e poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, Fundação Casa de Bragança, 1990

História da Igreja/História da Ordem de S. Francisco

AAVV, Dicionário da História Religiosa de Portugal, Direcção Carlos Moreira Azevedo, Lisboa: Círculo dos Leitores, 2000

ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*, Vol III, Livro IV Porto: Livraria Civilização, 1970

ARAÚJO, António Sousa, *Os Franciscanos..... em Ordens Religiosas em Portugal – das origens a Trento – Guia Histórico*, Direcção SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, PINA, Isabel Castro, ANDRADE, Maria Filomena, SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva, Lisboa: Livros Horizonte, 2005

BELEM, Jerónimo de - *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves da Regular Observância*, T I, Livro I, *Origem e Progressos desta Santa Província*, Lisboa: Ignácio Rodrigues, 1750 –1758

CARDOSO, George - *Agiolégio Lusitano*, Lisboa Officina Craesbeekiana, 1625-1744

IRIARTE, Lázaro – *Storia del Francescanesimo*, Roma: Edizione Dehoniane, 1994

LALANDA, Maria Margarida S. N. , *Clarissas (Ordem de Santa Clara)* em Dicionário de História Religiosa de Portugal, dir Carlos Moreira Azevedo, 1, Lisboa: Círculo dos Leitores, 2000 p.335-355

LOPES, Fernando Félix, OFM – *Clarissas*, em Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, 5, Lisboa: Verbo, 1967, p.652

LOPES, Fernando Félix, OFM – *Frades menores*, em Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, 8, Lisboa: Verbo, 1969a, p.1401

LOPES, Fernando Félix, OFM – *Franciscanas*, em Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, 8, Lisboa: Verbo, 1969b, p.1544-1546

LOPES, Fernando Félix, OFM – *Franciscanos*, em Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, 8, Lisboa: Verbo, 1969c, p.1546-1555

LOPES, Fernando Félix, OFM – *Ordens Mendicantes*, em Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, 14, Lisboa: Verbo, 1969d, p.750-751

LOPES, Fernando Félix, OFM - *Colectânea de Estudos de História e Literatura, Vol I, Fontes Históricas e Bibliografia Franciscana Portuguesa*, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1997a

LOPES, Fernando Félix, OFM - *Colectânea de Estudos de História e Literatura, Vol II, A Ordem franciscana na História e Cultura Portuguesa*, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1997b, p.1-269

MOREIRA, António Montes – *Franciscanos*, Dicionário de História Religiosa de Portugal Direcção Carlos Moreira Azevedo, 2, Lisboa: Círculo dos Leitores, 2000, p.273-280

OLIVEIRA, Miguel - *História Eclesiástica de Portugal*, Lisboa: União Gráfica, 1968

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, PINA, Isabel Castro, ANDRADE, Maria Filomena, SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva, *Ordens Religiosas em Portugal – das origens a Trento – Guia Histórico*, Lisboa: Livros Horizonte, 2005

Catálogos e documentos:

Entre o Céu e a Terra, Arte Sacra da Diocese de Beja, Direcção José António Falcão, Beja: Departamento do Património Histórico Artístico da Diocese de Beja, 2000 – catálogo de exposição

Situação dos edifícios de institutos religiosos ao serviço do Estado e das Corporações – Vol II – Conventos de Freiras – Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1941

Santa Clara e as Clarissas em Portugal – catálogo da Exposição do VIII Centenário do nascimento de Sta Clara , 1193/94-1993/94 – Biblioteca Nacional cota B 12530V ou B 11765V

História da Arquitectura

AAVV, *História da Arte em Portugal*, Lisboa: Alfa, 1986

AAVV, *História da Arte Portuguesa*, Direcção Paulo Pereira, Lisboa: Círculo dos Leitores, 1995

AAVV, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Direcção José Fernandes Pereira, Lisboa: Presença, 1994

ALVES COSTA, Alexandre, *Valores Permanentes da Arquitectura Portuguesa*, Revista Vértice nº 19 pp 109-111 Lisboa: 1989

ALVES COSTA, Alexandre, *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa, Outros textos sobre Arquitectura Portuguesa*, Porto: FAUP Publicações, 1995

ARGAN, Giulio Carlo, *El concepto de espacio arquitectónico desde el Barroco a nuestros días*, Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1980

ARGAN, Giulio Carlo; FAGIOLO, Maurizio *Guia de História da Arte*, Lisboa: Editorial Estampa, 1994

ARÍS, Carlos Martí, *Las variaciones de la identidad, Ensayo sobre el tipo en arquitectura*, Barcelona: Ediciones del Serbal, 1993

BENEVOLO, Leonardo, *Historia de la arquitectura moderna*, Barcelona: Gustavo Gili, 1999

CRAVEIRO, Lurdes, *Renascimento em Coimbra, Modelos e Programas Arquitectónicos*, Dissertação de Doutoramento, Coimbra: 2002, policopiado.

GOMES, Sofia, *A Igreja Matriz de Cacela*, Dissertação de Licenciatura, Faro: UALG, 2006, policopiado

HORTA CORREIA, José Eduardo, *A arquitectura – maneirismo e “estilo chão”*, História da Arte em Portugal, O Limiar do Barroco, vol 8, Lisboa: Alfa, 1986

HORTA CORREIA, José Eduardo, *Arquitectura Portuguesa – Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*, Lisboa: Editorial Presença, 2002

HORTA CORREIA, José Eduardo, *Raízes da originalidade e diversidade da arquitectura barroca portuguesa*, in Anais do VI Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte, Vol I, Rio de Janeiro: 2004

KUBLER, George, *A Arquitectura de los siglos XVII y XVIII ARS Hispania*, Tomo XII, Madrid, 1957

KUBLER, George, *A Arquitectura Portuguesa Chã, Entre as Especiarias e os Diamantes 1521-1706*, Lisboa: Vega, 1988

MATEUS, Isa, *A Igreja de S. Sebastião de Quelfes*, Dissertação de Licenciatura, Faro: UALG, 1998, policopiado

MOREIRA, Rafael, *Arquitectura: Renascimento e classicismo*, História da Arte Portuguesa, Direcção Paulo Pereira, Lisboa: Circulo dos Leitores, 1995, p.p. 303, 364

PEREIRA, Paulo, *A “traça” como Único Princípio, Reflexão acerca da permanência do Gótico na Cultura Arquitectónica dos séculos XVI e XVII*, Estudos de Arte e História – Homenagem a Artur Nobre de Gusmão, Mafra, Veja, 1995, pp. 190-199

PORTAS, Nuno (pref); Bruno ZEVI - *História da arquitectura moderna*, Lisboa: Arcádia, 1970

QUARONI, Ludovico, *Projetar un edificio. Ocho lecciones de Arquitectura*, Madrid, 1987

- RODRIGUES, Tânia, *A Ermida de S. Sebastião de Faro*, Dissertação de Licenciatura, Faro: UALG, 2003, policopiado
- RODRIGUES, M. João Madeira, SOUSA, Pedro Fialho de, BONIFÁCIO, Horácio M. P., *Vocabulário Técnico e Crítico da Arquitectura*, Lisboa: Quimera, 1990
- ROSSA, Walter, *A Cidade Portuguesa*, História da Arte Portuguesa, Direcção Paulo Pereira, Lisboa: Circulo dos Leitores, Vol III, 1995, p.p. 233–323
- ROSSI, Aldo, *A arquitectura da Cidade*, Lisboa: Cosmos, 1977
- SOROMENHO, Miguel, *Classicismo, italianismo, “estilo chão”*. *O ciclo filipino*, História da Arte Portuguesa, Direcção Paulo Pereira, Lisboa: Circulo dos Leitores, Vol II, 1995, p.p. 377 – 401
- SOUSA VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ao serviço de Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1899-1922
- TÁVORA, Fernando – *Da Organização do Espaço*, Porto: FAUP, 2004
- VARELA GOMES, Paulo, *Arquitectura não alinhada*, JORNAL DOS ARQUITECTOS, 200, Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1990
- VARELA GOMES, Paulo, *Arquitectura, Religião e Política em Portugal no século XVII, A planta centralizada*, Porto: FAUP publicações, 2001a
- VARELA GOMES, Paulo, *Ordem abreviada e molduras de faixas: contribuição para a discussão do conceito de “estilo chão”*, Actas do V Colóquio Luso Brasileiro de História da Arte, Faro: 2001b
- VARELA GOMES, Paulo, *Aspectos do Classicismo na Arquitectura Portuguesa dos séculos XVI e XVII*, Anais do VI Colóquio Luso Brasileiro de História da Arte, Vol II, Rio de Janeiro: 2004
- VIEIRA DA SILVA, José Custódio, *O tardo-gótico em Portugal, a arquitectura no Alentejo*, Lisboa: Livros Horizonte, 1989

B - BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Geral:

- AA *Conversas à volta dos conventos*, Coordenação Virgínia Fróis, Évora: Casa do Sul, 2002
- CARITA, Helder, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Lisboa: Livros Horizonte, 1999

- CUNHA, Rui Maneira, *As medidas na arquitectura, séculos XIII-XVIII, o estudo de Monsaraz*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2003
- BRAUNFELS, Wolfgang, *La arquitectura Monacal en Occidente*, Barcelona: Barral Editores, 1975
- GIRÓN SIERRA, Francisco Javier, *De las medidas a las progresiones. Los cambios en los sistemas de proporción inducidos por la Revolución Científica*, Actas del Tercer Congreso nacional de Historia de la Construcción, Sevilla, 2000, pp.375-387
- HORTA CORREIA, José Eduardo, *A arquitectura religiosa do Algarve de 1520 a 1600*, Lisboa, Publicações Ciência e Vida, 1987
- HORTA CORREIA, José Eduardo, *A importância dos Colégios Universitários na definição das tipologias dos claustros portugueses*, Coimbra: s/ed, 1991
- JAVIER GOMEZ MARTINEZ, *El Gótico español de la edad Moderna, Bóvedas de Crucería* Valladolid, Universidad de Valladolid, 1998
- KUBLER, George, *A forma do tempo, Observações sobre a história dos objectos*, Lisboa: Vega, 1990
- MENESES da SILVA, José Sidónio, *O Mosteiro das Chagas de Lamego, Vivências, Espaços e Espólio litúrgico 1588-1906*, Coimbra: Quarteto, 2002
- MARADO, Catarina A, *Antigos Conventos do Algarve, um percurso pelo património da Região*, Lisboa: Edições Colibri, 2006
- MATEUS, João Mascarenhas, *Técnicas Tradicionais de Construção de alvenarias, a literatura técnica de 1750 a 1900 e o seu contributo para a conservação de edifícios históricos*, Lisboa: Livros Horizonte, 2002
- PALESTINI, Caterina, *Las investigaciones sobre proporciones para el control formal de la arquitectura*, Actas del Tercer Congreso nacional de Historia de la Construcción, Sevilla, 2000, pp.771-778
- PÉREZ CANO, Maria Teresa, M. *Patrimonio y Ciudad. El sistema de los conventos de clausura en el Centro Histórico de Sevilla*, 2ª ed. Sevilla: FUNDACIÓN Focus-Abengoa, Universidad de Sevilla, 1999.
- PÉREZ DEL PRADO, Mercedes, *La Iglesia Mínima, El espacio en los templos de las clausuras conventuales sevillanas* Sevilla: Diputación de Sevilla, 2000
- REIS, Humberto, CHICÓ, Mário Tavares, *A Arquitectura Religiosa do Alto Alentejo na segunda metade do século XVI e nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983

URBANO, Luis, *A Arquitectura dos Conventos Femininos: correntes de investigação*, MURPHY, 1, Coimbra: Universidade, 2006

VARELA GOMES, Paulo, *Igrejas de Conventos de Freiras na Arquitectura Portuguesa*, Actas do II Colóquio Luso Brasileiro de História de Arte, Ouro Preto (1993/96) – Volume O Barroco

VARELA GOMES, Paulo, *A Arquitectura de mulheres, mundo de homens, intervenções da DGEMN em edifícios de mosteiros femininos extintos (1930-1999)*, Catálogo da Exposição Os Caminhos do Património DGEMN 1929, Lisboa: 1999

VARELA GOMES, Paulo, *As Igrejas Conventuais de Freiras Carmelitas Descalças em Portugal e algumas notas sobre Arquitectura de Igrejas de Freiras*, Separata MUSEU, 9, Lisboa: 2000

VARELA GOMES, Paulo, *In choro clerum. O coro nas Sés portuguesas dos séculos XV e XVI*, Separata MUSEU, 10, Lisboa: 2001c

VARELA GOMES, Paulo, *A fachada pseudo-frontal nas igrejas monásticas femininas portuguesas*, em *A conversa à volta dos conventos*, dir Virginia Fróis, Évora: Casa do Sul, 2002, pp. 229-242

Antecedentes:

Convento de Nossa Senhora da Conceição – Beja

BORRELA, Leonel, *Beja – Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição*, Arquivo de Beja (1976-86), VII, 2ª série, Beja 1986

ESPANCA, Túlio, *Distrito de Beja, Concelhos de Alvito, Beja, Cuba, Ferreira do Alentejo e Vidigueira*, em *Inventário Artístico de Portugal*, XII, Lisboa: ANBA, 1992

PEREIRA, Paulo, *Do “modo” gótico ao manuelino (séculos XV-XVI) – as grandes edificações*, in *História da Arte Portuguesa*, Direcção Paulo Pereira, vol II, Lisboa: Circulo dos Leitores, 1995, p.p. 47,51

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, PINA, Isabel Castro, ANDRADE, Maria Filomena, SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva, *Ordens Religiosas em Portugal – das origens a Trento – Guia Histórico*, Lisboa: Livros Horizonte, 2005

VIEIRA da SILVA, José Custódio, *O tardo-gótico em Portugal – a arquitectura no Alentejo* – Lisboa; Livros Horizonte, 1989, p.p.51,57

Inventário do Património Arquitectónico, DGEMN, IPA nº PT 040205110004

Convento de Jesus – Setúbal

PEREIRA, Paulo, *Do “modo” gótico ao manuelino (séculos XV-XVI) – as grandes edificações*, in *História da Arte Portuguesa*, Direcção Paulo Pereira, vol II, Lisboa: Circulo dos Leitores, 1995, p.p. 47,51

PORTELLA, M.M., *Noticia dos Monumentos Nacionaes e Edificios Notáveis do Concelho de Setúbal*, Lisboa: 1882

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, PINA, Isabel Castro, ANDRADE, Maria Filomena, SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva, *Ordens Religiosas em Portugal – das origens a Trento – Guia Histórico*, Lisboa: Livros Horizonte, 2005

VIEIRA DA SILVA, José Custódio, *Para a história da igreja e convento de Jesus de Setúbal I e II*, Património, nº 2 e 3, Setúbal:SALPA, 1984 e 1985

Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº 47 – *A Igreja do Mosteiro de Jesus de Setúbal*, 1947

Inventário do Património Arquitectónico, DGEMN, IPA nº PT 031512030001

Convento da Madre de Deus – Xabregas, Lisboa

BELEM, Jerónimo de - *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves da Regular Observância*, T III, Livro XIII, *Origem, fundação, e progressos do Real Mosteiro da Madre de Deos de Xabregas*, Lisboa: Ignácio Rodrigues, 1750 –1758

CAMPOS, Teresa e PAIS, Alexandre, *O Convento da Madre de Deus. Interiores*. As colecções do Museu Nacional do Azulejo (dir) João Castel-Branco Pereira, Lisboa: IPM/Zwemmer Publishers limited, 1995 pp 16-25

LACERDA, Aarão de – *Portugal – A arte: os monumentos: a paisagem: os costumes: as curiosidades. Lisboa – A Madre de Deus*, Lisboa: Portucalense Editora Barcelos

PEREIRA, Luís Gonzaga, *Monumentos Sacros de Lisboa em 1883*, Lisboa: Of. Gráfica da Biblioteca Nacional, 1927, pp 329-332

SABUGOSA, Conde de – *A rainha D. Leonor 1458-1525*, Lisboa: Livraria Sam Carlos, 1974

SOROMENHO, Miguel *O Convento da Madre de Deus. O edificio*. As colecções do Museu Nacional do Azulejo (dir) João Castel-Branco Pereira, Lisboa: IPM/Zwemmer Publishers limited, 1995 pp 9-15

Inventário do Património Arquitectónico, DGEMN, IPA nº PT 031106410001

Os sete conventos da Província dos Algarves:

Convento das Chagas de Cristo – Vila Viçosa

CAETANO, Joaquim de Oliveira, *A Fundação do Convento das Chagas*, MONUMENTOS, 6, Lisboa: DGEMN, 1997

ESPANCA, Túlio, *Mosteiros de Vila Viçosa*, in *A Cidade de Évora*, nº53/54, Boletim da Comissão Municipal de Turismo, Jan/Dez 1970-71

ESPANCA, Túlio, *Distrito de Évora, Concelho de Vila Viçosa*, in *Inventário Artístico de Portugal*, IX, Lisboa:ANBA,1978

RAMALHO, Margarida, *Real Convento das Chagas, Pousa D. João IV*, Lisboa: ENATUR Pousadas de Portugal, 1996

“Museu Biblioteca de Vila Viçosa“, *Sant’Anna Dionísio – Fundação Casa de Bragança* 1947

Inventário do Património Arquitectónico, DGEMN, IPA nº PT 040714030004

Convento de N^a S^a da Assunção – Faro

BELEM, Jerónimo de - *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves da Regular Observância*, T IV, Livro XX, *Comprehende as Fundações de dous Conventos de Frades, e tres Mosteiros de Freiras*, Lisboa: Ignácio Rodrigues, 1750 –1758

HORTA CORREIA, José Eduardo, *A Arquitectura Religiosa do Algarve de 1520 a 1600*, Lisboa: Publicações Ciência e Vida, 1987

LAMEIRA, Francisco, *O Convento da Nossa da Assunção*, (desdobrável) C.M.Faro 1994

LAMEIRA, Francisco, Faro. *A arte na história da Cidade*, C.M.F., Faro, 1999

MARQUES, João Alberto de Carvalho, *O Convento de Nossa Senhora da Assunção em Faro*, in *Cadernos de História de Arte*, I, Lisboa, 1991

PAULA, Rui Mendes, PAULA, Frederico Mendes, Faro. *Evolução Urbana e Património*, ed. da Câmara Municipal de Faro, 1993

PAULO, Dália, *Fábrica da Cerveja Portugália e Convento de Freiras, estudo dos edifícios e projecto de adaptação a museu*, MONUMENTOS, 24 Lisboa: DGEMN, 2006

Inventário do Património Arquitectónico, DGEMN, IPA nº PT 050805050003

Convento de N^a S^a da Esperança – Vila Viçosa

ESPANCA, Túlio, *Mosteiros de Vila Viçosa*, in *A Cidade de Évora*, nº53/54

ESPANCA, Túlio, *Distrito de Évora, Concelho de Vila Viçosa*, in *Inventário Artístico de Portugal*, IX, SNBA,1978

“Museu Biblioteca de Vila Viçosa“, *Sant’Anna Dionísio* – Fundação Casa de Bragança
1947

Inventário do Património Arquitectónico, DGEMN, IPA nº PT 040714030006

Convento de Stª Helena do Monte do Calvário – Évora

BARATA, António Francisco, *Breve Notícia do Mosteiro de Santa Helena do Monte do Calvário em Évora*, Évora: 1899

DAVID, Celestino, *A Cidade de Évora*, Boletim da Comissão Municipal de Turismo de Évora nº1, Dez. 1942

ESPANCA, Túlio, *Distrito de Évora, Concelho de Évora*, in Inventário Artístico de Portugal, vol. VII, SNBA, Lisboa 1966

PINTO, Carla Alferes, *A Infanta Dona Maria de Portugal (1521-1577). O mecenato de uma princesa renascentista*, Lisboa: Fundação Oriente, 1998

Inventário do Património Arquitectónico, DGEMN, IPA nº PT 040705210034

Convento de Nª Sª de Ara Coeli – Alcácer do Sal

CORREIA, Vergílio, *Alcácer do Sal, esboço de uma monografia*, Coimbra: Biblos, 6 1930, p.p. 40-59

RAMALHO, Margarida, *O Castelo e o Convento*, in Pousada D. Afonso II, Lisboa: ENATUR Pousadas de Portugal, 1996

VIANA, Abel, *Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo*, Beja: Arquivo de Beja 5, 1948,

Convento de Nª Sª da Quietação ou das Flamengas – Alcântara ,Lisboa

ATAÍDE, M. Maia, (dir. de), *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Lisboa, Tomo III, Lisboa, 1988

ARAÚJO, Norberto de, *Peregrinações em Lisboa*, Livro 9, Lisboa, s.d.

BRITO, José Joaquim Gomes de, *Quatro Cartas ao Director sobre a História do Convento das Flamengas*, in Comércio de Portugal, nº2259, 2265, 2280 e 2298

BRITO, José Joaquim Gomes de, *Convento das Flamengas em Alcântara. Os Arquitectos Frias*, Revista de Archeologia, Vols. II e III, Lisboa, 1888 – 1889

CAEIRO, Baltazar Matos, *Os Conventos de Lisboa*, Lisboa, 1989

PEREIRA, Luís Gonzaga, *Monumentos Sacros de Lisboa em 1883*, Lisboa: Of. Gráfica da Biblioteca Nacional, 1927

PORTUGAL, Fernando, MATOS, Alfredo de , *Lisboa em 1758. Memórias Paroquiais de Lisboa*, Lisboa, 1974

SOUTO, António de Azevedo Meyrelles do, *Uma Relíquia Setecentista em Vias de Desaparecer*, in Olisipo, Ano XXVI, Nº102, Abr. 1963

SIMÕES, João Miguel, *Arte e espiritualidade no convento das flamengas ao Calvário, em Lisboa*, A conversa à volta dos conventos, dir Virginia Fróis, Évora: Casa do Sul, 2002, pp. 35-50

Inventário do Património Arquitectónico, DGEMN, IPA nº PT 031106020229

Convento das Servas – Borba

ANSELMO, Pe António Joaquim, *O Concelho de Borba – Topografia e História*, Borba, 1907

ESPANCA, Túlio, *Real Convento das Servas de Cristo*, em *A Cidade de Évora*, nº 58, Boletim da Comissão Municipal de Turismo, Jan/Dez 1975 p.p. 223-240

ESPANCA, Túlio, *Distrito de Évora, Concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*, em Inventário Artístico de Portugal, vol 1, IX, SNBA, 1978, p.p. 129-136

Inventário do Património Arquitectónico, DGEMN,